



e³

Revista de Economia
Empresas e
Empreendedores
na CPLP

2018

VOLUME 4 | NÚMERO 2

SEMESTRAL | BIENNIAL

ISSN (PRINT): 2183-380X

ISSN (ONLINE): 2183-7201

pontēditora

ASSINATURA ANUAL IMPRESSA: 50€

Editor-chefe

Doutora Ana Maria Alves Bandeira, Instituto Politécnico do Porto, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP.PP), CEPESE, CEOS.PP, Portugal

Editor PT

Doutor Carlos Machado Santos, UTAD, Portugal

Editor Adjunto

Doutora Amélia Cristina Ferreira-da-Silva, Instituto Politécnico do Porto, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, CEPESE, CECEJ, Portugal

Editor AO

Doutorando Benjamim M'Bakassy, UBI, Portugal

Editor BR

Doutora Kimberly Marie Jones, Associação Educativa do Brasil (SOEBRAS), Brasil

Editor TP

Agio Pereira, Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros VI Governo Constitucional, Timor-Leste

Conselho Científico

Doutora Amélia Cristina Ferreira-da-Silva, Instituto Politécnico do Porto, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, CEPESE, CECEJ.

Professora Doutora Ana Maria Paiva, Universidade Aberta – CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Portugal

Doutora Anabela Martins Silva, Universidade do Minho, Portugal

Doutora Antonieta Maria Lima, ISVOUGA, Portugal

Doutor Carlos Machado Santos, UTAD, Portugal

Doutor Eduardo Manuel de Almeida Leite, Funorte; SOEBRAS, Brasil

Doutor Fábio Augusto Martins, Uniaraxá - Centro Universitário do Planalto de Araxá, Brasil

Doutor Fernando Jorge Rodrigues, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave Escola Superior de Gestão, Portugal

Doutor Fernando Oliveira Tavares, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Portugal

Doutora Helena Santos de Oliveira, Universidade de Vigo; Professora Adjunta no ISCAP/IPP, Portugal

Professor Doutor Herlandí de Souza Andrade, FATEC Guaratinguetá e Anhanguera

Doutor José Manuel Teixeira Pereira, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Portugal

Doutora Kimberly Marie Jones, Associação Educativa do Brasil (SOEBRAS), Brasil

Doutor Maximiliano E Korstanje, Universidad de Palermo, Argentina – Visiting Fellow at CERS Universidad de Leeds UK, Argentina

Doutor Nelson Duarte, Escola Superior de Tecnologia e Gestão – P.PORTO

Doutor Óscar Afonso, Universidade do Porto, Faculdade de Economia, Portugal

Doutor Patrício Batsíkama Mampuya Cipriano, Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola

Doutora Raquel Susana Pereira, Instituto Politécnico do Porto CEOS.PP – Centro de Estudos Organizacionais e Sociais do P.Porto, Portugal

Doutora Rossana Andreia Santos, ISAL Madeira, Portugal

Doutora Simone Valéria Dias Souto, Brasil

Conselho Editorial

Mestre Árlen Almeida Duarte de Sousa, Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE, Brasil

Mestre Andrey George Souza, Faculdades Unidas do Norte de Minas – FUNORTE Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Prefeitura Municipal de Montes Claros

Dr. Fabrizio Bon Vecchio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS UTAD, Brasil

Mestre Frederico Bida Oliveira, Faculdades Integradas do Norte de Minas, Brasil

Mestre Gisela Filipa Ferreira, Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, Portugal

Mestre Igor Rainei Cruz, Faculdades Integradas do Norte de Minas – Funorte, Brasil

Mestre Leonardo Augusto Couto Finelli, Faculdades Unidas do Norte de Minas – FUNORTE Faculdades de Saúde Ibituruna – FASI, Brasil

Mestre Maria Lina de Santana Freitas, Faculdade Promove de Janaúba, Brasil

Mestre Rui Miguel Pinho, Universidade Federal Rio de Janeiro – UFRJ, Brasil

Mestre Thiago Henrique Alves de Souza, Faculdades Integradas do Norte de Minas – Funorte, Brasil

Mestre Wellington Danilo Soares, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde – PPGCS/Unimontes, Brasil

Mestre Wiliam Toneli Da Silva, FUNORTE / SOEBRAS, Brasil

Chefe de Redação e Edição

Ana Leite, Universidade de Coimbra, Portugal

Redator PT

Mestre Eduarda Pinto, FADEUP, Portugal

Redator BR

Mayze Liduario Vargas, ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DO BRASIL – SOEBRAS

Executivos

Dr. Teófilo Sousa Fonseca, Moçambique, Timor-Leste, Espanha, Angola, Portugal.

Ficha Técnica

Editora: Prof. Doutora Ana Maria Alves Bandeira

ISSN (print): 2183-380X

ISSN (online): 2183-7201

Periodicidade: Semestral (janeiro, julho)

Detentora de 100% do capital da empresa: Ponte Editora, Sociedade Unipessoal, Lda.

Propriedade/Editora: Ponte Editora, Sociedade Unipessoal, Lda.

Contactos

Telefone: 291 723 010

E-mail: geral@ponteditora.org

Endereço para correspondência:

e³ – Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP.

Ponte Editora, Sociedade Unipessoal, Lda.

Startup Madeira – Sala 3
Campus da Penteada
9020-105 Funchal, Madeira

Estatuto Editorial

I – A **e³** – **Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP**, conhecida também pelas formas abreviadas de **e³** ou **Revista e³**, é uma publicação periódica gerida pela Ponteditora.

II – Sob o lema de Fernando Pessoa: “A minha pátria é a língua portuguesa”, a **e³** é uma publicação para a difusão da ciência em Português, vocacionada para a lusofonia e para os países da CPLP.

III – A linha editorial da **e³** centra-se na área dos negócios, transversal a disciplinas como a economia, gestão, contabilidade, finanças, recursos humanos, marketing, entre outras.

IV – A **e³** tem por missão fomentar a ciência em Português para o setor dos negócios, como forma de estimular o empreendedorismo e os negócios entre as economias dos países da CPLP.

V – A **e³** é editada semestralmente, em papel, em Portugal e, quando se justificar, na CPLP, e disseminada no resto do mundo através da internet.

VI – A **e³** terá aproximadamente 80 a 100 páginas de formato A4 e uma tiragem em papel inferior a 1.000 exemplares.

VII – A **e³** destina-se a professores, investigadores, estudantes e profissionais, nacionais ou estrangeiros, desde que com interesses empresariais na CPLP.

VIII – A **e³** apresenta um corpo editorial técnico e científico, aberto a académicos, investigadores, profissionais e executivos de organizações e empresas relacionadas com a atividade empresarial na CPLP, tais como: CEOS, CFO, entre outros.

IX – A **e³** publica artigos do tipo: original, de revisão e de opinião.

X – A **e³** publica em Português, podendo excecionalmente apresentar artigos noutra língua, desde que se trate de uma língua reconhecida internacionalmente no meio académico e em negócios, como por exemplo: inglês.

XI – A **e³** pretende promover o intercâmbio de ideias, experiências e projetos entre os autores, empreendedores e o mercado empresarial, contribuindo para a reflexão dos negócios na CPLP e para a sua ligação com a sociedade.

XII – A **e³** assume o compromisso de assegurar o respeito pelos princípios deontológicos e pela ética profissional dos jornalistas, assim como pela boa-fé dos leitores, nos termos nº 1 do artigo 17º da Lei de Imprensa.

Índice

Editorial

Editorial

Ana Maria Alves Bandeira
.....7

Fluxos de Caixa das empresas do setor alimentar em Portugal

Cash Flows of the food sector companies in Portugal

Fernando Oliveira Tavares; Luís Dias Pacheco; Telma Soares.
.....9

Alojamento Local na Região Autónoma da Madeira - Tipologia e Distribuição do Imóvel

Local Accommodation in the Autonomous Region of Madeira – Property’s typology and distribution. The Investor Profile.

Luís Filipe Seixas Sardinha; Duarte Nuno Fernandes; John Moura
.....25

Trabalho doméstico: análise da percepção do trabalhador após a regulamentação da lei complementar nº 150/2015

Domestic work: analysis of the worker’s perception after the supplementary law no. 150 of 2015

Leila Vaz da Silva; Daniela Assis Alves Ferreira
.....57

Inadimplência: Um Estudo com Usuários de Cartão de Crédito em Belo Horizonte/MG

Defaults: A study with credit card users in Belo Horizonte/MG

Ana Cláudia da Silva; Bianca Campos Xavier
.....86

A Língua Portuguesa e o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais da CPLP

The Portuguese language and the development of tourism in rural areas of the CPLP

Rossana Andreia Santos
.....111

Editorial

Editorial

Diretora da e³, Ana Maria Alves Bandeira¹

¹E-mail: bandeira@iscap.ipp.pt

Instituto Superior de Contabilidade e Administração
do Politécnico do Porto (ISCAP.PP)

A Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP mantém, no seu quarto volume, o foco na sua missão de prosseguir com a publicação de trabalhos de investigação de excelente qualidade de forma aberta, e a servir a comunidade dos países de língua portuguesa. Trata-se, assim, de um espaço importante para a difusão de investigação em ciências empresariais em português e a trabalhar no sentido de assegurar aos autores todo o apoio necessário para a publicação, procurando escolher revisores que proporcionem comentários construtivos que melhorem a qualidade das submissões iniciais.

Para este número destaca-se a elevada participação dos autores, tendo sido aceites para publicação cinco artigos.

O primeiro artigo intitula-se «Fluxos de Caixa das empresas do setor alimentar em Portugal». Com base numa amostra de empresas do setor alimentar em Portugal, para o período de 2010 a 2015, este estudo identifica os fatores determinantes dos fluxos de caixa das atividades operacionais, das atividades de investimento e das atividades de financiamento, procurando, assim, contribuir para a compreensão dos fatores determinantes dos fluxos de caixa e, portanto, permitir auxiliar os gestores na tomada de decisões.

O segundo artigo, «Alojamento Local na Região Autónoma da Madeira - Tipologia e distribuição do Imóvel. O Perfil do Investidor», aborda um tema atual e de interesse relevante para o setor imobiliário, mais concretamente na Região Autónoma da Madeira, onde o Alojamento Local tem vindo a aumentar. Este estudo apresenta a evidência empírica do perfil do investidor neste tipo de mercado, demonstrando que 62% dos investidores são dotados de formação ao nível de ensino superior e demonstra também que os concelhos com mais desenvolvimento de imóveis afetos ao Alojamento Local são o Funchal, Calheta e Santa Cruz.

O «Trabalho doméstico: análise da percepção do trabalhador após a regulamentação da

lei complementar nº 150/2015» é o título do terceiro artigo desta edição. Neste trabalho, é analisado o papel do trabalhador doméstico, a história do trabalho doméstico no Brasil e o seu reconhecimento profissional, social e jurídico proveniente da Emenda Constitucional Nº 72/2013.

O quarto artigo intitulado «Inadimplência: Um estudo com usuários de cartão de crédito em Belo Horizonte/MG» procura identificar as causas de inadimplência de usuários de cartão de crédito, tendo por base a população de Belo Horizonte. A evidência empírica deste estudo mostra que a educação financeira é fundamental no sentido de auxiliar o usuário de cartão de crédito a tomar as melhores decisões e, assim, procurar criar uma sociedade onde exista um maior equilíbrio entre o poder de compra e o quanto podem consumir.

O quinto artigo, «A língua portuguesa e o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais da CPLP», aborda a forma como o património cultural lusófono pode contribuir para o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais dos Estados-membros da CPLP, de onde se destaca a relação do património cultural da língua portuguesa com o investimento direto no estrangeiro, bem como os fluxos migratórios que, por sua vez, permitem contribuir para o desenvolvimento do turismo nas áreas mais carenciadas da CPLP.

O Conselho Editorial agradece a todos os que participaram na construção deste volume e solicita aos orientadores de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento que incentivem os seus alunos a submeterem artigos à Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP.



O trabalho e³ - Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Fluxos de Caixa das empresas do setor alimentar em Portugal *Cash Flows of the food sector companies in Portugal*

Fernando Oliveira Tavares¹; Luís Dias Pacheco²; Telma Soares³.

¹ E-mail: ftavares@iscet.pt

Instituto Superior de Ciências Empresariais e
do Turismo

² E-mail: luisp@upt.pt

Universidade Portucalense Infante D. Henrique

² E-mail: telma.soates@gmail.com

Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Resumo: O objetivo deste artigo é investigar quais os fatores determinantes dos fluxos de caixa das atividades operacionais, das atividades de investimento e das atividades de financiamento. A coleta de dados das empresas do setor alimentar em Portugal foi efetuada na base de dados SABI, para o período de 2010 a 2015, e foi aplicado o Método dos Dados em Painel. Verificou-se que as vendas estão positivamente relacionadas com os fluxos de caixa operacionais e negativamente relacionados com os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento. Apurou-se que o capital próprio está positivamente relacionado com o fluxo de caixa das atividades de investimento e negativamente relacionado com as atividades de financiamento. Os passivos correntes e não corrente também estão negativamente relacionados com os fluxos de caixa das atividades de investimento. Este estudo contribui para a compreensão dos fatores determinantes dos fluxos de caixa e assim permite auxiliar os gestores na tomada de decisões que possam ter impactos positivos e negativos nos fluxos de caixa.

Palavras-chave: Fluxos de caixa; desempenho no subprime; informação financeira; dados em painel.

Abstract: *The aim of this paper is to research the determinants of cash flows resulting from operating, investment and financing activities. Considering the period from 2010 to 2015, it is collected data from the SABI database regarding food companies in Portugal and applied a panel data methodology. The results evidence that sales are positively related to operating cash flows but negatively related to cash flows from investing and financing activities. It is also found that equity is positively related to the cash flows from investment activities but negatively related to financing activities' cash flows. Current and non-current liabilities are also negatively related to cash flows from investing activities. This study contributes to the understanding of the cash flows' determinants thus helping managers to infer which decisions may have positive or negative impacts on their firms' cash flows.*

Keywords: *Cash flows; subprime performance; financial information; panel data.*

1 - INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a questão dos fatores decisivos dos fluxos de caixa, testando empiricamente essas determinantes para os fluxos de caixa operacionais, para os fluxos de caixa das atividades de investimento e para os fluxos de caixa das atividades de financiamento, focalizando a análise nas empresas da indústria alimentar.

O Banco de Portugal (BdP, 2016) publicou um estudo sobre a situação económica e financeira das empresas do setor alimentar entre 2010 e 2015. Segundo esse estudo, em 2014, as indústrias alimentares correspondiam a dois por cento do total das empresas em Portugal e a três por cento do volume de negócios total. Com exceção do ano de 2012, entre 2010 e 2014 houve mais empresas a iniciar atividade no setor do que a cessar atividade. Por exemplo, no ano de 2014, por cada empresa que cessou atividade, foram criadas 1,4 novas empresas e o número de empresas em atividade no setor cresceu 1,8 por cento. Ainda naquele estudo, pode-se verificar que em 2014 as empresas constituintes da indústria alimentar eram maioritariamente microempresas, totalizando estas 71 por cento do setor. No entanto, são estas as menos significativas em termos de volume de negócios, com um peso de apenas 5 por cento. Por sua vez, as Pequenas e Médias Empresas (PME) são as menos significativas em termos do número de empresas, com apenas 28 por cento. Apesar, disso, possuem o maior peso no volume de negócios do setor, com 59 por cento, enquanto que as grandes empresas, que correspondem apenas a um por cento do total, geram 37 por cento do volume de negócios da indústria alimentar.

Refira-se que, apesar dos inúmeros estudos teóricos e empíricos sobre a temática dos fluxos de caixa e seus determinantes, não existe unanimidade na escolha desses determinantes, estando assim aberto o tema a novas pesquisas.

Como anteriormente referido objetivo deste artigo é investigar quais os fatores determinantes dos fluxos de caixa das atividades operacionais, das atividades de investimento e das atividades de financiamento. Para a prossecução do objetivo, o artigo está estruturado da seguinte forma: na seção 2 é apresentada uma revisão da literatura sobre os fluxos de caixa e suas determinantes; a seção 3 é dedicada à apresentação de metodologia e formulação de hipóteses; na seção 4 é efetuada a verificação e validação

dos pressupostos da metodologia usada e é realizada a apresentação e discussão dos resultados obtidos através do Modelo dos Dados em Painel, sendo as conclusões apresentadas na última seção. O presente artigo apresenta conclusões que são um contributo para a compreensão dos fluxos de caixa das atividades operacionais, das atividades de investimento e das atividades de financiamento.

2 - REVISÃO DA LITERATURA

A crise financeira do subprime teve a sua génese nos EUA, estendendo-se aos restantes países a nível mundial aquando da queda do Lehman Brothers em 2008. De acordo com Martins (2016), a crise económica e financeira internacional teve um impacto particularmente negativo em Portugal, na medida em que envolveu um forte movimento de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo de vários anos. Este processo de ajustamento implicou custos consideráveis em termos de crescimento e de emprego. Segundo aquele mesmo autor, a incapacidade de pagamento dos clientes e a queda da procura foram dois dos principais fatores que afetaram negativamente as empresas durante a crise, com efeitos mais graves nas empresas de menor dimensão.

No entender de Freire e Moury (2014) por volta de 2009 até 2011 vários foram os países a ser apontados como investimento de alto risco. Isto provoca automaticamente uma diminuição do investimento estrangeiro nesses mesmos países agravando ainda mais os efeitos da crise que se já se fazia sentir.

Para este estudo o foco será a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFCX). Esta é uma demonstração financeira que consiste na representação contabilística dos influxos (recebimentos, entradas) e os exfluxos (pagamentos, saídas) de caixa (dinheiro em caixa e depósitos à ordem) e seus equivalentes (investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos e de baixo risco). Também Deakin (1972) e Beaver (1966) entendem que os fluxos de caixa consistem, simplesmente, no lucro líquido mais depreciações e amortizações. Para Lamas e Gregório (2009) a demonstração dos fluxos de caixa, juntamente com as restantes demonstrações financeiras, ajuda a melhor perceber a capacidade da empresa em gerar fluxos monetários, permitindo assim, avaliar mais facilmente a estrutura financeira da mesma, nomeadamente a liquidez e a solvabilidade.

Autores como Morellec, Nikolov e Zucchi (2014) defendem que num mercado perfeito não haveria necessidade de retenção de fluxos de caixa, pois as empresas captariam recursos sem custo. No entanto, com todas as incertezas existentes nos mercados, é necessária uma maior retenção para precaver possíveis perdas operacionais ou dificuldades de obtenção de recursos financeiros. Assim sendo, e segundo Pinkowitz, Stulz e Williamson (2013) num ambiente de crise os gestores tendem a investir menos, o que leva a uma maior retenção de caixa. Assim, neste estudo, iremos verificar a veracidade deste tópico, durante a crise do subprime.

As DFCX devem relatar os movimentos de caixa do período por forma a permitir determinar o impacto das atividades operacionais, de investimento e de financiamento (Borges, Nunes e Alves, 2012).

Segundo as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), os fluxos de caixa das atividades operacionais consistem nos recebimentos provenientes da venda de bens e/ou prestação de serviços, dos recebimentos de royalties, honorários, comissões e outros réditos, pagamento a fornecedores, pagamentos a empregados, pagamentos/recebimentos de impostos sobre o rendimento e nos recebimentos/pagamentos de contratos cuja finalidade seja o negócio.

Por sua vez, os fluxos de caixa de atividades de investimento são constituídos por aquisição e alienação de ativos de longo prazo.

Quanto aos fluxos de caixa de atividades de financiamento temos as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos. Por último, nos fluxos de caixa em moeda estrangeira são representadas as diferenças de câmbio positivas e negativas. No entender de Breia, Mata e Pereira (2014) para verificar se uma empresa é ou não sustentável é necessário ter em conta não apenas a existência de resultados operacionais positivos mas também um fluxo de caixa de exploração positivo a longo prazo, ou seja, a capacidade da empresa obter disponibilidades através da sua atividade normal. No entanto, uma empresa com fragilidades nos seus fluxos de caixa operacionais pode vir facilmente a passar por situações de incumprimento para com os seus fornecedores, situação essa que se verifica muitas vezes, principalmente em períodos de crise, tal como a vivida desde 2008. De acordo com Breia, Mata e Pereira (2014), um resultado negativo na atividade

operacional pode estar relacionado com possíveis excedentes de disponibilidades no início do período podendo estes ser cobertos pelos fluxos de investimento, através de, por exemplo, juros recebidos de empréstimos concedidos.

Assim, o cálculo da demonstração dos fluxos de caixa é feito tendo em conta a diferença entre os meios monetários líquidos no início e no final do período. Para tal tem-se apenas de calcular os fluxos de caixa operacionais, os de investimento e por fim os de financiamento para se obter a totalidade dos fluxos de caixa (vd. Tabela 1).

Tabela 1 - Cálculo dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de janeiro N+1	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	Ano N
+ Rendimentos Operacionais (Recebimentos de Clientes)	
- Gastos Operacionais (Pagamentos a fornecedores; Pagamentos ao Pessoal; Amortizações e Depreciações; Provisões e Perdas por Imparidade, Impostos sobre o rendimento...)	
= Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	
- Pagamentos respeitantes a Ativos Fixos Tangíveis	
+ Recebimentos provenientes de Ativos Fixos Tangíveis	
= Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	
+ Recebimentos Provenientes de Realizações de Capital	
- Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos Obtidos	
Juros e Gastos similares	
= Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	
Variação de Caixa e seus equivalentes	
Caixa e seus equivalentes no início do período	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	

Fonte: Adaptado de Kaplan e Ruback (1995)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é considerada uma importante ferramenta de gestão para qualquer organização segundo Spadin (2015), pois ajuda no planeamento dos recursos financeiros ajudando a evitar excessos ou insuficiências.

Num estudo realizado sobre a companhia aérea Laker Airways por Lee (1982) ficou demonstrando através da análise dos fluxos de caixa, que a empresa se encontrava com problemas financeiros três anos antes de esta apresentar o seu pedido de falência, demonstrando assim que esta análise pode ser crucial na previsão de falência.

Os autores Cornett, Júnior e Nofsinger (2013) referem que os fluxos de caixa são bons indicadores de resultados e rentabilidade e que estes são utilizados na avaliação de investimentos, na análise de crédito e na decisão de distribuição de dividendos.

No entender de Tavares (2002), o fluxo mais importante dentro da DFCX é o fluxo de caixa operacional, pois é este que demonstra a capacidade da empresa em gerar os recursos necessários para cumprir as suas obrigações.

Tabela 2 - Rácios de Fluxos de Caixa

Cobertura do Passivo Corrente	Fundo de cobertura de fluxos
$\frac{FCO}{Passivo\ Corrente}$	$\frac{EBITDA}{(Juros + Impostos\ Ajustados + Impostos - Dividendos)}$
Capacidade da empresa em gerar recursos	Cobertura das despesas
Rácio de cobertura de juros	Passivo de caixa da dívida atual
$\frac{FCO + Juros\ Pagos + Impostos\ pagos}{Juros\ Pagos}$	$\frac{FCO - Dividendos}{Passivo}$
Capacidade da empresa para pagar os juros	Capacidade para liquidar as suas dívidas atuais
Rácio de working capital	Rácio do endividamento
$\frac{FCO}{Despesas\ de\ Capital}$	$\frac{FCO}{Dívida\ Total}$
Capacidade da empresa fazer face às dívidas após o investimento em equipamentos e instalações	Capacidade da empresa fazer face às dívidas futuras
Fluxo de caixa livre	Adequação do fluxo de caixa
$\frac{Fluxo\ de\ Caixa\ Livre}{FCO}$	$\frac{(EBITDA - Impostos\ Pagos - Juros\ Pagos - Despesas\ de\ capital)}{Média\ Anual\ da\ Dívida\ nos\ próximos\ 5\ anos}$
Capacidade da empresa em fazer face aos compromissos de caixa futuros	Capacidade de crédito da empresa

Fonte: Adaptado de Mills e Yamamura (1998)

O conceito de insolvência técnica que ocorre quando a empresa não tem capacidade de cumprir com as suas obrigações no prazo acordado foi referido por Gitman e Zutter (2012), pois significa que a mesma sofre de uma crise de liquidez. Nestes casos, se os ativos forem maiores que o passivo, estes ativos podem ser convertidos em caixa e se esta ação for realizada dentro de um prazo aceitável pelos seus credores, a situação de insolvência é evitada evitando-se assim a falência.

Por sua vez, Mills e Yamamura (1998) consideram importante analisar a posição financeira de uma empresa e a viabilidade do negócio, usando para tal rácios financeiros calculados com base na DFCX. Segundo os mesmos, esta informação é mais fiável do que as presentes nas restantes demonstrações financeiras uma vez que se baseia na caixa da empresa.

Para além dos rácios apresentados pelos autores referenciados acima (e descritos na Tabela 2), outros rácios e conclusões podem ser importantes para avaliar a situação e viabilidade económica e financeira da empresa, uma vez que, para uma avaliação correta, todos os dados devem ser tidos em consideração.

3 - METODOLOGIA E DADOS

3.1. Modelo geral dos dados em painel

Os modelos em painel diferenciam-se dos modelos com dados temporais ou com dados cross-section no índice duplo que atribuímos a cada variável:

$$Y_{it} = \beta_{0it} + \beta_1 X_{it1} + \beta_2 X_{it2} + \dots + \mu_{it}$$

Com:

$i = 1 \dots N \rightarrow N$ empresas

$t = 1 \dots T \rightarrow T$ períodos de tempo em análise

$N * T \rightarrow$ Número total de observações

$\beta_0 \rightarrow$ Refere-se ao parâmetro do intercepto

Os modelos com dados em painel têm sido bastante usados em estudos econométricos e nas ciências sociais aplicadas desde que Balestra e Nerlove o tornaram popular, uma vez que este modelo permite uma abordagem mais abrangente de fenómenos de ajustamento que não podem ser vistos de forma isolada. Apesar de ser cada vez mais usado, principalmente em algumas áreas específicas da economia como, por exemplo, a economia da inovação, nas áreas de finanças empresariais este modelo apesar de ter vindo a ganhar popularidade, continua a não ser o mais utilizado.

No modelo geral, o intercepto e os parâmetros resposta são diferentes para cada individuo e para cada período de tempo existindo assim mais parâmetros desconhecidos do que observações, não sendo possível, neste caso, estimar os parâmetros. Nesse sentido, é necessário especificar suposições acerca do modelo geral a fim de torna-lo operacional. Entre os modelos que combinam dados de séries temporais e dados em corte transversal, temos três que, segundo Pacheco e Tavares (2017), são os mais utilizados:

- Modelo de Dados Agrupados ou em Poodle
- Modelo de Efeitos Fixos (MEF)
- Modelo de Efeitos Aleatórios (MEA)

Por forma a seleccionar o modelo a estimar que melhor explique a regressão de dados em painel, recorre-se a alguns testes comparativos entre os modelos, nomeadamente, os testes de Breusch-Pagan e de Hausman. A aplicação destes testes à amostra considerada neste artigo irá determinar que o MEA é o mais adequado na análise dos determinantes dos fluxos de caixa (Gujarati e Porter, 2003).

3.2. Hipóteses e Amostra

Para elaboração desta análise foram retirados dados financeiros relativos a empresas do setor alimentar em Portugal da base de dados SABI (Sistema de Análise de Balanços Ibéricos).

Desde o início que foram encontradas dificuldades. Primeiramente e mais importante, a incompatibilidade entre os dados pré e pós implementação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), o que levaria a dificuldades de comparação entre dados que não

são calculados da mesma forma ou que não estariam disponíveis. Assim, o período de análise necessitou de ser reduzido apenas para o período pós SNC, ou seja, 2010.

Após esta seleção temporal, estariam na base de dados 985 empresas. Foi então necessário realizar um filtro da informação, uma vez que nessas 985 empresas havia empresas sem dados disponíveis para várias variáveis. O primeiro critério foi eliminar todas as empresas que tivessem mais de três variáveis sem informação disponível. Após este filtro estar concluído, ficariam apenas 17 empresas disponíveis para análise, valor esse que não aceitável.

Ao realizar inicialmente os filtros foi possível verificar que a maioria das empresas não apresentava as variáveis das imparidades e dos juros obtidos pelo que essas variáveis foram retiradas da amostra. Seguidamente, foram retiradas todas as empresas que não possuíam vendas/prestação de serviços em todos os anos, pois isso significaria que haviam encerrado atividade. Assim, com estes critérios, a amostra ficou em 232 empresas com informação disponível para todas as variáveis em todos os anos apresentados.

3.3. Hipóteses

As hipóteses de investigação baseiam-se na componente teórica da revisão de literatura, assim como nos fatores determinantes dos fluxos de caixa das atividades de investimento, de financiamento e operacionais das empresas portuguesas no setor alimentar. As variáveis explicativas desses fluxos de caixa são agrupadas em rácios como os resultados antes de impostos, os juros e gastos similares suportados, o total do passivo corrente, o total do passivo não corrente, os impostos sobre o rendimento do período, o total do capital próprio e as vendas e serviços prestados.

Apresenta-se seguidamente o elenco das hipóteses de investigação baseadas na literatura e resultantes da articulação dos métodos utilizados na construção do modelo respeitante às variáveis a testar.

Segundo o que vimos na revisão de literatura em relação às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), os fluxos de caixa das atividades operacionais consistem nos recebimentos provenientes da venda de bens e/ou prestação de serviços, dos recebimentos de royalties, honorários, comissões e outros réditos, pagamento a fornecedores, pagamentos a empregados, pagamentos/recebimentos de impostos sobre o rendimento e nos recebimentos/pagamentos de contratos cuja finalidade seja o negócio.

Com base na literatura mencionada, espera-se uma relação positiva entre os impostos sobre o rendimento do período e das vendas e serviços prestados e os fluxos de caixa operacionais. Por forma a testar esta relação formulam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: Os impostos sobre o rendimento do período estão negativamente relacionados com os fluxos de caixa operacionais das empresas portuguesas, ceteris paribus.

Hipótese 2: As vendas e serviços prestados da empresa estão positivamente relacionados com os fluxos de caixa operacionais das empresas portuguesas, ceteris paribus.

Por sua vez, os fluxos de caixa de atividades de investimento são constituídos por aquisição e alienação de ativos de longo prazo. Aqui, espera-se uma relação positiva entre o total do capital próprio e os fluxos de caixa das atividades de investimento, assim como, uma relação negativa para as vendas e serviços prestados. Por forma a testar estas relações formulam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 3: As vendas e serviços prestados das empresas estão negativamente relacionados com os fluxos de caixa das atividades de investimento das empresas portuguesas, ceteris paribus.

Hipótese 4: O total do capital próprio das empresas está positivamente relacionado com os fluxos de caixa das atividades de investimento das empresas portuguesas, ceteris paribus.

Quanto aos fluxos de caixa de atividades de financiamento temos as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos. Por último, nos fluxos de caixa em moeda estrangeira são representadas as diferenças de câmbio positivas e negativas.

Com base na literatura mencionada, espera-se uma relação positiva do total do passivo corrente e não corrente com os fluxos de caixa de financiamento, enquanto que as

vendas e serviços prestados terão uma relação negativa. Por forma a testar estas relações formulam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 5: O passivo corrente e não corrente das empresas estão negativamente relacionados com os fluxos de caixa de financiamento das empresas portuguesas, ceteris paribus.

Hipótese 6: O total do capital próprio das empresas está negativamente relacionado com os fluxos de caixa de financiamento das empresas portuguesas, ceteris paribus.

4 - RESULTADOS

4.1 - Fluxos de Caixa Operacionais

Os resultados para os fluxos de caixa operacionais são apresentados na Tabela 3. Registam-se valores de p muito próximos de 0, o que significa que estamos perante um elevado nível de significância das variáveis, nomeadamente nos resultados antes de impostos (RAI), nos juros e gastos similares suportados, nos impostos sobre o rendimento e nas vendas e serviços prestados. Estamos também perante erros-padrão muito reduzidos.

Tabela 3–MEA: Variável Dependente - Fluxos de Caixa Operacionais

	<i>Coefficiente</i>	<i>ErroPadrão</i>	<i>rácio-t</i>	<i>valor p</i>	
Constante	-193,049	106,71	-1,8091	0,07065	*
RAI	0,195224	0,0230882	8,4556	0,00001	***
Juros e Gastos Similares	1,40045	0,186493	7,5094	0,00001	***
Total do PassivoCorrente	-0,0377433	0,010851	-3,4783	0,00052	***
Total do Passivo não Corrente	0,0567029	0,0189138	2,9980	0,00277	***
Impostos sobre o Rendimento	1,66272	0,131432	12,6508	0,00001	***
Total do Capital Próprio	0,0197403	0,00960896	2,0544	0,04013	**
Vendas e ServiçosPrestados	0,0225142	0,00434961	5,1761	0,00001	***
Rquadrado = 0,595732					
Teste de Breusch-Pagan: Qui-quadrado(1) = 36,2193 (***)					
Teste de Hausman: Qui-quadrado(7) = 106,954 (***)					
* p <0.10; ** p <0.05; *** p <0.01					

Fonte: Elaboração Própria

Podemos verificar que quase todas as variáveis têm um impacto positivo nas atividades operacionais, com exceção do total do passivo corrente, que apresenta um sinal negativo. Pela análise dos resultados do modelo, verificamos que os dados em painel apresentam uma razoável capacidade explicativa, com 59,57% das variações dos fluxos de caixa das atividades operacionais explicadas pelas variáveis independentes. Relativamente às hipóteses apresentadas atrás, os resultados indicam a validação das hipóteses 1 e 2.

4.2 - Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Os resultados para os fluxos de caixa das atividades de financiamento são apresentados na Tabela 4. Registam-se igualmente valores de p muito próximos de 0, o que significa que estamos perante um elevado nível de significância das variáveis, nomeadamente nos resultados antes de impostos (RAI), nos juros e gastos similares suportados, no total do passivo corrente e nos impostos sobre o rendimento do período. Mais uma vez os erros-padrão são muito reduzidos. Aqui podemos verificar que apenas temos duas variáveis com impacto positivo nas atividades de financiamento que são elas o total do passivo corrente e o total do passivo não corrente e todas as restantes têm um impacto negativo.

Tabela 4—MEA: Variável Dependente - Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

	<i>Coeficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>rácio-t</i>	<i>valor p</i>	
Constante	309,671	108,669	2,8497	0,00444	***
RAI	-0,17412	0,0235121	-7,4055	0,00001	***
Juros e Gastos Similares	-2,04014	0,189918	-10,7422	0,00001	***
Total do Passivo Corrente	0,0632903	0,0110503	5,7275	0,00001	***
Total do Passivo não Corrente	0,0410073	0,0192611	2,1290	0,03343	**
Impostos sobre o Rendimento	-1,39726	0,133845	-10,4394	0,00001	***
Total do Capital Próprio	-0,0108334	0,00978538	-1,1071	0,26844	
Vendas e Serviços Prestados	-0,0173732	0,00442947	-3,9222	0,00009	***
Rquadrado = 0,395421					
Teste de Breusch-Pagan: Qui-quadrado(1) = 23,9502 (***)					
Teste de Hausman: Qui-quadrado(7) = 209,84 (***)					
* p < 0.10; ** p < 0.05; *** p < 0.01					

Fonte: Elaboração Própria

Pela análise dos resultados do modelo selecionado, verificamos que os dados em painel apresentam uma razoável capacidade explicativa com 39,54% das variações dos fluxos de caixa das atividades de financiamento, explicadas pelas variáveis independentes. Em relação às hipóteses apresentadas atrás, os resultados permitem validar a hipótese 3, mas não permitem validar a hipótese 4.

4.3 - Fluxos de caixa das atividades de investimento

Os resultados para os fluxos de caixa das atividades de investimento são apresentados na Tabela 5. Registam-se mais uma vez valores de p muito próximos de 0, o que significa que estamos perante um elevado nível de significância das variáveis, nomeadamente nos resultados antes de impostos, no total do passivo não corrente, nos impostos sobre o rendimento do período, no total do capital próprio e nas vendas e serviços prestados. Mais uma vez os nossos erros-padrão são muito reduzidos.

Tabela 5–MEA: Variável Dependente - Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>rácio-t</i>	<i>valor p</i>	
Constante	-121,99	81,1403	-1,5034	0,13295	***
RAI	0,898023	0,0166455	53,9500	<0,00001	***
Juros e Gastos Similares	0,481102	0,135652	3,5466	0,00040	***
Total do Passivo Corrente	-0,0311557	0,00798666	-3,9010	0,00010	***
Total do Passivo não Corrente	-0,0748621	0,0138975	-5,3867	<0,00001	***
Impostos sobre o Rendimento	-4,1471	0,0941321	-44,0562	<0,00001	***
Total do Capital Próprio	0,0536039	0,00719105	7,4543	<0,00001	***
Vendas e Serviços Prestados	-0,0222526	0,00328193	-6,7803	<0,00001	***
Rquadrado = 0,900798					
Teste de Breusch-Pagan: Qui-quadrado(1) = 5,29475 (***)					
Teste de Hausman: Qui-quadrado(7) = 72,6935 (***)					
* p < 0.10; ** p < 0.05; *** p < 0.01					

Fonte: Elaboração Própria

Aqui podemos verificar que apenas temos três variáveis com impacto positivo nas atividades de investimento que são os resultados antes de impostos, os juros e gastos similares suportados e o total do capital próprio e todas as restantes têm um impacto negativo nas mesmas.

Pela análise dos resultados do modelo verificamos que os dados em painel apresentam uma excelente capacidade explicativa com 90,07% das variações dos fluxos de caixa das atividades de investimento, explicadas pelas variáveis independentes. Relativamente às hipóteses atrás apresentadas, os resultados permitem validar a hipótese 5, embora não

aconteça o mesmo com a hipótese 6.

5. Conclusão

Por forma a explorar este impacto da crise no setor, foi realizada uma análise dos fluxos de caixa das empresas do setor alimentar português. Para essa análise recorreu-se à metodologia de dados em painel. Através desta análise dos fluxos de caixa, podemos verificar que, de 2010 a 2013, se verificou uma descida, descida essa justificada por um período pós crise e várias medidas de austeridade, descida causada por uma diminuição dos fluxos de caixa das atividades de investimento, uma vez que não havia confiança nem disponibilidade financeira para investir, e pelos fluxos de caixa das atividades de financiamento, uma vez que com a instabilidade económica e financeira e a queda do setor bancário as possibilidades de crédito estava muito mais reduzidas.

Ao contrário do que se verifica nestes dois tipos de fluxos de caixa, os fluxos de caixa de atividade operacionais sofreram um aumento durante este período, indo de encontro a que, uma vez que são bens essenciais, as suas vendas e/ou serviços prestados não sofrem grande impacto.

Do estudo efetuado podemos concluir que as variáveis dependentes para explicar os fluxos de caixa das atividades de financiamento são: os Resultados Antes de Impostos (RAI), os Juros Suportados (JUR), o Passivo Corrente (PC), o Passivo Não Corrente (PNC), os Impostos Sobre o Rendimento (IR) e as Vendas e Serviços Prestados (VSP). Já para explicar os fluxos de caixa das atividades operacionais teremos, para além das anteriores, uma nova variável, o Total do Capital Próprio (TCP). Finalmente, quanto aos fluxos de caixa das atividades de investimento, os resultados indicam exatamente as mesmas variáveis independentes que para os fluxos de caixa das atividades operacionais, embora com sinais diferentes nos três modelos. Este artigo é uma contribuição para a formação de conhecimento sobre as variáveis dependentes que explicam os fluxos de caixa das atividades de financiamento, das atividades operacionais e das atividades de financiamento.

REFERÊNCIAS

Banco de Portugal (2016). Análise Setorial das Indústrias Alimentares 2010-2015. Nota de informação estatística 61/2016.

Beaver, W. H. (1966). Financial ratios as predictors of failure. *Journal of Accounting Research*, 4, 71-111.

Borges, M. S. D., Nunes, S. C. D. & Alves, M. (2012). A demonstração dos fluxos de caixa e sua contribuição para uma tomada de decisão mais informada. *Revista Universo Contábil*, 8(1), 141-158.

Breia, A.; Mata, M. & Pereira, V. (2014). *Análise Económica e Financeira*. Lisboa: Letras e Conceitos, Lda..

Cornett, M. M., Adair Júnior, T. A. & Nofsinger, J. (2013). *Finance* 7. Ed. Pearson/Prentice Hall.

Deakin, E. (1972). A discriminant analysis of predictors of business failure. *Journal of Accounting Research*, 10(1), 167-179.

Freire, A., Moury, C. O (2014). Apoio dos «Cidadãos» e das «Elites» à UE, antes e depois da Crise Financeira: Os Países Periféricos da Europa do Sul (Grécia, Portugal e Espanha) numa perspetiva comparada. *Relações Internacionais*, 41, 97-122.

Gitman, L. J., Zutter, C. J. (2012) *Principles of Managerial Finance*. Prentice Hall.

Gujarati, D. N.; Porter, D. C. (2003) *Basic Econometrics*. 4th. New York: McGraw-Hill.

Hausman, J. A. (1978). Specification tests in econometrics. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 46(6), 1251-1271.

Ivashina, V.; Scharfstein, D. (2010). Bank lending during the financial crisis of 2008. *Journal of Financial Economics*, 97(3), 319-338.

Kaplan, S. N.; Ruback, R. S. (1995). The valuation of cash flow forecasts: An empirical analysis. *The Journal of Finance*, 50(4), 1059-1093.

Lamas, F. R.; Gregório, A. A. (2009). Demonstração dos Fluxos de Caixa e Contabilidade Criativa. *Revista Universo Contábil*, v. 5, n. 3, p. 99-115, 2009.

Lee, T. A. (1982). Laker Airways-the cash flow truth. *Accountancy*, 93, 115-116.

Longstaff, F. A. (2010). The subprime credit crisis and contagion in financial markets. *Journal of Financial Economics*, 97(3), 436-450.

- Martins, F. (2016). A reação das empresas portuguesas à crise económica e financeira: principais choques e canais de ajustamento. *Revista de Estudos Económicos, Banco de Portugal*, 2, 51-75.
- Mills, J., Yamamura, J. H. (1998). The power of cash flow ratios. *Journal of Accountancy*, 186(4) 53-62.
- Morellec, E., Nikolov, B. & Zucchi, F. (2014). Competition, cash holdings, and financing decisions. *Swiss Finance Institute Research Paper*, No. 13-72.
- Pacheco, L. (2016). Capital structure and internationalization: The case of Portuguese industrial SMEs. *Research in International Business and Finance*, 38, 531-545.
- Pacheco, L., Tavares, F. (2017). Capital structure determinants of hospitality sector SMEs. *Tourism Economics*, 23(1), 113-132.
- Pinkowitz, L., Stulz, R. M. & Williamson, R. (2013). Is there a US high cash holdings puzzle after the financial crisis?.[Working Paper] Fisher College of Business. Recuperado de <http://ssrn.com/abstract=2253943>.
- Spadin, C. E. (2015). A importância da demonstração dos fluxos de caixa enquanto instrumento gerencial para a tomada de decisão. *Revista de Ciências Gerenciais*, 12(14), 167-178.
- Tavares, F. A. (2002). Avaliação de Acções. O Modelo do Cash-Flow. *Vida Económica*, Porto.
- Wooldridge, J. M. (2010). *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. MIT Press.



O trabalho e³ - Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Alojamento Local na Região Autónoma da Madeira - Tipologia e distribuição do Imóvel. O Perfil do Investidor

*Local Accommodation in the Autonomous Region of Madeira – Property’s typology and distribution.
The Investor Profile.*

Luís Filipe Seixas Sardinha¹; Duarte Nuno Fernandes²; John Moura³.

¹ E-mail: sar_dinha@hotmail.com

Instituto Superior de Administração e Línguas

² E-mail: duartefernandes13@gmail.com

Instituto Superior de Administração e Línguas

³ E-mail: johmoura@gmail.com

Instituto Superior de Administração e Línguas

Resumo: Na Região Autónoma da Madeira, o Alojamento Local tem vindo a aumentar. Permitiu a reabilitação de imóveis degradados, oferta de alojamento em zonas atípicas e contribui de forma indireta para outros setores. Com aumento deste mercado torna-se importante compreender os intervenientes.

É neste âmbito que surgiu este estudo empírico. Através de um questionário administrado a 266 pessoas, procurou-se perceber qual o perfil do investidor neste tipo de mercado e mapear a distribuição do AL na RAM. No presente estudo foi possível demonstrar quais os concelhos com mais desenvolvimento de imóveis afetos ao AL (Funchal, Calheta e Santa Cruz). Também foi possível verificar que em todos os concelhos existem imóveis afetos a esta atividade, apresentando diferentes tipologias em zonas mais centrais (predominância de apartamentos) e zonas menos centralizadas (predominância de moradias).

Ficou demonstrado que 62% dos investidores são dotados de formação ao nível de ensino superior e numa perspetiva geral os inquiridos apresentam competências para atuar no mercado.

Palavras-chave: Alojamento Local; Perfil do Investidor; Região Autónoma da Madeira; Turismo.

Abstract: In Autonomous Region of Madeira, Local Accommodation has been increasing. It allowed the rehabilitation of degraded properties, offering accommodation in atypical areas and indirectly contributing to other sectors of activity. With an increase in this market, it is important to understand the players.

It is within this scope that this empirical study emerged. Through a questionnaire administered to 266 people, it was sought to understand the profile of the investor in this type of market and to map the distribution of the LA in the RAM. In the present study it was possible to demonstrate which municipalities with the most development of real estate affected by LA (Funchal, Calheta and Santa Cruz). It was also possible to verify that in all municipalities there are properties related to this activity, presenting different typologies in more central areas (predominance of apartments) and less centralized areas (predominance of dwellings).

The results showed that 62% of the investors are trained at higher level and in a general perspective the respondents have the competencies to act in the market.

Keywords: Local Accommodation; Investor Profile; Autonomous Region of Madeira; Tourism.

1. INTRODUÇÃO

A atualidade é caracterizada por um forte crescimento do turismo em Portugal. Este setor apresenta-se ao público sobre diversas formas procurando-se adaptar às necessidades emergentes dos turistas. Portugal foi pioneiro na regulamentação do Alojamento Local (AL). Surge em 2008 no âmbito do simplex, caracterizando a mudança de um paradigma. Mais tarde, em 2014, congrega-se então a revista e atualizada regulamentação para este tipo de alojamento harmonizada com um período de recuperação económico e aumento da procura turística por Portugal. Relativamente ao Alojamento Local, é inegável o seu contributo para o setor e economia de Portugal. Apresenta-se como uma alternativa à oferta tradicional em novos locais, com preço e experiências singulares. A regulamentação e facilidades para submeter o pedido permitiu uma oferta vasta e diversa que vai desde ao imóvel adquirido para o efeito, ou reabilitação de imóveis degradados ou mesmo situações que se apresentavam no mercado de forma irregular tornando-as viáveis e reguladas.

Na Região Autónoma da Madeira (RAM) o número de camas deste tipo de alojamento ascende as 9600. Em 2016 o número de camas já representava 14,7% do total de camas da RAM.

A apresentação do imóvel no mercado é feita tanto de forma direta pelo proprietário bem como através de parceiros de negócio que se disponibilizam a fazer toda a gestão e rentabilização do imóvel.

As vozes e opiniões quanto ao tema são dissonantes. Se por um lado surge um novo leque de oportunidades permitindo novos empreendedores e investidores neste tipo de mercado, por outro para quem já está estabelecido surgem dúvidas sobre as competências e idoneidade de quem opera neste tipo de mercado.

É neste âmbito que surge este estudo empírico. Através de um inquérito por questionário procuramos perceber qual o perfil do investidor neste tipo de mercado. Numa perspetiva de futuro, procura-se identificar a tipologia e mapear a distribuição geográfica AL na RAM.

Numa primeira fase ir-se-á proceder à análise dos dados disponibilizados pelo Registo Nacional de Alojamento Local (RNAL) e de seguida à análise dos dados provenientes dos questionários aplicados.

Objetivos e perguntas de investigação

O presente trabalho procura averiguar qual é o perfil de investidor neste tipo de mercado e caracterizar a tipologia e distribuição geográfica do AL na RAM.

Como Objetivos Específicos foram definidos:

- Saber as características sociodemográficas do investidor;
- Saber motivo para se tornar investidores em AL na RAM;
- Saber se a gestão do seu imóvel é feita por conta própria ou por terceiros e que dificuldades surgem neste tipo de negócio;
- Como compõem o seu marketing mix (preço, produto, distribuição e comunicação);
- Qual a posição do investidor perante a temática do AL na RAM;
- Refletir sobre os resultados.

Com este trabalho procura-se responder às seguintes questões:

- Os detentores de imóveis em regime de AL são pessoas dotadas de formação superior e/ou formação específica?
- Qual a tendência geográfica e tipologia de imóvel deste tipo de negócio na RAM?
- Quem e como se faz a gestão dos imóveis em regime de AL na RAM?

Contextualização Teórica

1 - Singularidades do Turismo

1.1 - Turismo e Turista

A Organização Mundial de Turismo (OMT) (2010), através da publicação do documento denominado “Recomendações Internacionais para Estatísticas do Turismo”, define turismo como as atividades realizadas pelas pessoas fora da sua área de residência, por determinado período ininterrupto, inferior a um ano, com fins lúdicos, de trabalho, saúde, entre outros. Já o termo turista é utilizado para definir qualquer pessoa que passe 24 horas fora da sua área de residência, ou pernoite noutro local, no próprio país ou noutro, em alojamento privado ou coletivo, com diversos motivos desde que não o de obtenção de lucro.

1.2 - Turismo ao nível global e na Europa

O turismo a nível global tem tido um crescimento significativo ao longo dos últimos anos segundo dados divulgados pela OMT, no seu relatório anual publicado em 2018 “2017 foi um ano recorde para o turismo internacional. As chegadas internacionais de

turistas cresceram pelo oitavo ano consecutivo, um crescimento sequencial ininterrupto registado desde a década de 1960. Destinos de todo mundo receberam 1.323 milhões de chegadas de turistas internacionais, cerca de 84 milhões a mais do que em 2016.” (World Tourism Organization, 2018). Salienta-se ainda que o turismo cresceu acima da média, cerca de 4% ao ano.

2 - Turismo – A Realidade Portuguesa

2.1 - Contributos Económicos

O turismo a nível global apresenta relevantes desenvolvimentos a partir da década de 60 do século XX. Entre 1990 e 2016 (anexo 1) numa perspetiva geral, existe uma evolução positiva. Com foco na última década é possível verificar um aumento bastante prenunciado do número de entradas de turistas. Os principais fatores indicados para este crescimento prendem-se com localização geográfica (clima ameno, luz solar, proximidade do mar), capacidade em bem receber, e promoção no estrangeiro (Turismo de Portugal, 2018).

O peso do turismo na economia nacional está a evoluir de forma positiva. No relatório anual de estatísticas do turismo publicado pelo Instituto Nacional de Turismo (2017), é possível analisar que o saldo da rubrica de Viagens e Turismo aumentou em 12,7% em 2016, ficando acima dos 10,8% alcançados em 2015. Esta situação está fortemente influenciada pelo crescimento expressivo das receitas totalizando um valor de 12,7 mil milhões de euros em 2016. Numa perspetiva de emprego o setor do turismo emprega cerca de 9% da população portuguesa empregada.

2.2 - Evolução do Turismo em Portugal

Numa perspetiva da qualidade, de acordo com relatório de turismo apresentado pelo Turismo de Portugal (2017), o serviço prestado, a nível internacional, Portugal ocupa o 14º destino mais competitivo do mundo. Já em relação à chegada de turistas ocupa a 18ª posição mundial e a nível de receitas turísticas ocupa a 25ª posição.

As principais regiões de destino são o Algarve (33,1%), Área Metropolitana de Lisboa

(24,9%) e Região Autónoma da Madeira (13,1%). Quanto à ilha da Madeira estimou-se cerca de 1,4 milhões de hóspedes. No que diz respeito às dormidas comparativamente ao período homólogo, em 2017, cresceu 1,9% atingindo 7,5 milhões de dormidas.

2.3 - Caracterização do Turista em Portugal Não Residente

No ano de 2016 verificou-se que a maioria dos turistas que entraram, tinham a idade compreendida entre 35 e os 54 anos (37,9%). A maioria dos turistas não residentes visitou Portugal por lazer, recreio ou férias (69,3%) Em relação ao país de proveniência a maioria é residente em Espanha (31,9%), seguido de Reino Unido (15,6%) e França (13,1%). Cerca de 27% dos turistas não residentes é a primeira vez que visitam Portugal (INE, 2017).

2.4 - Caracterização do Turista em Portugal e Residente

Em Portugal 4,54 milhões de residentes (44,1% da população residente) efetuou pelo menos uma viagem turística. Destes 33,5% deslocou-se exclusivamente dentro do país e 10,6% exclusivamente para países estrangeiros. Quanto ao motivo para realizar viagem turísticas, o principal apresentado foi lazer, recreio ou férias (31,5%) seguido de visita a familiares ou amigos (21,4%). A maioria das viagens turísticas foi efetuada pelos residentes com idades entre os 25 e 44 anos (29,3%) (INE, 2017).

2.4.1 - Caracterização do Turista na Região Autónoma da Madeira

Em 2016, foi divulgado pela Secretaria Regional da Economia Turismo e Cultura um relatório denominado Estratégia para o Turismo da Madeira entre 2017 e 2021. Neste é possível verificar que 84% dos passageiros que aterraram neste aeroporto são turistas e procuram alojamento na RAM. Quanto à nacionalidade que mais visita esta região encontra-se em primeiro lugar os portugueses, seguidos dos alemães, britânicos e franceses.

Investigando sobre características dos viajantes confirmou-se que na sua maioria possuem formação ao nível do ensino secundário ou superior, com média de idades de

51 anos e viajam em 50% dos casos acompanhados pelos cônjuges ou companheiros. A principal motivação dos inquiridos, para a realização da viagem, foi o “lazer, recreio e férias” (92,2%), seguido da “visita a familiares ou amigos” (6,5%). Os rendimentos que estes turistas (não residentes) auferem ultrapassam os 1000€ por mês e o seu gasto medio diário ronda os 123,94€, variando os gastos de acordo com a sua nacionalidade. Ainda relacionado com os turistas não residentes, 82,1% optaram por um alojamento coletivo pago, 14,5% por alojamento privado gratuito e residências secundárias e 3,4% preferiram o alojamento privado pago (Direção Regional de Estatística da Madeira, 2016).

Sobre a perspetiva da tendência deste setor, admite-se uma propensão favorável. Analisando a situação da RAM, numa primeira fase da oferta turística da região deverá passar por uma requalificação e diversificação dos mercados emissores como também fomentar a procura nos mercados tradicionais.

Segundo a estratégia para o Turismo da Madeira 2017-2021, a RAM deverá apostar numa oferta assente no conceito publicitário outdoor. Esta estratégia procura fomentar o crescimento tanto ao nível do mercado interno bem como do mercado externo. Surge com intuito de otimizar os recursos existentes e salientar as características singulares quer ao nível de clima, natureza e história. Por outro lado, a continuação da procura, deve continuar focada nos mercados mais próximos e conhecidos como, Portugal Continental, Alemanha, França e Reino Unido.

A atual conjuntura de expansão ao nível do turismo poderá permitir o desenvolvimento do turismo na RAM. Existe um novo mercado em expansão, de turistas provenientes dos países da europa central que procuram novos destinos com as características encontradas na RAM (Fazenda, 2016). O desenvolvimento explícito e evidente do turismo contribui para o crescimento a nível económico da região.

3 - Empreendimentos Turísticos em Portugal

3.1 - Tipos de Empreendimentos em Portugal

Por definição empreendimento turístico é qualquer estabelecimento que se destine a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo, para o seu

funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares. Não se considera empreendimento turístico as instalações ou os estabelecimentos que, embora destinados a proporcionar alojamento, sejam explorados sem intuito lucrativo ou para fins exclusivamente de solidariedade social e cuja frequência seja restrita a grupos limitados e as instalações ou os estabelecimentos que, embora destinados a proporcionar alojamento temporário com fins lucrativos, revistam natureza de Alojamento Local. (Diário da República, 2008).

Os empreendimentos turísticos podem ser:

- Estabelecimentos hoteleiros
- Aldeamentos turísticos
- Apartamentos turísticos
- Conjuntos turísticos
- Empreendimentos de turismo de habitação
- Empreendimentos de turismo no espaço rural
- Parques de campismo e de caravanismo

3.2 - Caracterização da distribuição geográfica

A Região Autónoma da Madeira no que concerne a empreendimentos turísticos representa cerca de 7% do total do país e 10 % do total de unidades de alojamento em Portugal (Sousa Marrão, 2018). Fazendo uma análise de forma mais direcionada a região e pelo número de dormidas registadas, segundo o documento de Estratégia Para o Turismo da Madeira 2017- 2021 no ano de 2015 o Funchal, Santa Cruz e Porto Santo concentravam cerca de 88% das dormidas no arquipélago. Mediante estes dados denota-se que são nestas áreas geográficas que se concentram grande parte dos empreendimentos turísticos que compõem a hotelaria madeirense.

3.2.1. Realidade ao nível da Região Autónoma da Madeira

A realidade da RAM a nível turístico é positiva em vários pontos. A sazonalidade tem sido atenuada ao longo dos anos, em 2015 a soma da taxa de dormidas dos meses de verão (julho, agosto e setembro) representaram apenas 32% (Secretaria Regional da Economia Turismo e Cultura, 2016). Verifica-se assim que durante todo ano há interesse por parte dos principais mercados emissores deslocarem-se a ilha da Madeira. A RAM é a 3ª região do país com o maior RevPar (rendimento disponível por quarto), sendo 51,50€ no ano de 2017, ultrapassado apenas pelas regiões do Algarve e de Lisboa (Sousa Marrão, 2018).

4 - Alojamento Local

4.1 - Caracterização deste tipo de Alojamento

Com base na definição de empreendimento turístico, consideram-se estabelecimentos de AL as moradias, apartamentos e estabelecimentos de hospedagem que, dispondo de autorização de utilização, prestem serviços de alojamento temporário, mediante remuneração, mas não reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos. De acordo com o Decreto-Lei nº 128/2014, “A exploração em regime de AL pode ser exercida por pessoa singular ou coletiva. É considerado atividade de prestação de serviços de alojamento se um imóvel ou fração deste:

a) seja publicitado, disponibilizado ou objeto de intermediação, por qualquer forma, entidade ou meio, nomeadamente em agências de viagens e turismo ou sites da Internet, como alojamento para turistas ou como alojamento temporário;

b) estando mobilado e equipado, neste sejam oferecidos ao público em geral, além de dormida, serviços complementares ao alojamento, nomeadamente limpeza ou receção, por períodos inferiores a 30 dias.” (Diário República, 2014)

O processo de legalização de um imóvel para AL está previsto no decreto lei supracitado, onde é possível constatar os diversos requisitos e condições necessárias para que seja possível a abertura do estabelecimento ao público. As tipologias contempladas para o exercício deste tipo de negócio são moradia, fração autónoma (apartamento), estabelecimento de hospedagem ou os “Hostels” cuja unidade de

alojamento seja única ou maioritariamente dormitório (artigo 3º, Decreto lei nº 128/2014).

Para se registar o espaço de AL, o processo passa por uma simples comunicação prévia junto da Câmara Municipal acerca da abertura de negócio, que é gratuita, sem necessidade de pagamento de taxas para iniciar a atividade. O AL pode ser iniciado por pessoas que detenham a autorização de utilização ou título de utilização.

O titular assume diferentes qualidades previstas no Código Civil, as quais são expressas de forma sucinta:

- arrendatário em que o proprietário cede a outro para ser explorado mediante remuneração (artigo 1069º do Código Civil);
- proprietário que detém direito de propriedade (artigo 1302º do Código Civil);
- comodatário em que pessoa ou entidade utiliza um bem do comodante (pessoa responsável ou proprietária do bem) mediante o contrato com a obrigação de a restituir (artigo 1229º do Código Civil);
- usufrutuário em que pessoa tem direito de gozar temporária e plenamente uma coisa ou direito alheio com condições específicas (1439º do Código Civil);
- cessionário sendo aquele que aceita por parte do cedente a posição contratual (artigo 424º do Código Civil).

4.2 - Evolução do Alojamento Local em Portugal

O Alojamento Local, enquanto realidade económica, encontra-se numa fase de crescimento com diferentes ritmos nas várias tipologias. Apesar do forte crescimento, estima-se que em 2019/2020 exista uma estabilização e preparação de entrada na maturidade. Não obstante, ao forte incentivo sentido na reabilitação de imóveis devolutos por parte dos pequenos investidores, surgem novas oportunidades de negócio para operadores imobiliários sólidos com intuito de financiar projetos empreendedores de larga escala. Este tipo de mercado com o seu amadurecimento, obriga aos investidores a especializarem-se, utilizar novas ferramentas de gestão e em alguns casos torna-se útil subcontratação de empresas gestoras de imóveis afetos à atividade de AL.

Concomitantemente torna-se necessário uma melhor avaliação e fiscalização destes espaços promovendo uma atuação no mercado justa e transparente. Procura-se pelear situações irregulares, impulsionando e apoiando os pequenos investidores (Marketing FutureCast Lab, 2017).

Atualmente é evidente 3 grupos de investidores, de acordo com a sua estratégia, no mercado do AL:

- Pequenos proprietários: exploram até 4 apartamentos, normalmente atuam de forma individual, com competências limitadas e baixo nível de especialização, mas com forte nível de diferenciação do produto e serviço;
- Organizações de média dimensão: especializadas em manutenção e intermediação, que conseguem gerir entre 20 a 40 AL, com bons níveis de organização e especialização, conseguindo já captar algumas economias de escala;
- Organizações de grande dimensão: especializadas em intermediação e/ou associadas a grandes promotores imobiliários ou grupos hoteleiros, gerindo um elevado número de unidades e conseguindo obter uma maior uniformização da oferta.

Apesar das elevadas taxas de ocupação e existir margem para as aumentar é uma tarefa árdua devido ao facto do constante surgimento de novos imóveis afetos à atividade de AL e facilidade em cancelar uma reserva feita nas plataformas de reserva.

Atualmente a taxa de ocupação do AL encontra-se num valor histórico elevado e que, não obstante haver espaço para a melhorar, tal se revela difícil para os próximos anos. Como principais motivos para esta realidade são apontados as taxas de ocupação elevadas, aumento da oferta, plataformas de reserva que permitem cancelamento sem penalização e comportamentos de reserva em cima da data de estadia (Marketing FutureCast Lab, 2017).

4.3 - Perspetivas sobre o mercado para este tipo de Alojamento

As perspetivas sobre o Alojamento Local são discrepantes. O consenso sobre este tema não é fácil. Salienta-se o real contributo para a presente economia e serviços afetos direta e indiretamente. Verifica-se uma crescente reabilitação dos imóveis devolutos e

empresários a regular os seus imóveis perante o mercado. Noutra perspetiva observa-se o aumento progressivo do preço das habitações nos espaços urbanos mais procurados por turistas. Observam-se situações em que as rendas mensais são aumentadas de forma agressiva. O problema intensifica-se nas propriedades horizontais com imóveis afetos a AL.

Em entrevista ao Económico Madeira, o ex-secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, falou sobre a realidade do AL e afirmou: “Por um lado o Alojamento Local surgiu na altura para trazer para o circuito formal todo um conjunto vasto de alojamento que estava disperso, e não tributado, mas por outro lado exigindo uma adequada regulação. E desse ponto de vista quer ao nível da tributação, quer ao nível dos próprios registos, veio de alguma forma aproximar regimes, e isso do meu ponto de vista é positivo.” Referiu ainda “Há hoje uma realidade hoteleira que é absolutamente incontornável, (...) refiro-me ao Alojamento Local, que representa hoje já cerca de 9 mil camas e que em termos globais, de dormidas, cerca de 600 mil dormidas, é uma realidade com que se tem de contar.” (Laxmidas Shrikesh, Pires Ruben, & Gaspar Patrícia, 2018).

Almeida (2017), no seu artigo abordou o tema e das várias perspetivas apresentadas ressalva-se a afetação de frações de propriedades horizontais e sua exploração em regime de AL. O risco de conflito entre vizinhos intensificou-se. Quem explora argumenta o livre uso da sua propriedade, quem coexiste no mesmo ambiente como vizinho reclama o direito à tranquilidade. Facto é que o visitante e utilizador do espaço apenas o é de forma temporária, não criando laços nem sentido de preservar relações. A sua relação temporária e apenas de férias por vezes faz com que os limites morais e sociais sejam atenuados e os excessos perturbem os habitantes do prédio. O que é bom para uns, não o é para outros. Onde uns veem oportunidades outros sentem desconforto.

Hélia Pereira (2018), em colaboração com ISCTE/IUL, num estudo denominado “Valorização e Qualificação do Alojamento Local nas Regiões Norte, Centro e Alentejo OS IMÓVEIS”, observou que não obstante ao seu contributo para o turismo em Portugal, a nível qualitativo ainda existe margem para evolução e desenvolvimento. O Alojamento Local não é um modelo de negócio homogéneo, quer a nível de exploração e sua oferta bem como dos hóspedes.

Procurando inferir sobre a caracterização do Alojamento Local em Portugal, a Universidade Nova de Lisboa (2016) realizou um estudo denominado “O Alojamento Local em Portugal – Qual o fenómeno?”. Neste estudo, das várias conclusões, ficou patente que o novo Decreto Lei que regulamenta esta atividade levou a um aumento exponencial do número de AL e que existe um número significativo de operadores dedicados a AL (mais de 49 imóveis registado no RNAL). No que concerne ao regime jurídico do AL salientam que “... não reflete de forma satisfatória (...) as preocupações tradicionais com proteção de condóminos, quando em causa está a afetação de frações autónomas à exploração de AL, o que contribui para um desvio significativo entre o regime vigente neste domínio particular e as soluções que, em geral, regulam o instituto da propriedade horizontal.”

Metodologia

Procurou-se com este estudo obter o máximo de informação possível com o menor custo.

Com base neste pressuposto optou-se por fazer a recolha dos dados por duas vias: através da informação disponibilizada no próprio RNAL, sendo feito um tratamento dos dados com intuito de obter respostas e através de um formulário/questionário online, designado “O Alojamento local e o impacto na Região Autónoma da Madeira (RAM)”, constituído por 20 questões principais agrupadas em 4 grupos de interesse: dados sociodemográficos (4 questões principais e 1 específica), Perfil do Investidor (5 questões principais), sobre o Alojamento Local (5 questões principais e 4 específicas) e perspetiva sobre o Mercado (6 questões principais). No fim, foi dada a possibilidade de os inquiridos deixarem um pequeno comentário ou sugestão. Tendo em conta o âmbito do tema e numa perspetiva de angariar um maior número de respostas o questionário foi simultaneamente redigido em português e em inglês optando o participante por qual preenchia. O questionário foi divulgado de 2 de fevereiro a 30 de junho (Apêndice 1).

A gestão das respostas dos formulários foi feita através da plataforma Google formulários sendo os dados gerados transferidos para realizar o tratamento estatístico recorrendo do Microsoft Office Excel.

População e Amostra

Para a primeira parte deste estudo a população alvo são todos os Alojamentos Locais registados no RNAL, sendo que para a ilha da Madeira e Porto Santo conta com um total de 2474 registos até 31 de dezembro de 2017. Os dados gerais relativos aos imóveis foram levantados no RNAL em fevereiro de 2018.

Para a concretização dos restantes objetivos de investigação optou-se por realizar um inquérito. Para evitar duplicação de contactos, em situações que existem investidores com mais do que um Alojamento Local, do total de contactos retirou-se os repetidos, apurando-se um total de 1627. Estabeleceu-se como parâmetros de amostragem um intervalo de confiança de 95% e erro amostral de 5.5% (Apêndice 2).

A recolha de dados foi feita recorrendo a um formulário online que se enviou por email aos investidores solicitando o seu preenchimento. Foi pedido o consentimento dos participantes, voluntário e informado, tendo sido prestadas todas as informações, com o objetivo de garantir a participação, de livre vontade, de todos os participantes, sendo-lhes, também, assegurado o direito de recusar, em qualquer momento, a respetiva participação no estudo, sem que daí pudesse advir qualquer prejuízo pessoal.

Com o pedido para o preenchimento do questionário, cada um dos participantes foi informado sobre:

- Objetivo do estudo;
- O anonimato e a confidencialidade das respostas dadas: na verdade, o questionário não solicitava qualquer informação de identificação.

Após a conclusão do preenchimento do questionário este foi submetido automaticamente ficando os investigadores com uma cópia das respostas.

Os formulários foram enviados de forma faseada, permitindo um controlo do número de respostas. Os questionários que por algum motivo eram indicados pelos próprios inquiridos como limitadores e possivelmente poderiam enviasar o estudo foram prontamente retirados. Assim que o total fez as 266 respostas deixou-se enviar.

Resultados e Discussão

Os resultados serão apresentados e discutidos em simultâneo, começando pela apresentação de um conjunto de análises descritivas relativas à caracterização sociodemográfica dos inquiridos, refletindo sobre a mesma. Para o cálculo das estatísticas descritivas e para os tratamentos estatísticos recorreu-se ao Microsoft Office Excel.

Alojamento Local na RAM

Numa primeira fase procurou-se analisar o registo do AL quanto à sua qualidade de titular e tipo de titular. Na RAM, até 31 de dezembro de 2017, existia um total de 2474 imóveis registados no RNAL em AL. Desses 1796 (73%) iniciaram atividade como Pessoa Singular e 657 (27%) como Pessoa Coletiva. Relativamente à qualidade dos titulares a maioria é proprietária (1824 registos), seguidos por 226 na qualidade de arrendatário, 264 comodatário, 111 cessionário, 8 usufrutuário e 20 na qualidade de outro. A figura 1 traduz num gráfico estes números.

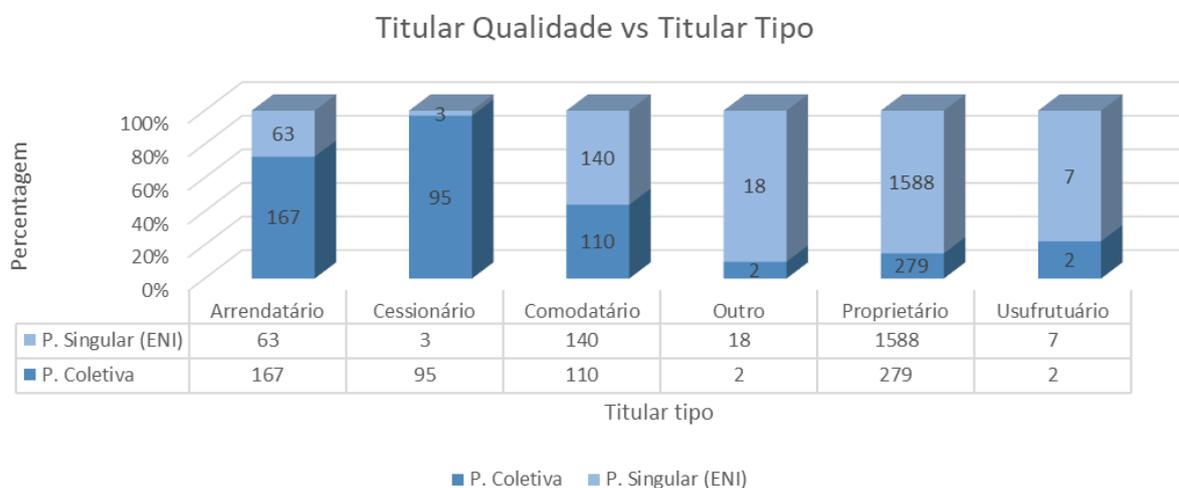


Figura 1 - Qualidade e tipo de titular FONTE: RNAL

Numa perspetiva temporal verifica-se que o registo mais antigo na modalidade de AL data o ano de 1966. Desde essa altura até sensivelmente 2006 o registo foi mínimo e constante. Em 2007/2008 verifica-se um aumento progressivo culminando com 1012 registos efetuados no ano de 2017. O ano de 2017 representou 40% dos registos verificados na RAM. Os últimos dois anos representam aproximadamente 65% e os

últimos 3 anos 78% dos registos (figura 2).

REGISTOS POR ANO

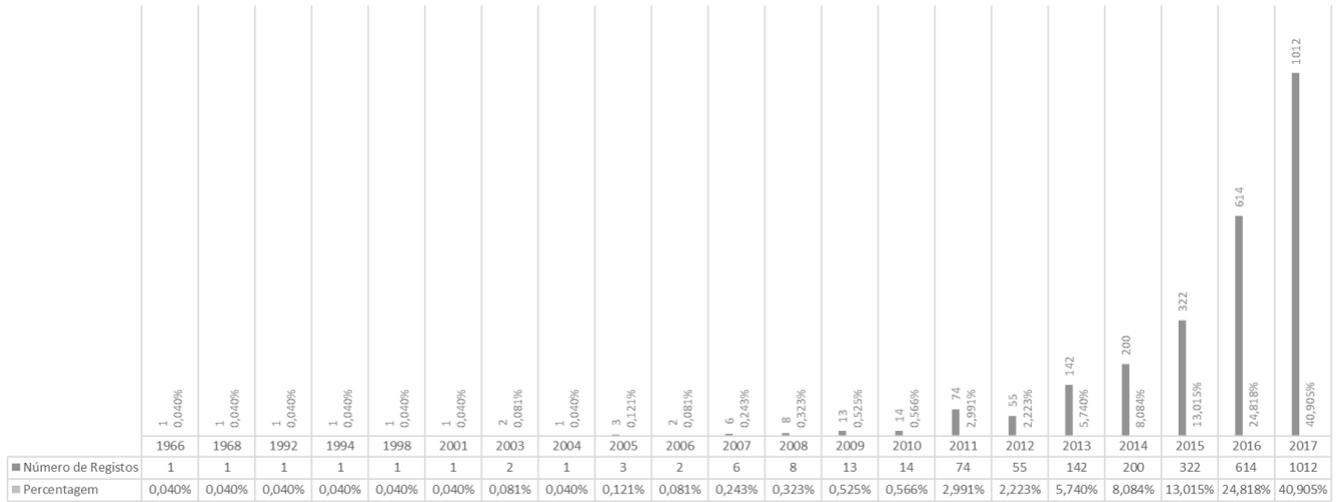
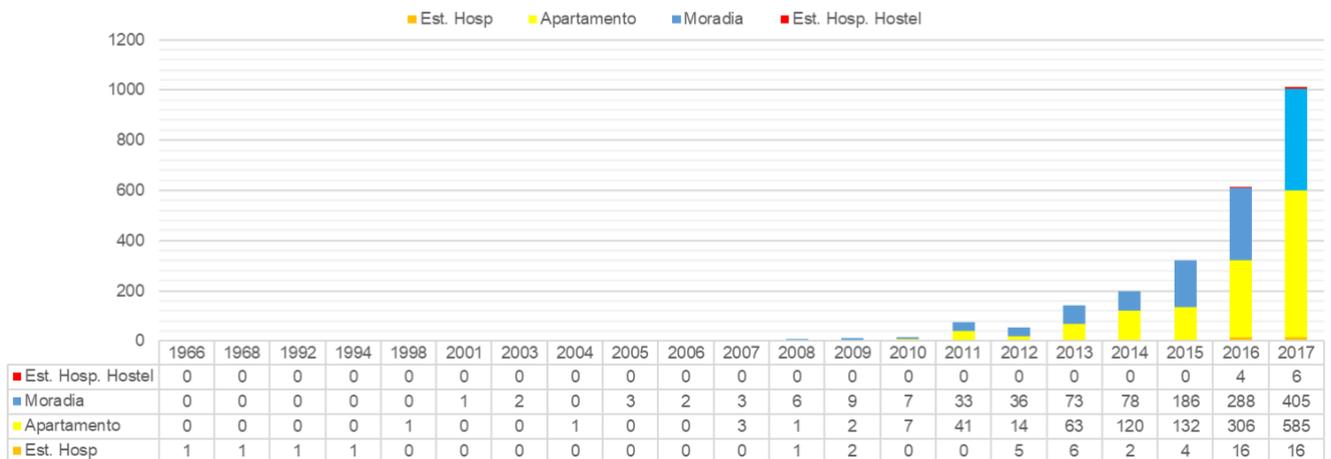


Figura 2 - Evolução dos registos ao longo dos anos FONTE: RNAL

Sabendo que existem diversas tipologias de Alojamento Local a operar no mercado interessa saber como se tem processado a sua evolução ao longo dos anos.

Modalidade de Alojamento



Através da análise da figura 3 é possível verificar que existe um maior número de registos de AL em imóveis com tipologia de apartamentos (1276 imóveis) e moradia (1132 imóveis). Quando se analisa a sua evolução cronológica é possível verificar que a modalidade “apartamento” tem aumentado a sua expressão nos últimos três anos passando de 132 em 2015 para 306 em 2016 e 585 em 2017. Já as moradias têm

evoluído de forma positiva, mas mais constante. Passando de 186 em 2015 para 288 em 2016 e 405 em 2017. Antes de 2016 não existia nenhum Alojamento Local na modalidade de “Hostel”. Os “Hostels” foram uma novidade em 2016 com 4 imóveis registados e 6 imóveis em 2017. Relativamente à Hospedagem este teve um crescimento, mas menos expressivo com 4 imoveis registados em 2015 e 16 imóveis tanto em 2016 como em 2017.

Numa análise da distribuição geográfica dos Alojamento Locais verifica-se que o Funchal é o concelho com maior número de imóveis afetos a esta atividade (48%). Os concelhos da Calheta e Santa Cruz são os seguem ao concelho do Funchal apresentam maior número de imoveis afetos a AL com peso de 18% e 13%, respetivamente.

Relacionando a tipologia do imóvel com a sua distribuição pela região é possível verificar que em áreas mais urbanas a tipologia mais frequente são os apartamentos seguidos das moradias. Em zona menos centrais verifica-se uma inversão do padrão em que se verifica maior número de moradias afetos a AL e menos apartamentos. A próxima figura ilustra esta situação:

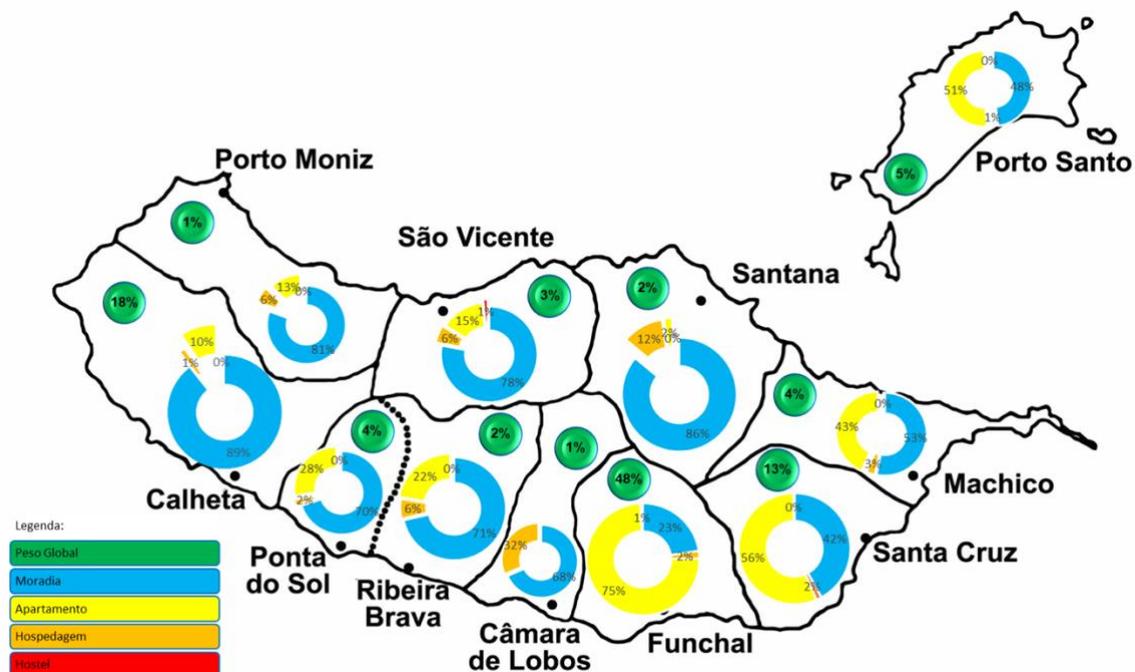


Figura 4 - Modalidade de AL por Concelho e peso global por Concelho FONTE: RNAL.

Perfil do Investidor

Dados Sociodemográficos

Para a concretização dos objetivos deste estudo selecionou-se uma amostra aleatória, de 266 investidores, no mercado do AL na RAM.

A tabela 1 apresenta as principais características sociodemográficas da amostra. Observa-se que existe uma ligeira predominância do investidor género masculino (55%). As idades são em maioria entre os 39 e 45 anos e são maioritariamente com formação no ensino superior (62%). Dentro dos elementos que apresentam formação após o ensino secundário 30% apresenta especialização na área da economia, gestão e contabilidade seguido de ciências da educação e formação de professores (13%). Quanto à sua residência a grande maioria (91%) é residente na RAM.

		Amostra (n=266)	
		n	%
<i>Género</i>	Masculino	146	55%
	Feminino	120	45%
<i>Idade</i>	18-24	2	1%
	25-31	14	5%
	32-38	34	13%
	39-45	70	26%
	46-52	44	17%
	53-59	55	21%
	mais de 60	47	18%
<i>Habilitações Literárias</i>	Ensino Básico	21	8%
	Ensino Secundário	72	27%
	Diploma de especialização	8	3%
	Bacharel/Licenciatura	124	47%
	Mestrado/Doutoramento	41	15%
<i>Especialização</i>	Agricultura e Recursos Naturais	4	2%
	Arquitetura Artes Plásticas e Design	7	4%
	Ciências	14	8%
	Ciências da Educação e Formação de Professores	23	13%
	Direito, Ciências Sociais e Serviços	15	9%
	Economia, Gestão e Contabilidade	52	30%
	Educação física, Desporto e Artes do Espetáculo	7	4%
	Humanidades, Secretariado e Tradução	17	10%
	Saúde	18	10%
Tecnologias	16	9%	
<i>Residente</i>	Sim	241	91%
	Não	25	9%

Tabela 1 - Dados sociodemográficos dos investidores.

Perfil do Investidor

No que diz respeito ao número de imóveis afetos a este tipo de serviço a maioria dos investidores tem apenas um imóvel (figura 5).



Averiguando a titularidade dos investidores verifica-se que a maioria (79%) é proprietário, seguido de investidores que são arrendatários (10%) (figura 6).

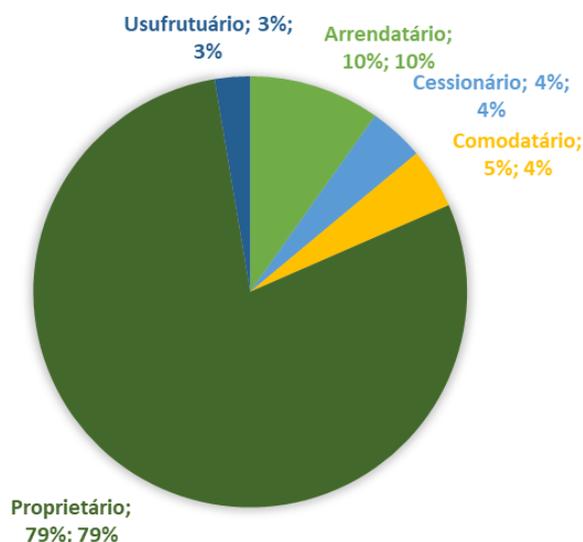


Figura 6 - Titularidade dos investidores.

Quando questionados sobre a forma de aquisição dos imóveis, a maioria afirmou ter adquirido para arrendamento (68%). Dentro dos investidores que tiveram de adquirir o imóvel, enquanto que 51% efetuaram com recursos a capitais próprios, 48% efetuaram com recursos a capitais alheios (empréstimo) (tabela 2).

Amostra (n=266)

		n	%
<i>Propriedade do Imóvel</i>	Aquisição para arrendamento	143	68%
	Herança	53	25%
	Permuta	14	7%
<i>Financiamento do investimento</i>	Capitais Alheios (Empréstimos)	75	48%
	Capitais Próprios	80	51%
	Capitais Próprios e Capitais Alheios (Empréstimo)	1	1%
	Familiares	1	1%

Tabela 2 - Propriedade do imóvel e financiamento.

Sobre o imóvel - Alojamento Local

Interessou ilustrar se o imóvel antes de ser utilizado como Alojamento Local era utilizado para arrendamento. Quando questionados sobre esta situação a maioria (80%) afirmou que não (figura 7).

IMÓVEL JÁ ERA UTILIZADO PARA ARRENDAMENTO?

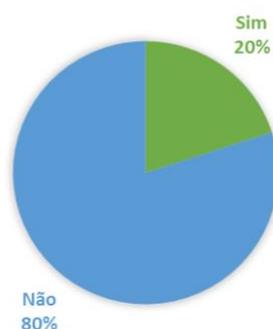


Figura 7 - Utilização do imóvel para arrendamento antes de ser utilizado como Alojamento Local.

Quanto aos motivos para investir no mercado do Alojamento Local, os principais indicados pelos inquiridos foram a oportunidade de negócio (44%) e devido ao facto de o imóvel estar fechado (20%) (figura 8). Já as principais dificuldades sentidas foram o excesso de burocracia (26%) seguidas de pouca informação disponível e muita oferta de mercado, cada um com 21% (figura 9).

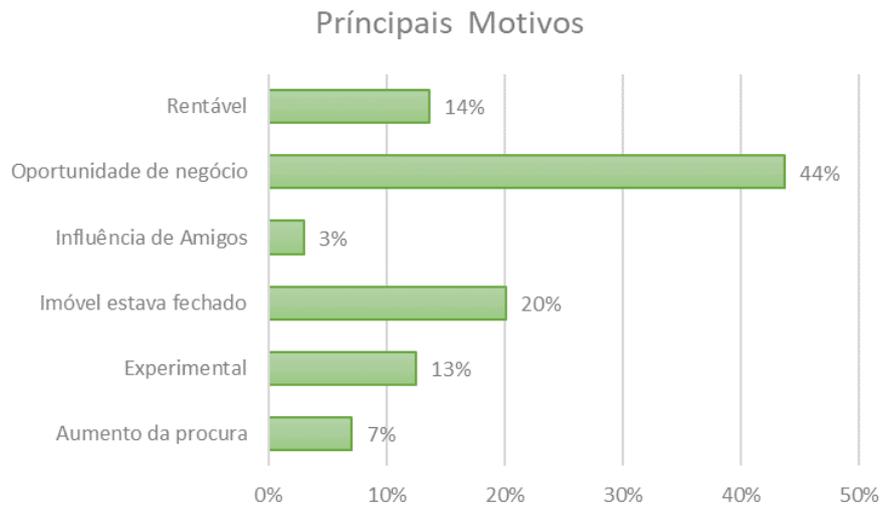


Figura 8 - Principais motivos para investir no mercado de AL.

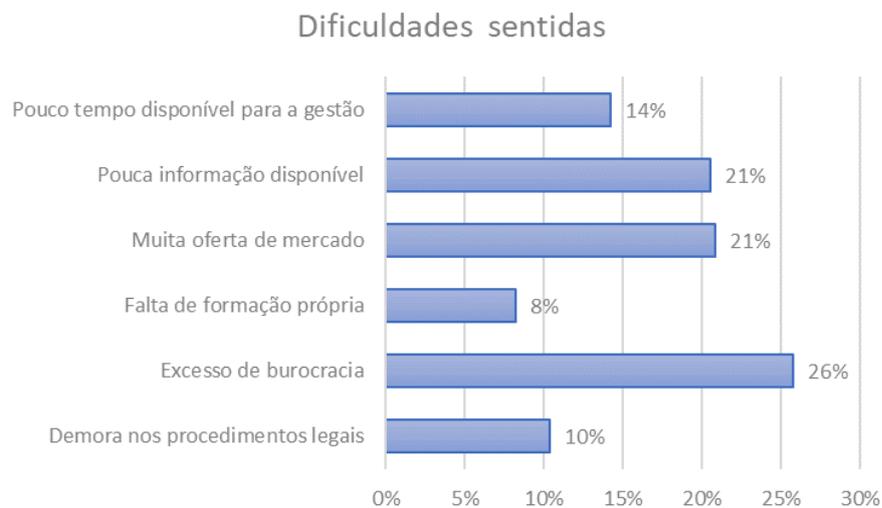


Figura 9 - Principais dificuldades sentidas.

Quando questionados se recorreram a estudos de mercados/consultores apenas 23% dos inquiridos afirma tê-lo feito. Já em relação à gestão do negócio 80% afirma ser o próprio que a faz (figura 10).



Figura 10 - Recurso a estudos de mercado e quem faz a gestão dos imóveis.

Neste sentido interessou saber dentro dos investidores que fazem a própria gestão do imóvel como preparam divulgação, preço e apresentação do imóvel. Para cada uma variáveis foram indicadas várias opções, destas os inquiridos poderiam escolher uma ou várias. A próxima tabela representa as respostas dos investidores a estas perguntas.

		Valor	%
<i>Que meios utiliza para anunciar o seu imóvel?</i>	Anúncios em jornais regionais	1	0%
	Anúncios gratuitos na Internet	76	20%
	Anúncios pagos na Internet	103	28%
	Disponibiliza uma página nas redes sociais	54	14%
	Anúncio nos meios de comunicação tradicionais (radio	0	0%
	Transmissão direta (boca a boca)	45	12%
	Possui plataforma de reservas	95	25%
	Total	374	100%
<i>Como estipula o preço da diária do seu imóvel?</i>	Através do preço real do setor de atividade	56	19%
	Procura saber o preço concorrencial	104	35%
	Recorre a agentes externos	7	2%
	Varia o preço mediante a sazonalidade	130	44%
	Total	297	100%
<i>Como destaca o seu imóvel em relação ao mercado?</i>	É indiferente	44	13%
	Investimento de infraestruturas de qualidade	87	26%
	Ofereço serviços adicionais (internet, Tv por cabo)	149	45%
	Parcerias com empresas de animação turística	17	5%
	Serviço de transporte de clientes	36	11%
	Total	333	100%

Tabela 3 - Apresentação do imóvel no mercado.

Verifica-se assim que a maioria dos inquiridos, para anunciar o seu imóvel, opta por colocar anúncios pagos na internet (28%) e possui plataforma de reservas (25%). No que concerne ao preço 44% dos proprietários que fazem a própria gestão do imóvel optam por variar o preço consoante a sazonalidade e procuram saber o preço concorrencial (35%). Como estratégia de diferenciação do seu imóvel, 45% apresentam serviços adicionais tais como internet ou TV por cabo e 26% procura investir em estrutura de qualidade.

Inferindo sobre a rentabilidade do imóvel, disponibilizou-se várias opções para os inquiridos, escolherem uma ou várias. Verificou-se que os investidores identificaram como maior custo para o seu investimento os fornecimentos de serviços externos (água, eletricidade, telecomunicações ...) (34%), seguido de impostos (23%) (figura 11).

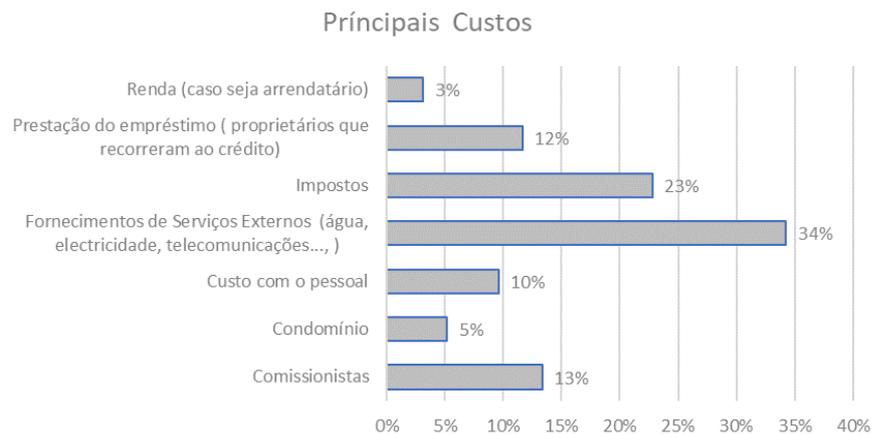


Figura 11 - Principais custos.

O último grupo do formulário procura saber quais as perspetivas dos investidores relativamente ao mercado tendo em conta a sua experiência pessoal. Procurou-se saber qual a perceção sobre o próprio investimento. Numa escala de 1 a 6, em que 1 representa muito desfavorável e 6 muito favorável, a maioria classifica o investimento de nível 4, Pouco Favorável (figura 12).

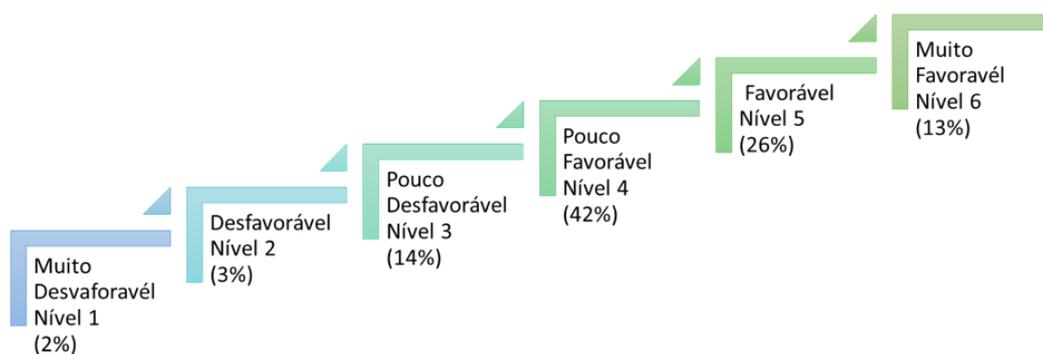


Figura 12 - Opinião relativamente ao próprio investimento.

Sobre o mercado, os inquiridos foram questionados sobre a sua perceção. Enquanto 50% afirma que o mercado do AL irá estabilizar, 29% acredita que irá crescer e 22% diz que o mercado irá diminuir. Relativamente aos clientes deste tipo de serviço, 47% acredita que irá estabilizar, 35% dos inquiridos afirma que irá crescer e 18% acredita que irá diminuir. Quando questionados sobre os investidores neste mercado mais de metade dos que participaram neste estudo (54%) acredita que irá aumentar, já 35% dizem que irá estabilizar o número de investidores (figura 13).

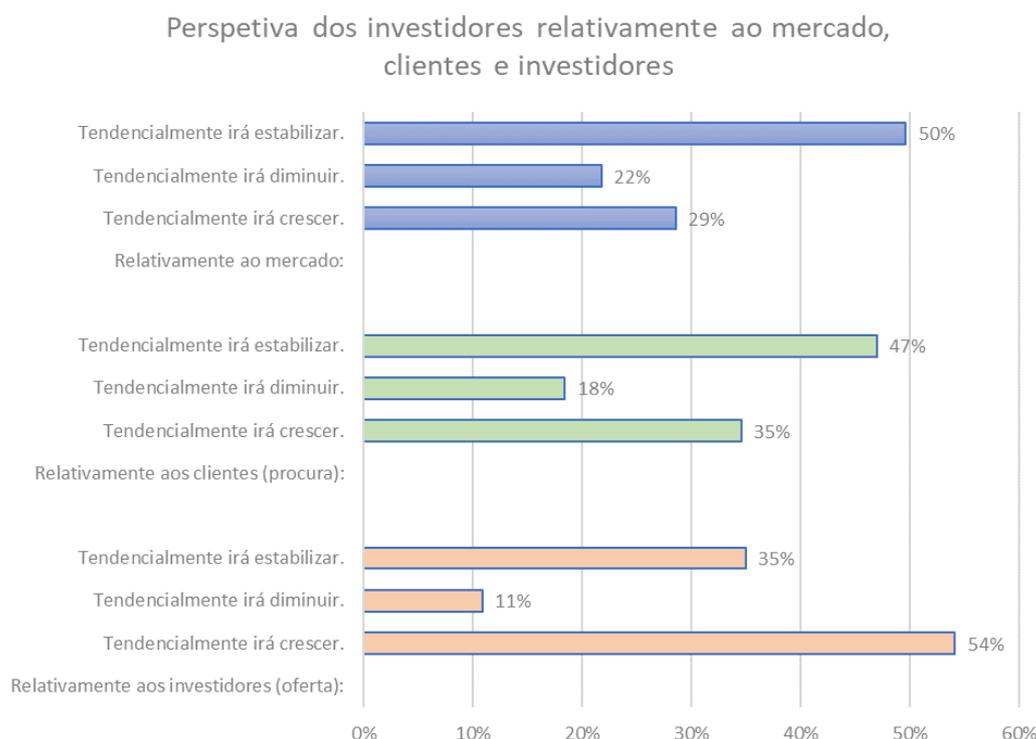


Figura 1 - Perspetiva dos investidores relativamente ao mercado, clientes e investidores.

Por fim importou saber a opinião dos investidores relativamente às perspetivas futuras do seu investimento. Dos inquiridos 85% pretende manter o imóvel afeto à atividade de AL. Quando questionados sobre a sua intenção de adquirir novos imóveis para afetar à atividade de AL 68% não pretende fazê-lo (figura 14).

Conclusões

Portugal é um país com características únicas. Esta ilustre praia lusitana repleta de sol, mar, clima, gastronomia, cultura, património, desporto e dotada de um povo singular detém características muito valorizadas pelos visitantes. De ano para ano, Portugal afirma-se a nível mundial como destino turístico de excelência traduzindo-se em diversos prémios já atribuídos, tais como “Portugal - Melhor Destino Turístico do Mundo e Melhor Destino Turístico Europeu” atribuído pelo World Travel Awards 2017, ou mesmo “Portugal - Melhor Destino Mundial e Europeu de Golfe” atribuído pelo World Golf Awards 2017 (World Travel Awards, 2017).

A oferta de um cabaz de excelência, traduz-se em números recordes ultrapassando os 20 milhões de hóspedes em 2017 e concomitantemente mais receita para o país. Neste sentido o reforço estratégico diversificado de infraestruturas, tanto físicas como digitais, para captar turistas revela-se profícuo.

O mundo digital aproximou sociedades, reinventou organizações e facilitou transações nos diversos mercados. No âmbito do mercado turístico foi visível o real contributo das plataformas digitais de reservas para alojamento. A título de exemplo a organização Airbnb, fundada em 2008, permitiu planear e agendar estadias em qualquer ponto do globo a partir de qualquer ponto do globo (Airbnb, 2018). As próprias companhias aéreas lowcost contribuíram para o aumento considerável do turismo à escala global e também em Portugal.

Em Portugal, o ano de 2008 foi um ano de viragem estratégica para o mercado turístico e detentores de imóveis afetos à atividade de alojamento. Portugal foi pioneiro na regulamentação do AL, que define requisitos mínimos, regras de segurança e enquadramento fiscal. Esta posição permitiu inúmeras vantagens para o mercado possibilitando a integração neste tipo de mercado de forma simplificada (Diário da República, 2008). Nos últimos anos assistiu-se à legalização de apartamentos e moradias afetos à atividade de AL nas principais cidades turísticas. A facilidade da transformação e afetação de um imóvel a este tipo de atividade proporcionou a reabilitação de imóveis que estavam devolutos.

Importa salientar que afetar um imóvel à atividade de AL não é algo recente. Descrevendo a realidade verificada na ilha da Madeira, através deste estudo, foi possível

identificar que o primeiro imóvel que foi afeto a esta atividade na RAM tem o ano de registo de 1966. De facto, correlacionando os factos descritos à priori com os dados observados verifica-se que o ano de 2008 foi o ano que na RAM se começou a evidenciar os primeiros movimentos de crescimento desta atividade (figura 5 e 6). Desde então até atualidade, com o crescimento deste mercado, está patente o contributo para a economia de forma direta e indireta. Direta, pois os clientes usufruem das infraestruturas do próprio alojamento traduzindo-se em ganhos e indireta devido ao consumo de produtos e serviços presentes nas imediações e regiões onde está localizado o próprio alojamento. Ao mesmo tempo permitiu que localidades que tinham menores investimentos em termos de infraestruturas turísticas começassem a ser visitadas por turistas. No presente estudo foi possível demonstrar quais os concelhos com mais desenvolvimento de imóveis afetos ao alojamento local (Concelhos: Funchal, Calheta e Santa Cruz). Também foi possível verificar que em todos os concelhos existem imóveis afetos a esta atividade, apresentando diferentes tipologias em zonas mais centrais (predominância de apartamentos) e zonas menos centralizadas (predominância de moradias) (figura 7). Igualmente interessante foi a evidência do aumento bastante pronunciado da tipologia apartamento afeto a este tipo de mercado, invertendo uma tendência sentida até ao ano de 2015 em que existia uma predominância de moradias afetas a este mercado (figura 6).

Verificou-se que tipologia “Hostels” surge no ano de 2016 com 4 imóveis e 2017 com 6 imóveis. Portugal em 2017, ganhou o prémio HOSCAR 2017, que classifica Portugal como o país com melhores Hostels (HostelWorld, 2018). Dum ponto de vista de investimento, poderá ser uma oportunidade nos próximos anos tendo por base os seguintes pressupostos: não existe um grande desenvolvimento deste tipo de alojamento na RAM e Portugal estar bem classificado a nível internacional relativamente a este tipo de alojamento.

De acordo com o relatório publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, (2018) o Turismo tem um grande impacto na economia de Portugal, representa 16,7% do total de exportações e 48,3% do total de exportações de serviço. Por dia, são gastos pelos Turistas, em Portugal cerca 40 milhões de euros. Verifica-se assim que o mercado de Turismo é uma fonte de rendimento atualmente viável. Como em qualquer mercado existirá sempre boas oportunidades de entrar e o

mercado encarrega-se de selecionar e ajustar oferta. Os que apresentarem condições mais favoráveis para os clientes serão os que melhores hipóteses detêm de permanecer ativos. O investimento neste mercado pode ter os seus retornos financeiros, mas como em qualquer investimento existe um risco associado. Como forma de reduzir o risco associado, o investidor deve recolher informação e dotar-se de conhecimentos, competências e mecanismos que permitam atuar de forma ágil e atempada.

Quanto ao investidor no mercado de AL na RAM verifica-se que a maioria detém um imóvel afeto à atividade, não existe diferenças significativas entre os géneros, a idade predominante situa-se entre os 39 e os 45 anos e mais de 60% apresentam formação ao nível do ensino superior. Das várias áreas de formação superior cerca de 30% apresentam formação nas áreas de economia, gestão e contabilidade. Para entrar no mercado, cerca de 20% procurou consultar terceiros e/ou estudos de mercado e cerca de 80% é responsável pela gestão do imóvel, não cedendo a terceiros. Quanto à apresentação do imóvel no mercado preocupam-se em verificar o preço praticado, recorrem de anúncios pagos na internet e disponibilizam serviços extras ao seu imóvel. Verifica-se assim que uma grande parte dos investidores apresentam competências para atuar no mercado. Como estratégia de diferenciação e valor acrescentado ao serviço disponibilizado os inquiridos veem a internet e TV por cabo uma solução, não dando muito ênfase às parcerias com agentes turísticos locais. A RAM é conhecida e premiada pela sua natureza e esplendor. Existem inúmeras atividades ao dispor dos Turistas exploradas por agentes turísticos especializados. Apenas 5% dos inquiridos que fazem a própria gestão do seu alojamento procuram estabelecer parcerias estratégicas com empresas de animação turística. Poderá representar uma opção interessante, para atuais e futuros investidores neste tipo de mercado, tendo em conta a vasta oferta e procura neste setor na RAM.

Dentro da estratégia do investimento surge o dilema da rendabilidade do próprio investimento. Se é verdade que no seio dos inquiridos existe a realidade que os imóveis foram herdados (25%), representando à partida um investimento e risco menores, existe situações (68%) de aquisição dos imóveis para arrendamento. A estratégia de aquisição do imóvel dividiu-se, cerca de metade recorreu a capitais próprios, 48% a capitais alheios e apenas 1% optou por utilizar capitais próprios e capitais alheios (tabela 2). A estratégia de recorrer somente a capitais alheios não só alarga o prazo de retorno de

capital como também afeta a rentabilidade e decerto aumenta o risco de investimento.

João Queirós, investigador da Universidade do Porto, e especialista no âmbito dos efeitos urbanos e sociais do fenómeno turístico nas principais cidades portuguesas foi ouvido em audição no parlamento. Citado pelo jornal de negócios, afirmou que "80 a 90 dias [no alojamento local] chegam para superar os ganhos com um ano inteiro de arrendamento permanente" (Lança, 2018). Salienta-se que o tema do AL é popular na sociedade atual. São diversas as opiniões de acordo com sua experiência e vivência. Existe benefícios e malefícios, sendo que na ótica dos inquiridos ainda se encontra do lado positivo o investimento feito. É de ressaltar que pretendem, na maioria manter o investimento feito e alguns ponderam investir em mais imóveis e afetar a esta atividade. Na sua ótica o mercado e os clientes irão tendencialmente estabilizar e irá existir um acréscimo de investidores.

Inegável é o impacto do AL no quotidiano da sociedade de então. Permitiu investimento, reabilitação, dinamizou centros urbanos e contribuiu para impulsionar outras economias como a restauração e construção. Existe algumas reticências relativamente ao futuro. Verifica-se um aumento do número de investidores e ao mesmo tempo uma maior preocupação e consciencialização sobre esta temática sendo discutida diferentes formas de regulamentar o mercado. É uma realidade, que contribui de forma positiva para a economia e que detém o seu espaço. Num futuro próximo adivinham-se algumas alterações de paradigmas podendo coexistir noutros moldes e regulamentações adaptativas. À semelhança de outras realidades, à luz da lei da oferta e da procura o mercado encontrará a sua estabilidade e funcionalidade convergindo num equilíbrio.

Limitações

A realização deste estudo apresentou algumas limitações. A primeira prende-se com o questionário. Em retrospectiva e de acordo com algumas respostas e sugestões proferidas pelos inquiridos, algumas perguntas apresentaram-se limitativas no leque de opções. A segunda está relacionada com a natureza do mercado em si. Sendo um mercado em constante evolução apenas se reporta a realidade à data do estudo pelo que o perfil do investidor pode sofrer alterações. Neste sentido sugere-se um estudo de continuidade de forma a averiguar a evolução nos próximos anos quer a nível demográfico e tipologia de imóveis bem como dos investidores.

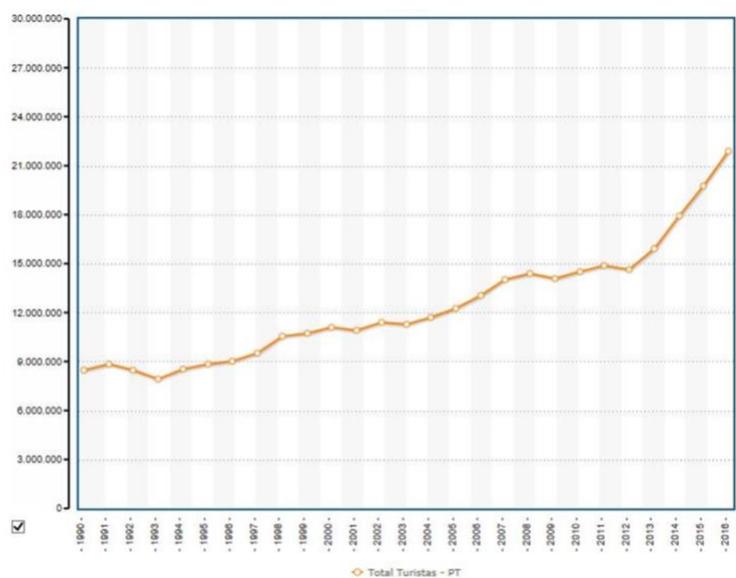
Segundo Moreira (2008), os dirigentes têm muita influência na cultura organizacional e, portanto, no clima organizacional. Assim, é necessário que logo no processo seletivo seja disseminada a cultura organizacional, para que seja feita uma avaliação adequada do perfil do candidato, para avaliar se o mesmo irá se encaixar nos padrões culturais da empresa.

As empresas devem associar a cultura como forma de se manterem competitivas no mercado. Moreira (2008) afirma que ter vantagem competitiva é fundamental para conquistar novos clientes e atrair novos.

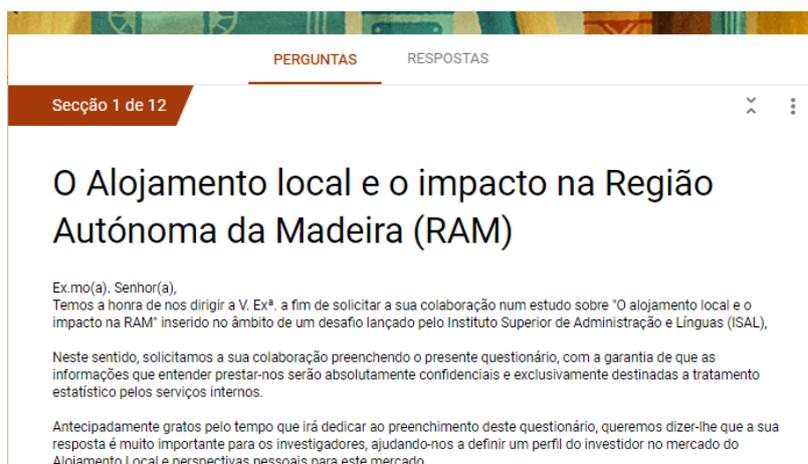
E como estratégia ter uma cultura organizacional saudável, que esteja de acordo com o que está acontecendo no mundo moderno, é fundamental para que a empresa planeje metas eficazes para o sucesso a longo prazo.

Anexo 1 – Entrada de turistas em alojamentos turísticos coletivos: total.

Fonte de dados: Eurostat | Entidades Nacionais. Fonte: PORDATA. 2018-06-03.



Apêndice 1 – Texto introdutório do formulário online



Apêndice 2 – Formula para cálculo da amostra

Recorreu-se à seguinte formula para apurar qual a amostra:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n - Amostra calculada;

N – População;

Z - Variável normal padronizada associada ao nível de confiança;

p - Verdadeira probabilidade do evento;

e - Erro amostral.

Apurou-se um total de 266 respostas para satisfazer as condições de amostragem definidas. As respostas foram obtidas através do processo de amostragem aleatória simples.

REFERÊNCIAS

AIRBNB. (2018). About Us - Airbnb Press Room. Retrieved July 11, 2018, from <https://press.atairbnb.com/about-us/>

AIRBNB. (2018). About Us - Airbnb Press Room. Retrieved July 11, 2018, from <https://press.atairbnb.com/about-us/>

ALMEIDA, A. R. De. (2017). A actividade de exploração de estabelecimento de alojamento local.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. (2008). Decreto Lei no 39/2008. Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/247248>

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DA MADEIRA. (2016). Inquérito ao turismo internacional na região autónoma da madeira. Retrieved from <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now-3/economic/turismo-gb/turismo-emfoco-gb/international-tourism-expenditures-in-focus-gb/finish/770-gastos-turisticos-internacionais-em-foco/9710-em-foco-2016.html>

FAZENDA, N. (2016). Estratégia Turismo 2027 Portugal. Retrieved from <http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/Estrategia/LET-Madeira-ET2027.pdf>

HOSTELWORLD. (2018). Best Hostels in the World: Hoscars 2017 the world's most prestigious hostel awards. Retrieved July 11, 2018, from <https://www.hostelworld.com/hoscars/2017>

INE. (2017). Estatísticas do Turismo 2016. <https://doi.org/0872-7570>

LANÇA, F. (2018). Três meses no alojamento local rendem tanto como um ano de rendas, diz especialista - Rendas - Jornal de Negócios. Retrieved July 12, 2018, from <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/rendas/detalhe/tres-meses-no-alojamento-local-rendem-tanto-como-um-ano-de-rendas>

LAXMIDAS Shrikesh, Pires Ruben, & Gaspar Patrícia. (2018). Bernardo Trindade: “Alojamento Local veio enriquecer e qualificar todo o destino Madeira” – O Jornal Económico. Retrieved February 11, 2018, from <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/bernardo-trindade-alojamento-local-veio-enriquecer-e-qualificar-todo-o-destino-madeira-266644>

MARKETING FUTURECAST LAB. (2017). O impacto económico do Alojamento Local na Área Metropolitana de Lisboa (2016-2020), 141. Retrieved from http://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Documents/Análises/Alojamento/o_impacto_economico_do_alojamento_local_na_a

rea_metropolitana_de_lisboa_2016-2020.pdf

NATIONS, U. (2010). International Recommendations for Tourism Statistics 2008. Retrieved from https://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM_83rev1e.pdf#page=21

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. (2018). OECD Tourism Trends and Policies 2018. OECD. <https://doi.org/10.1787/tour-2018-en>

PEREIRA, H. (2018). Valorização e Qualificação do Alojamento Local nas Regiões Norte, Centro e Alentejo OS IMÓVEIS. Retrieved from https://quality.ahresp.com/static/media/AHRESP-Estudos_QUALITY_Norte_Centro_Alentejo.e4e4fc2e.pdf

SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA TURISMO E CULTURA. (2016). Estratégia para o Turismo da Madeira 2017-2021, 136.

SOUSA MARRÃO, J. (2018). Unlimited expectations. Retrieved from https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/pt/Documents/transportation-infrastructures-services/Atlas_da_Hotelaria_2018_PT_20-6-2018v2.pdf

TURISMO DE PORTUGAL. (2018). Portugal Por | www.visitportugal.com. Retrieved June 27, 2018, from <https://www.visitportugal.com/pt-pt/portugal-por>

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. (2016). O Alojamento Local em Portugal-qual o fenómeno? Retrieved from http://www.ahp-ttt.com/sites/default/files/Nova_SBE_Estudo_Alojamento_Local_vfinal_20161219.pdf

WORLD TOURISM ORGANIZATION. (2018). UNWTO Annual Report 2017. World Tourism Organization (UNWTO). <https://doi.org/10.18111/9789284419807>

WORLD TRAVEL AWARDS. (2017). World Winners 2017. Retrieved July 11, 2018, from <https://www.worldtravelawards.com/winners/2017/world>

WORLD TOURISM ORGANIZATION. (2017). European Union Short-Term Tourism Trends, 1, 2017–6. <https://doi.org/10.18111/9789284419432>



O trabalho e³ - Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Trabalho doméstico: análise da percepção do trabalhador após a regulamentação da lei complementar nº 150/2015

Domestic work: analysis of the worker's perception after the supplementary law no. 150 of 2015

Leila Vaz da Silva¹; Daniela Assis Alves Ferreira².

¹ E-mail:
leila.silva@izabelahendrix.metodista.br
Centro Universitário Metodista Izabela
Hendrix (CEUNIH)

² E-mail:
daniela.ferreira@izabelahendrix.metodista.br
Centro Universitário
Metodista Izabela Hendrix
(CEUNIH)

Resumo: O presente trabalho tem como finalidade analisar o conhecimento do trabalhador doméstico a respeito dos seus direitos e as mudanças percebidas pelos mesmos, assim como levantar os perfis demográficos dos profissionais pesquisados. A pesquisa será direta e objetiva e levantará dados primários por meio da aplicação de formulários e após será feita uma análise quanti-qualitativa. O referencial teórico abordou assuntos relacionados à definição e características do empregado doméstico, história do trabalho doméstico no Brasil e o reconhecimento profissional, social e jurídico proveniente com a Emenda Constitucional Nº 72/2013. A metodologia usada quanto a pesquisa foi a descritiva e a técnica utilizada foi o levantamento de dados primários em campo a partir da adoção de 100 formulários semiestruturados aplicados em Belo Horizonte.

Palavras-chave: Empregado. Doméstico. Pesquisa. Lei. Mudanças. Quanti-qualitativa.

Abstract: *The present study aims to analyze the knowledge of the domestic worker regarding their rights and the changes perceived by them, as well as to raise the demographic profiles of the professionals surveyed. The research will be direct and objective and will raise primary data through the application of forms and after will be made a quanti-qualitative analysis. The theoretical framework addressed issues related to the definition and characteristics of domestic servants, the history of domestic work in Brazil and the professional, social and legal recognition provided by Constitutional Amendment No. 72/2013. The methodology used in the research was descriptive and the technique used was the collection of primary data in the field from the adoption of 100 semistructured forms applied in Belo Horizonte.*

Keywords: *Employee; Domestic; Search; Law; Changes. Quanti-qualitative.*

Introdução

Pretendeu-se, com este trabalho, realizar um estudo da situação profissional dos empregados domésticos a partir de uma visão social e legal. Esta última, destaca-se pelo fato de que esses trabalhadores obtiveram a conquista dos seus direitos trabalhistas básicos apenas a partir de 2013, quando o Brasil passa a adotar uma legislação trabalhista específica para esse tipo de atividade. Será apresentada uma breve evolução histórica desse segmento, que por muito tempo foi esquecido perante a lei e que, hoje, é tão discutido no meio jurídico e social.

Anteriormente, apesar do decreto de número 5.452, criado em 1943 - onde fora instituída a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que uniformizou o direito do trabalho no Brasil, tornando-o um direito autônomo - o trabalhador doméstico não foi abrangido por esta Lei (DAMASCENO; CHAGAS, 2013). O trabalho doméstico somente foi regulamentado em 1972, pela Lei nº 5.859, definindo-o em seu artigo 1º, como “aquele que presta serviços contínuos sem fins lucrativos à pessoa ou família no âmbito residencial”.

Dessa forma, o fator que diferenciava o emprego doméstico dos demais era seu caráter não-econômico, uma vez que a atividade seria exercida no âmbito residencial do empregador. Podem ser consideradas da categoria do empregado doméstico o profissional cozinheiro, babá, governanta, lavadeira, faxineira, motorista particular, acompanhante de idosos, entre outras ocupações (BRASIL, 2013).

Após a promulgação da Emenda Constitucional nº 72, em abril de 2013, uma nova regulamentação para os direitos dos empregados domésticos foi editada pela Lei Complementar nº 150 de 2015. Além de regulamentar a atividade, ela criou ainda o Simples Doméstico, com a finalidade de facilitar o cumprimento das obrigações dos empregados domésticos em relação ao Fisco, os cálculos dos valores legais devidos decorrentes da relação trabalhista, a prestação de informações, geração da guia de recolhimento do FGTS e para os pagamentos incidentes sobre a relação de emprego doméstico no País (BRASIL, 2015).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, existiam no Brasil 6.152 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais 92% eram mulheres. Em relação à seguridade social, apenas 42% dos trabalhadores contribuía

para a previdência social e somente 32% possuíam carteira de trabalho assinada. Em sua maioria, esses trabalhadores possuem uma remuneração mensal, mas são as diaristas as que enfrentam as condições mais precárias de trabalho (OIT BRASILIA, 2017).

No Brasil, no terceiro trimestre de 2017 ocorreu um aumento de 2,9% de trabalhadores domésticos, quando comparado ao trimestre anterior. Esse número corresponde a aproximadamente 177 mil novos postos de trabalho, o que contribuiu para a queda da taxa de desocupação nacional, passando de 12,8% para 12,2%, quando comparado ao mesmo trimestre de 2016. Entretanto, a maioria desses trabalhadores são empregados sem carteira, que buscam trabalho por falta de espaço na economia formal (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, 2017).

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de uma pesquisa realizada em 117 países, em 2010 o mundo possuía cerca de 52 milhões de empregados domésticos, sendo que quase 30% (15,7 milhões) do total desses trabalhadores estavam completamente excluídos de qualquer tipo de cobertura por legislação laboral. E apenas 5,2 milhões (10%) dos empregados domésticos tinham acesso a proteção jurídica igual a dos demais trabalhadores. Caso fossem contabilizados os menores de 15 anos, que somam aproximadamente 7,4 milhões, seriam mais de 23 milhões de pessoas sem proteção trabalhista. Ainda segundo o estudo, dos 52 milhões de empregados domésticos no mundo, 83% são mulheres. A organização Internacional do trabalho ainda afirma que foi registrado aumento de mais de 19 milhões de trabalhadores domésticos em todo o mundo, entre os anos de 1990 e 2010 (OIT, 2013).

Essa atividade profissional é considerada como essencialmente leiga, podendo ser desempenhada por pessoas sem nenhuma formação escolar. As condições adversas enfrentadas por esses trabalhadores se relacionam a fatores estruturais, sociais, simbólicos e conjunturais inter-relacionados ao desempenho destas atividades (MUNHOZ, et al., 2017). Ao analisar o trabalho doméstico no Brasil fica evidente a sua precariedade, desvalorização social e a gênese da invisibilidade com a qual é caracterizada (SILVA, 2017).

A partir do que foi discutido até aqui, pode-se destacar a afirmação de Cunha e Gomes (2007, p. 11), sobre o assunto:

A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor – escravo.

A aquisição de novos direitos dos trabalhadores, garantidos por normas constitucionais e legislação específica, com o propósito de propiciar maior segurança jurídica aos profissionais domésticos, tem assustado o empregador por conta do que consideram “burocracia” e, vem limitando o número de vagas ofertadas no mercado de trabalho, prejudicando esse profissional (BARBOSA, 2015).

Associado a esse fato, destaca-se que muitos profissionais ainda não conhecem os direitos que lhe foram recentemente garantidos por lei. Diante desse contexto, torna-se relevante um estudo que vise a avaliar como é a percepção dos empregados domésticos diante dessas mudanças.

Desta forma, o objetivo deste estudo é analisar as diferenças percebidas pelos profissionais domésticos em relação às oportunidades e condições de trabalho, após a mudança da lei que ampliou os benefícios trabalhistas a esse segmento profissional.

A realização deste trabalho é de grande importância, uma vez que, os novos direitos dos empregados domésticos, e suas consequências para a relação patrão-empregado, têm sido alvo de constantes discussões. Entretanto, podem ser observadas, com frequência, dúvidas relacionadas aos direitos vigentes (FARACO, 2014).

O objetivo deste trabalho torna-se importante, pois a vivência relatada pelo trabalhador doméstico possibilita maior conhecimento sobre o tema, para empregado e empregadores. De forma geral, muitos não possuem conhecimento sobre as obrigações necessárias para a formalidade e legalidade dessa relação. Este conhecimento auxilia nos procedimentos de admissão, demissão, pagamento, garantia de direitos e deveres, orientando a aplicação correta dessas determinações.

Inicialmente foi realizada uma conceituação do que seja o trabalho doméstico e as características desse segmento profissional. No segundo momento fez-se uma retomada histórica abordando a origem do vínculo empregatício doméstico no Brasil, colocando sob análise as questões sociais e históricas envolvidas nessa relação profissional. Por fim, foram analisadas as condições em que muitas trabalhadoras se encontram relacionadas principalmente à questão salarial, jornada de trabalho, e outros aspectos que envolvem a atividade

2 - Empregado doméstico: breve definição e características

A palavra “doméstico” tem origem no latim domesticus, que se compreende por casa de família; e de domus, que significa casa, lar. Lar consiste a parte da cozinha onde o fogo é aceso – a lareira – e, em um sentido mais amplo, significa habitação (MARTINS, 2004).

O trabalho representa a atividade básica do homem e da mulher, sendo fundamental para a socialização. A força de trabalho foi explorada de diferentes formas e em diferentes contextos históricos, atendendo a necessidade de cada momento. Várias foram às formas de organização e exploração do trabalho. Na antiguidade, o trabalho significava uma atividade própria daqueles que haviam perdido a liberdade, resultando em uma relação de castigo e sofrimento impostos. Entretanto, a partir da reforma protestante, para a sociedade capitalista, o trabalho constitui algo necessário e digno (SILVA, 2016).

A autora defende que, por um longo período, não existiu uma regulamentação específica para a categoria dos empregados domésticos, sendo aplicados os preceitos do Código Civil. A partir da Lei nº 5.859 de 1972, passa a ser regulamentada a profissão de empregado doméstico, sendo definida como “aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa a pessoa ou a família, no âmbito residencial”. Assim, Araújo (2015) esclarece que o empregado doméstico pode ser definido como a pessoa física que, com intenção de lucro, trabalha para outras pessoas físicas, no âmbito residencial, de forma não eventual, prestando serviços de natureza contínua com pessoalidade, onerosidade e subordinação.

Segundo Martins (2013), as expressões “trabalhador em domicílio” e “empregado doméstico” não possuem o mesmo significado e definem que trabalhador em domicílio seria aquele que, a partir do seu trabalho, mantém com o empregador domiciliar uma relação com finalidade lucrativa. Já o empregado doméstico mantém, em favor do outro, uma relação de trabalho, subordinação e dependência da outra pessoa sem a finalidade de lucro. Ou seja, seria uma relação onde não existe a premissa de auferir lucro pelo patrão.

Desta forma, o serviço doméstico remunerado, representa aquele prestado por meio de uma relação jurídica de trabalho, na qual o trabalhador busca uma contrapartida financeira pela execução desse serviço. De modo geral, podem ser citadas como características do trabalho doméstico remunerado: trabalho vinculado à esfera residencial; ligado à história de escravidão, colonialismo e outras formas de servidão; composto em sua maioria por mulheres em situação de vulnerabilidade social; e que não possibilita ascensão profissional (BARROS, 2013).

Um estudo realizado por Marteleto (2011), afirma que o trabalho doméstico consiste em um grande número de tarefas distintas entre si, remuneradas, repetitivas e exaustivas, efetuadas por uma pessoa no âmbito residencial, desde que não seja em sua própria unidade domiciliar, compreendendo atividades ligadas à cozinha, limpeza do domicílio e cuidados com a família, de atenção aos idosos, crianças e pessoas com deficiência, animais, dentre outras.

2.1 - História do trabalho doméstico no Brasil

O surgimento do trabalhador doméstico no Brasil se deu a partir da chegada dos escravos africanos, trazidos para a “casa grande” a fim de desempenhar atividades do lar, como arrumar, cozinhar e lavar para os senhores e suas famílias. Também desempenhavam funções como amas de leite, aias, transmissor de recados, jardineiros, pajens e costureiras. Em sua maioria, este tipo de trabalho era realizado por homens ou mulheres negras e até mesmo crianças, que eram escolhidos pelos senhores pelo critério da aparência, limpeza e força (DAMASCENO; CHAGAS, 2013).

Vale ressaltar que, no período do Brasil Colônia, o foco do trabalho doméstico

fundamentava-se, principalmente em mulheres negras, prevalecendo um código moral no qual patrões e patroas deveriam prover a proteção, moradia, vestuário e alimentação aos seus criados e criadas, em troca de fidelidade e obediência. Desta forma, pode-se perceber que, na atualidade, a atividade doméstica ainda apresenta resquícios da escravidão (SILVA, 2017).

Silva (2017) destaca que, no Brasil Império, mesmo após a libertação dos escravos a partir da Lei Áurea, muitos se mantiveram à disposição de seus empregadores, pois não possuíam o que fazer ou para onde ir.

Já, no período do Brasil República, a empregada doméstica começou a deixar a invisibilidade, a partir da criação do Primeiro Sindicato das Empregadas Domésticas do Brasil, em Santos (SP), por Laudelina de Campos Melo; e dos direitos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas e promulgação da Constituição de 1988 (SILVA, 2017).

A profissão de empregado doméstico era vista com maus olhos pela sociedade, sem a existência de regulamentação para ordenamento jurídico que tratasse apenas desta categoria. Todas as relações envolvendo estes empregados eram abrangidas pelo Código Civil de 1916, que buscava a uniformização dos procedimentos e a concentração de dispositivos normativos. Somente a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que todas as locações de serviços foram abrangidas pelo Código Civil. Em 1923, foi aprovado por meio do Decreto nº 16.107 o regulamento de locação de serviços domésticos, como o realizado pelas cozinheiras, ajudantes e arrumadeiras (DAMASCENO; CHAGAS, 2013).

Em 1972 com o surgimento da Lei 5.859 os trabalhadores domésticos começam a conquistar seus direitos, sendo ampliado ainda mais em 1988, com a Constituição Federal do Brasil (DAMASCENO; CHAGAS, 2013).

A criação da CLT estabeleceu normas coletivas e individuais de trabalho que em tese, buscava sanar a precariedade das normas de proteção ao trabalho no Brasil, entretanto, afastou o trabalho doméstico do seu campo de proteção. Ao excluir os empregados

domésticos dos direitos trabalhistas, a CLT se configurou como o primeiro dispositivo legal a desvalorizar de maneira expressa o trabalho doméstico em relação as demais categorias de trabalho (SILVA, 2016a).

Tais fatos tornam fácil a verificação que o trabalho doméstico no Brasil sempre buscou atender os anseios de uma sociedade que desprestigiava o trabalho prestado no ambiente domiciliar, constituindo uma questão de cunho social e histórico. Essa distinção constitui fruto, entre diversos outros fatores da ação segregadora do Legislativo e de uma sociedade pouco solidária e conivente. Todos esses fatos, associados a um Judiciário conservador, tornam ainda mais crítico debate do tema (MACIEL, 2016).

Apesar desse quadro social, era notória e crescente a necessidade de reconhecimento de outros direitos trabalhistas aos empregados domésticos, tendo em vista que inexistiam motivos para o tratamento desigual desses profissionais, já que prestam serviços de relevância social e, portanto, devem ser amparados pelo Direito do Trabalho com equidade em relação às demais categorias profissionais (MACIEL, 2016).

Araújo (2015) relata que durante o regime militar, a Lei 5.859/72, define em seu artigo 1º o trabalhador doméstico, assegurando a essa categoria profissional o direito ao registro do contrato de trabalho em carteira, benefícios previdenciários e vinte dias de férias. Apesar dos benefícios adquiridos, essa lei não equiparou aos trabalhadores que possuíam contratos de trabalho regidos pela CLT.

Paulatinamente alguns direitos foram reconhecidos em leis, mesmo que de modo espaçado, como por exemplo, a Lei nº 7195/1984 que acarretou na responsabilização civil das agências de empregados domésticos; a Lei nº 8009/1990 que resultou na possibilidade de penhorabilidade do bem de família quando da execução trabalhista do empregado doméstico; a Lei nº 10208/2001 que garantiu a inscrição do trabalhador no FGTS e seguro desemprego e, por fim, a Lei nº 11324/2006 garantiu a estabilidade provisória a gestante e vedação de desconto em razão da alimentação, moradia, vestuário e higiene (MIKOS, 2015).

Uma importante modificação da Lei nº 5.859/72 ocorreu em 2006, a partir da aprovação

da Lei nº 11.324 que acrescentou direitos trabalhistas para a categoria doméstica ocasionando em aperfeiçoamento jurídico desses empregados que passou a ter direitos como: proibição de descontos por fornecimento de vestuário, alimentação, higiene, moradia e vestuário, direito de férias anuais de 30 dias, como pelo menos, 1/3 a mais que o salário normal e 13º salário (ARAÚJO, 2015).

Também vale destacar a OIT, tratada na Convenção do Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos que em 2011 discutiu a situação da empregada doméstica, culminando com a criação da PEC das Domésticas no Brasil.

Em 2013 a proposta de emenda constitucional, denominada PEC das domésticas, incluiu novos direitos aos empregados domésticos, trazendo uma nova realidade para uma classe discriminada e desprotegida (DAMASCENO; CHAGAS, 2013).

Por fim, a promulgação da Lei nº 150/2015, conhecida como a Nova Lei do Trabalho Doméstico (NLTD) que revogou a Lei nº 5859/72 trouxe em seu artigo 1º uma definição jurídica do empregado doméstico como “aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou a família, no âmbito residencial destas, por mais de dois dias por semana” (MACIEL, 2016).

Portanto, torna-se possível concluir que até meados da década de 1970, esses trabalhadores sequer eram reconhecidos pela prestação de seus serviços, e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943 ignorou todos esses profissionais; sendo que, somente em 2013 a profissão foi abrangida por leis essenciais as quais os demais trabalhadores de outras áreas já eram assegurados.

2.2 - Reconhecimento profissional, social e jurídico proveniente com Lei Complementar nº 150 de 2015

Apesar da grande importância da CLT, torna-se oportuno destacar que, apesar desta ser a primeira legislação que tratou dos aspectos gerais da relação de trabalho, evitando o desamparo do trabalhador em seu artigo 7º, os preceitos que foram contemplados na consolidação não foram aplicados aos empregados domésticos, não sendo tutelados por

este dispositivo legal. Essa exclusão dos trabalhadores domésticos da CLT apresenta-se como um reflexo do contexto social, econômico e histórico do país, permanecendo por considerável período, permitindo que o empregado doméstico continuasse desprotegido, do ponto de vista legal, por quase 30 anos (ARAÚJO, 2015).

Em 2013, a Constituição Federal de 1988 foi alterada garantindo aos empregados alguns direitos que ainda não usufruíam, como por exemplo, relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, remuneração do trabalho noturno superior ao diurno, seguro desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fixação de jornada de trabalho, remuneração do trabalho extraordinário, salário família, redução dos riscos inerentes ao trabalho, reconhecimento das convenções e acordos coletivos, assistência gratuita a filhos e dependentes, seguro contra acidentes de trabalho, isonomia salarial; proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre ao menor de 18 anos. Ressalta-se que alguns desses direitos passaram a ter validade imediata após a publicação da emenda Constitucional nº 72/2013 (BRASIL, 2015).

A Emenda Constitucional nº. 72/2013, foi promulgada em 02 de abril do de 2013. Esta PEC – Proposta de Emenda Constitucional nasceu como resposta do Brasil à recomendação nº 201 da Organização internacional do trabalho que tinha por objetivo garantir aos trabalhadores domésticos, como aos demais trabalhadores, condições justas e dignas de emprego (SILVA, 2017).

Com a promulgação da EC 72/2013, a qual representa importante marco civilizatório na sociedade brasileira, a categoria profissional dos trabalhadores domésticos passou a ter assegurados novos direitos, o que, sem dúvida alguma, demonstra avanços sociais no que diz respeito à valorização do trabalho e à dignidade da pessoa humana, esta última, consagrada pela Constituição de 1988 como fundamento da República Federativa do Brasil (MARTINS, 2013).

A Emenda, no plano jurídico normativo, estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e as demais categorias, ficando pendente as questões relativas ao seguro desemprego, fundo de garantia, proteção contra dispensa sem justa causa, salário família, seguro contra acidentes de trabalho e ainda assistência gratuita

aos filhos e dependentes até completarem cinco anos de idade em creches e pré-escola (SILVA, 2016).

A Lei nº 150/2015 regulamentou as matérias que estavam pendentes excluindo as diaristas do âmbito de reconhecimento de vínculo empregatício, sendo necessários dois dias de trabalho contínuo por semana em uma mesma residência, flexibilização da jornada de trabalho, permissão de jornada de trabalho 12 x 36, instituição do simples doméstico, possibilidade de receber multa rescisória de 40% do FGTS e um percentual de contribuição de 3,2%. Nota-se que as alterações da Lei Complementar 150/2015 beneficiou, sobremaneira, os empregadores domésticos, sendo pouco efetivas para a vulnerabilidade que estão acometidos os trabalhadores domésticos (SILVA, 2016).

A partir disso, conclui-se o importante marco para a categoria, uma vez que assegurou novos direitos, demonstrando avanços sociais referentes à valorização do trabalho e a dignidade.

3 - Metodologia

Para que uma pesquisa possa ser caracterizada como científica torna-se necessário que a mesma seja desenvolvida por meio de planejamento, sendo organizada e sistemática, aplicando procedimentos científicos. De acordo com Vergara (2007), os tipos de pesquisa podem ser definidos por dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Neste trabalho, quanto aos fins, a pesquisa se deu por estudo descritivo e quanto aos meios foram pesquisa de campo e estudo de caso.

Vergara (2007) argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Gil (2008) destaca que pesquisas descritivas são aquelas que tem por finalidade a descrição das características de determinada população como idade, sexo nível de escolaridade, estado de saúde mental e que focam descobrir a existência de associações entre variáveis.

A técnica utilizada foi o levantamento de dados primários em campo. Segundo Mattar (2008), tem-se a pesquisa de campo realizada em ambiente real, não havendo possibilidade de controle das variáveis medidas. O estudo de caso na opinião de Mattar

(2008) pode envolver o exame de registros já existentes, a observação da ocorrência do fato, entrevistas estruturadas, entrevistas não estruturadas, etc. O objeto do estudo pode ser uma pessoa, um grupo de pessoas, uma organização, um grupo de organizações ou uma situação.

Em relação ao universo e amostra de uma pesquisa, entende-se por universo o “conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo) que possuem as características que serão objeto de estudo” (VERGARA, 2007, p. 50). Seguindo a mesma ideia, Cozby (2006, p.145) afirma que o universo se compõe “por todos os indivíduos de interesse para o pesquisador”. Segundo a Pesquisa de emprego e desemprego por meio da sua última pesquisa que foi apresentada no boletim (PED, 2014), estima-se que a quantidade de trabalhadores domésticos na região metropolitana de Belo Horizonte seja de 127 mil pessoas, sendo considerado esse número o universo desse estudo.

De acordo com Mattar (2008) os tipos de amostragem são classificados em dois grupos: não probabilísticas que consiste na seleção dos elementos pelo pesquisador e geram amostras probabilísticas, e se subdivide nas categorias básicas (conveniência ou acidental, intencional ou julgamento e quotas ou proporcional) e variações (tráfego, autogerada e desproporcional e as probabilísticas). Cabe ressaltar que as probabilísticas consistem na amostragem em que cada elemento da população tem uma chance conhecida e diferente de zero de ser selecionado para compor a amostra e são subdivididas em aleatória simples, aleatória especificada e conglomerado (Sistemática ou Área). A amostra por conveniência constitui-se não probabilística e formada por indivíduos de fácil acesso e disponível em determinado local e momento. Os indivíduos vão sendo inseridos na pesquisa até que se atinja a dimensão pretendida (FORTIN, 2003).

Assim, o estudo adotou amostragem não probabilística por conveniência, e, apesar de nessa modalidade, não haver obrigatoriedade de maior rigor estatístico, optou-se, para fins de representatividade da amostra, adotar a tabela de Arkin e Colton (1995), e assim foram aplicados formulários a 100 profissionais da categoria pesquisada. Estabeleceu-se desse modo, margem de erro de 10% com um intervalo de confiança de 95%.

Em relação ao instrumento de coleta de dados, nesse estudo os dados primários acadêmicos foram obtidos por meio da adoção de formulários semiestruturados, de fácil entendimento, aplicados pessoalmente, em forma de entrevista anônima, garantindo conforto e segurança ao entrevistado.

O formulário, composto de 23 perguntas envolvem levantamento do perfil demográfico, bem como questões relacionadas aos objetivos específicos do estudo, objetivando identificar se os profissionais pesquisados perceberam mudanças em relação às oportunidades e condições de trabalho após a mudança da lei, além de outras questões que permitam atender o objetivo do estudo.

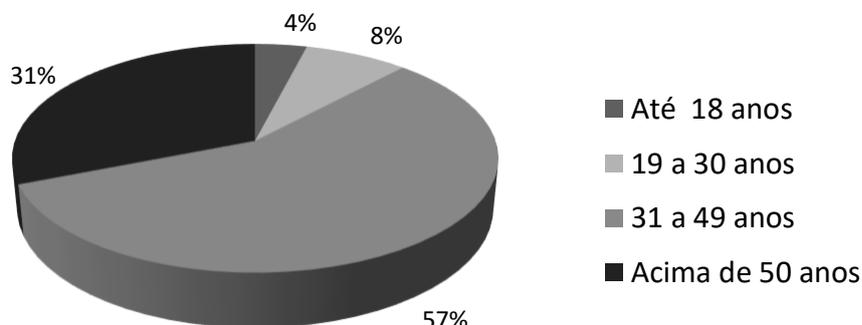
Após a coleta de dados esse estudo adotou a análise de dados do tipo quali-quantitativa, pois se pretendeu estimular os entrevistados a falarem, pensarem livremente e exporem suas opiniões e pontos de vistas sobre o tema. E, pretendeu-se também levantar dados para serem trabalhados estaticamente os perfis desses profissionais. Figueiredo (2007) afirma que a análise quanti-qualitativa consiste em um método que associa análise estatística à investigação dos significados das relações humanas, privilegiando a melhor compreensão do tema a ser estudado, auxiliando assim, a interpretação dos dados obtidos. Polit, Beck e Hungler (2004) afirmam que a abordagem quanti-qualitativa permite complementação entre palavras e números, as duas linguagens fundamentais da comunicação humana. Desta forma, a escolha desse tipo de pesquisa amparou-se no fato de haver no estudo, a interação entre a análise estatística e a análise do discurso dos participantes do estudo.

4 - Apresentação dos resultados

A pesquisa se deu por meio de aplicação de formulários voltados para análise do perfil demográfico dos trabalhadores domésticos, sobre seus conhecimentos a respeito dos seus direitos trabalhistas e sua percepção sobre o mercado de trabalho. Os formulários foram aplicados durante os meses de julho e agosto de 2018. A pesquisa contou com 100 participantes, número definido para a amostragem do estudo. Em sua totalidade, a pesquisa foi realizada com mulheres e todas trabalham em regiões de bairros nobres de Belo Horizonte, como bairro Santo Antônio, Funcionários e Sion.

O gráfico 1 apresenta a idade dos participantes do estudo.

Gráfico 1 - Idade das entrevistadas

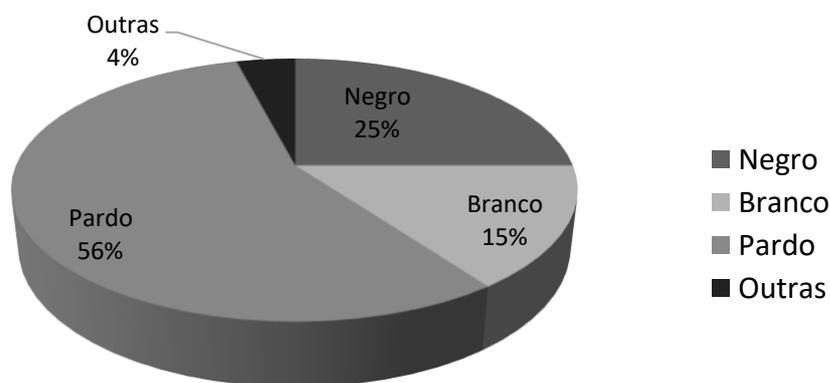


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Observa-se que mais da metade (57%) tem de 31 a 49 anos de idade, 31% acima de 50 anos, 8% de 19 a 30 anos e 4% até 18 anos.

O gráfico 2 expõe a cor declarada da entrevistada

Gráfico 2 – Cor



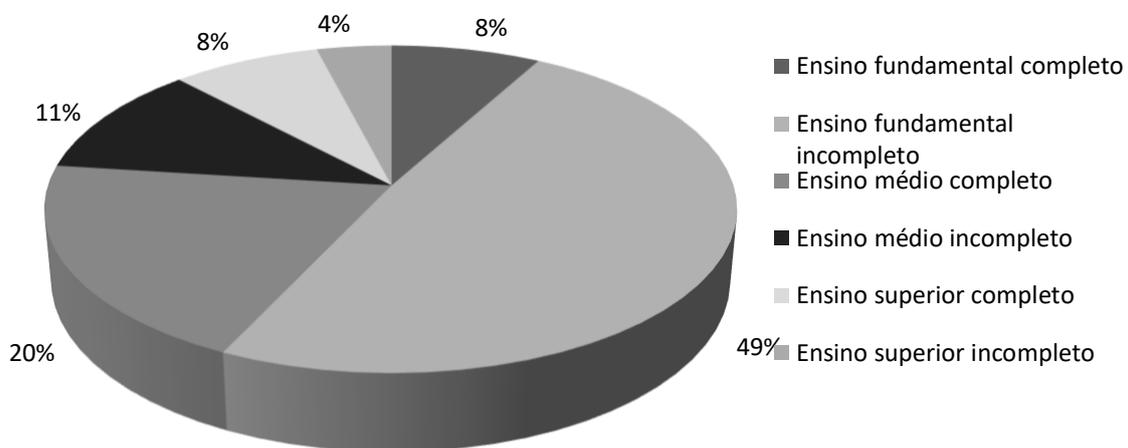
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com relação à cor declarada pelas entrevistadas da amostra, prevalecem as pessoas autodeclaradas pardas, totalizando 56% das entrevistadas, seguido pelas autodeclaradas negras. Evidencia-se que os resultados da pesquisa mostram a miscigenação e os mesmos não vão de encontro com o que Damasceno; Chagas (2013) apresentam.

A situação da maioria das entrevistadas se declararem pardas ou negras tem relação ao fato histórico do surgimento do trabalhador doméstico no Brasil ter se dado a partir dos escravos africanos, trazidos para a “casa grande” para desempenhar atividades do lar. Em sua maioria, esse tipo de atividade era realizado por homens e mulheres negras e até mesmo crianças (DAMASCENO; CHAGAS, 2013).

O gráfico 3 aponta o nível de escolaridade declarada pelas entrevistadas

Gráfico 3 – Nível de escolaridade

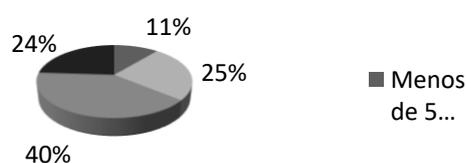


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nota-se na análise do gráfico 3 que mais da metade das entrevistadas (57%) possuem apenas o ensino fundamental, e desses 49% o fundamental incompleto. Nota-se que essa atividade pode ser desempenhada por alguém com pouca formação escolar. Destaca-se que 8% das entrevistadas possuem ensino superior completo, mas não conseguiram se estabilizar na área formada e procuraram no trabalho doméstico sua renda.

O Gráfico 4 apresenta o tempo de exercício profissional das entrevistadas.

Gráfico 4 – Tempo de exercício

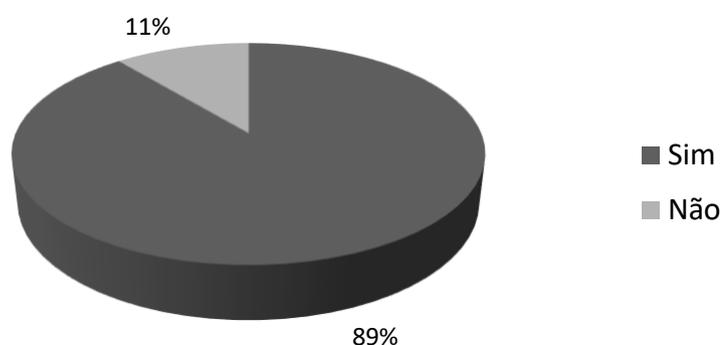


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os resultados do Gráfico 4 demonstram a predominância de mulheres que trabalham como empregadas domésticas entre 10 a 25 anos com 40%, seguido das que trabalham de 5 a 10 anos com 25% e as que trabalham há mais de 25 anos com 24%. Percebe-se que muitas dessas profissionais já são idosas, mas devido à baixa renda, optam por continuar trabalhando.

O Gráfico 5 aponta a formalização do contrato de trabalho profissional por meio do registro em carteira

Gráfico 5 – Formalização de contrato por meio de registro em carteira



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nota-se no gráfico 5 que a maioria das entrevistadas (89%) trabalham com carteira registrada como empregada doméstica e apenas 11% declaram não possuir formalização do contrato de trabalho por meio do registro em carteira profissional. Evidencia-se que o grupo pesquisado apresenta características divergentes daquele pesquisado pelo IBGE que afirma que em 2016 haviam no Brasil 6.152 milhões de trabalhadores domésticos e que apenas 32% dos trabalhadores possuíam carteira de trabalho assinada.

A tabela 2 apresenta a função desempenhada no exercício profissional do grupo pesquisado.

Tabela 2 - Função desempenhada

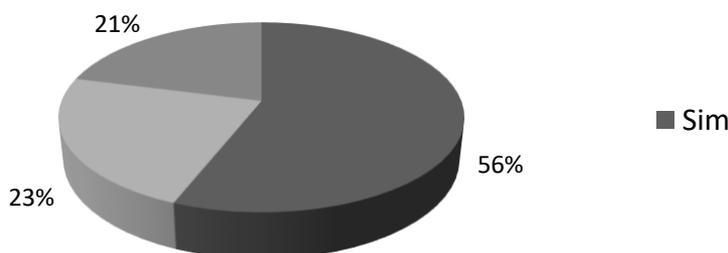
Respostas	Total de entrevistados
Babá	9
Cozinheira(o)	8
Acompanhante de idosos	12
Serviços gerais	71
TOTAL	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os resultados apresentados na Tabela 2 aponta que 71% das empregadas declararam desempenhar a função de serviços gerais, 12 atuam como acompanhante de idosos, 9 são babás e 8 são cozinheiras.

O Gráfico 6 expõe o grau de satisfação que essas profissionais sentem com o próprio trabalho.

Gráfico 6 – Grau de satisfação com o trabalho

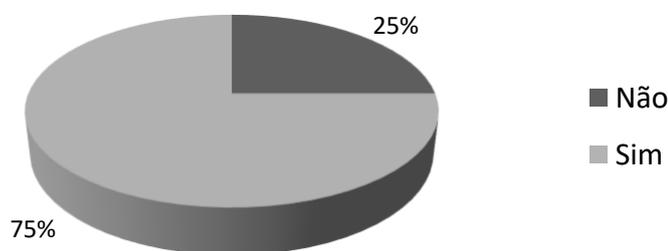


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os resultados sugerem que mais da metade (56%) das entrevistadas disseram estar satisfeitas com o próprio trabalho. Seguindo, 23% declararam não estarem satisfeitas e 21% declararam estarem parcialmente satisfeitas.

O Gráfico 7 aponta quantas das profissionais pesquisada gostariam de exercer outra atividade profissional

Gráfico 7 - Gostariam de exercer outra atividade profissional



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Apesar de mais da metade das profissionais estarem satisfeitas com a profissão, pode-se

observar na análise do Gráfico 7 que 75% das entrevistadas declararam que gostariam de exercer outra atividade profissional. Dentre essas atividades foram citadas: professora, jornalista, advogada, cozinheira, escritora, segurança, policial, juíza entre outras.

A tabela 3 apontam os fatores que as levaram a exercer a atividade de empregada doméstica.

Tabela 3 - Fatores que levou a profissional a exercer esse tipo de atividade

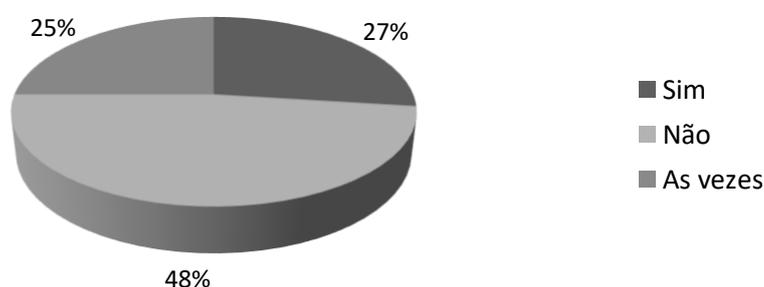
Respostas	Total de entrevistados
Gostar da atividade	28
Me sinto importante com o trabalho que exerço	5
Falta de oportunidade	67
TOTAL	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Quanto ao que levou a entrevistada a exercer a atividade, 67% declararam falta de oportunidade, principalmente relacionada a escolaridade. 28% declararam gostar de atividade e 5% declararam se sentirem importantes com o trabalho que exercem.

No Gráfico 8 foi apresentado quantas entrevistadas declaram fazer intervalo para repouso ou alimentação.

Gráfico 8 – Faz intervalo para repouso ou alimentação



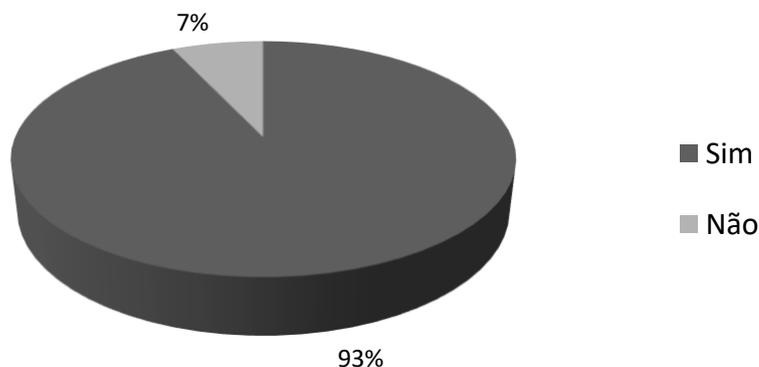
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Percebe-se que 48% das entrevistadas declararam não fazer intervalo para repouso ou alimentação, 27% declararam usufruir desse período de intervalo e 25% declaram que as vezes dispõem desse intervalo. Algumas entrevistadas declararam que não fazem pausas

para repouso e alimentação para terminarem antes do horário de expediente.

O Gráfico 9 aponta o número de entrevistadas que declaram receber férias normalmente

Gráfico 9 – Recebe férias normalmente

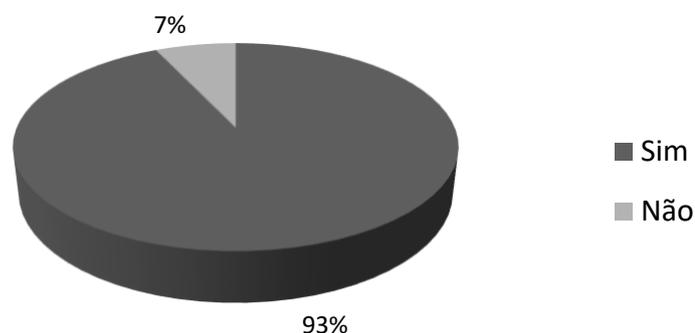


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nota-se que 93% das entrevistadas afirmaram receber e gozar férias normalmente. Fato esse que se equipara e tem relação com o grande número de empregadas que trabalham com carteira assinada apresentados no gráfico 5.

O Gráfico 10 apresenta o número de entrevistadas que declaram receber 13º salário.

Gráfico 10 – Recebe 13º salário



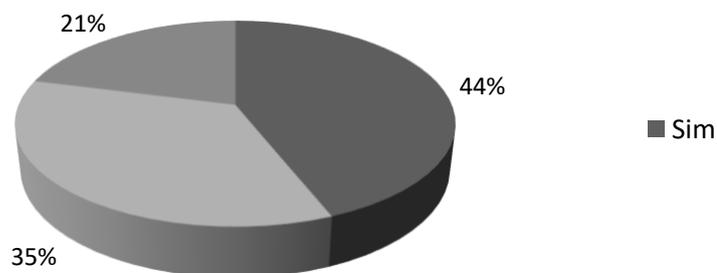
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com os resultados obtidos e apontados no Gráfico 10, 93% das entrevistadas disseram receber 13º salário e apenas 7% afirmaram que não recebem. As entrevistadas

que não recebem são diaristas, ou seja, não possuem carteira de trabalho registrada e por isso esse direito não é garantido a elas. Durante a pesquisa pôde ser observado que as diaristas são as que enfrentam as condições mais precárias de trabalho, hoje trabalhando cerca de 2 vezes na semana. As mesmas explicaram que os empregadores deixam o serviço acumular até o dia das diaristas voltarem para fazer o serviço novamente. Fato que mostra que as diaristas enfrentam situações menos favoráveis de trabalho.

O Gráfico 11 aponta o número de entrevistados que tem as horas extras devidamente pagas quando há necessidade de estender o horário de trabalho ou trabalhar em dias de folga.

Gráfico 11 - horas extras devidamente pagas

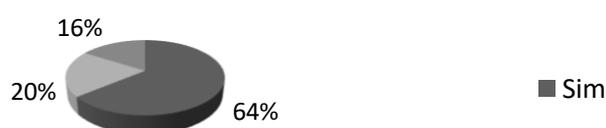


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Observa-se que 44% das entrevistadas afirmam que recebem devidamente as horas extras feitas, seguido de 35% que afirmaram não receber as horas extraordinárias e 21% disseram que as vezes são pagas. Esses dados atestam que nem sempre os direitos são integralmente garantidos.

O Gráfico 12 aponta o conhecimento das entrevistadas em relação aos direitos trabalhistas garantidos pela legislação

Gráfico 12 – Possui conhecimento em relação aos direitos trabalhistas garantidos pela legislação



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os resultados analisados e apresentados no Gráfico 12 apontam que mais da metade das entrevistadas (64%) declararam ter conhecimento a respeito dos seus direitos trabalhistas, 20% declaram não terem conhecimento e 16% declaram conhecerem parcialmente seus direitos garantidos em lei.

A tabela 4 aponta como os entrevistados tomaram conhecimento dos seus direitos.

Tabela 4 – Fonte de conhecimentos dos seus direitos

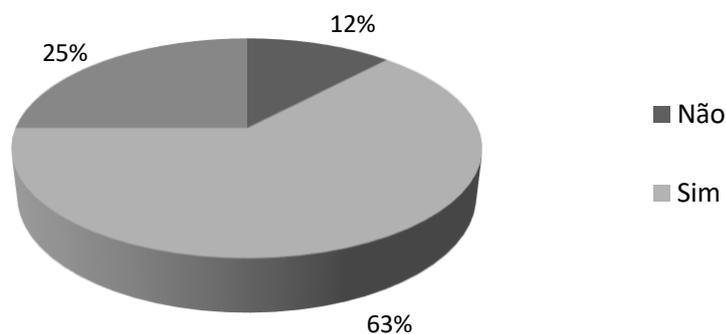
Respostas	Total de entrevistados
Jornal	15
TV	32
Conversa com patrões	10
Conversa com colegas de profissão	4
Conversa com familiares e amigos	3
TOTAL	64

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A partir da leitura da tabela 4 percebe-se que 32% tomaram conhecimento dos seus direitos por meio da TV, 15% por meio de jornal, 10% por meio de conversas com patrões, 4% com colegas de profissão e 3% por conversas com familiares e amigos.

O Gráfico 13 aponta a percepção das entrevistadas sobre mudanças em relação as oportunidades de trabalho.

Gráfico 13 – Percepção sobre mudanças em relação as oportunidades de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Observa-se que 63% das entrevistadas declararam ter percebido mudanças quanto as oportunidades de trabalho, 12% declaram não ter percebido e 25% não sabem ou não quiseram opinar.

A tabela 5 sugere os tipos de mudança percebidas pelas entrevistadas na atividade profissional após a regulamentação da lei.

Tabela 5 - Mudança percebida pelas entrevistadas

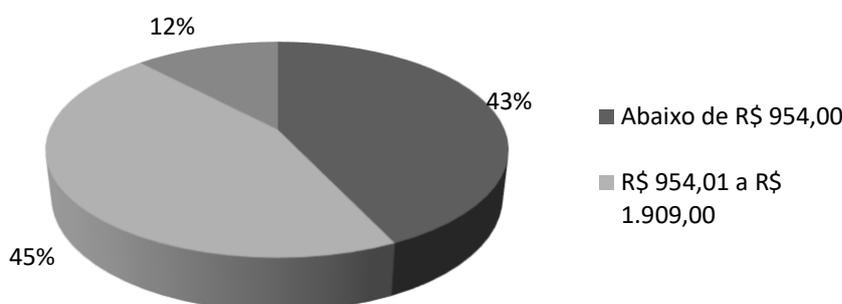
Respostas	Total de entrevistados
Aumento das oportunidades de trabalho	11
Redução das oportunidades de trabalho	35
Aumento dos benefícios decorrentes do trabalho	14
Aumento da renda mensal	3
TOTAL	63

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Como resultado apresentado na Tabela 5, tem-se que 35% dos entrevistados declararam que perceberam uma redução das oportunidades de trabalho, seguido das que declararam ter percebido aumento das oportunidades de trabalho com 11%. Para 14% ocorreu aumento dos benefícios decorrentes da relação trabalhista e apenas 3% da amostra disseram ter percebido aumento da renda mensal.

O Gráfico 14 aponta a média salarial declarada pelas entrevistadas.

Gráfico 14 – Média salarial



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os resultados expressos no Gráfico 14 demonstram que 43% recebem até um salário mínimo, 45% das entrevistadas recebem mais de 1 até 2 salários mínimos e 12% recebem mais de 2 salários mínimos. Esse fato pode estar associado a questão da baixa escolaridade de grande parte das entrevistadas.

5 - Considerações finais

O objetivo desse trabalho constituiu em analisar o conhecimento do trabalhador doméstico a respeito dos seus direitos e analisar se seus direitos são garantidos, assim como levantar os perfis demográficos dos profissionais entrevistados.

Os resultados da pesquisa revelam no Gráfico 5 que quase 90% das entrevistadas possuem carteira de trabalho assinada. Fato que pode ser um dos motivos de a maior parte das profissionais estarem cientes dos seus direitos trabalhistas garantidos pela legislação. Situação a qual foi apresentada no Gráfico 13, que demonstra que 64% das entrevistadas tem conhecimento.

Vale ressaltar que alguns casos foram observados que os direitos não são garantidos, como demonstra nos gráficos 8, 9, 10 e 11. Direitos como: fazer intervalo para repouso e alimentação e horas extras devidamente pagas. Essa situação pode acontecer pelo fato do trabalho doméstico ter a característica específica de ser realizado dentro de casa e não ter modos de registrar horário de chegada e saída da funcionária, assim como ser dificultada a fiscalização.

A pesquisa ainda demonstra que 63% das empregadas domésticas perceberam algum tipo de mudança com relação as oportunidades de trabalho após a lei complementar, que regulamentou os direitos do profissional doméstico em 2015. Dos 63% de pessoas que declaram ter percebido mudanças, mais da metade declaram que perceberam redução das oportunidades de trabalho, seguindo de 11 que declaram ter percebido aumentado o número das oportunidades de trabalho. Muitas empregadas atestam que devido as novas leis trabalhistas, empregadores não conseguiram cumprir com os deverem e acabaram tendo que despedir a empregada. Assim, várias pessoas deixaram de ser empregadas domésticas e passaram a ser diaristas.

Os resultados da pesquisa também demonstram que, como perfil demográfico, mais da metade das empregadas entrevistadas (57%) tem entre 31 e 49 anos de idade e 31% tem mais de 59 anos, sendo que a maioria delas relatam terem vindo do interior do estado em busca de trabalho e melhores condições de vida. A partir da análise do Gráfico 1 que mostra que apenas 4% das entrevistadas tinham até 18 anos e 8% tinham de 19 a 30

anos, é possível observar a tendência das jovens a não se tornarem empregadas domésticas, em razão das maiores oportunidades de estudo e trabalho. Ainda em relação ao perfil demográfico, mais da metade das entrevistadas declararam ser da cor parda e 49% possuem ensino fundamental incompleto.

A partir da metodologia aplicada na realização desse trabalho, é possível entender que a nova lei trouxe melhorias na garantia dos direitos dos trabalhadores domésticos. No entanto, limitou o acesso ao mercado de trabalho. Muitas empregadas atestaram durante as entrevistas que devido às novas leis trabalhistas, empregadores não conseguem cumprir com os deveres e acabam tendo que despedir a empregada e contratar diaristas. Estas não têm qualquer garantia de direitos trabalhistas. Esse fato nos leva a concluir que há a possibilidade de o desemprego aumentar, visto a demissão das empregadas doméstica.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. Trabalho doméstico reduz desocupação, mas reforça informalidade. nov. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18435-trabalho-domestico-reduz-desocupacao-mas-reforca-informalidade.html>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

ARAÚJO, M.M. Trabalho doméstico no Brasil: a luta pelo reconhecimento social frente aos novos direitos. 2015. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais com Habilitação em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11482/1/2015_MarinaMacedoAraujo.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BARBOSA, M.L.S. Emenda Constitucional 72 de 2013 e seus efeitos na sociedade. 2015. 37 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade Cearense, Fortaleza, 2015. Disponível em: <<https://www.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/DIR/EMENDA%20CONSTITUCIONAL%2072%20DE%202013%20E%20SEUS%20EFEITOS%20NA%20SOCIEDADE.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BARROS, V.A. Qualificação profissional do trabalhador doméstico no Brasil: análise na perspectiva do trabalho decente. 2013. 33p. Tese (Doutorado em Direito do Trabalho) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-18112016-094221/>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRA SIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Trabalho doméstico: direitos e deveres: orientações. 5. ed. Brasília: Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) - MTE, SIT, 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Trabalhadores domésticos: direitos e deveres. 6. ed. Brasília: Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) - MTE, SIT,

2015.

COZBY, Paul C. Métodos de Pesquisa em Ciências do Comportamento. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CUNHA, O. M. G.; GOMES, F. S. (Orgs.). Quase-cidadão: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DAMASCENO, L.D.; CHAGAS, S.O. Evolução do direito trabalhista do empregado doméstico de 1916 a 2013 - PEC das domésticas. Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais, Aracaju, v. 1, n.17, p.63-76, out 2013. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/download/888/500>>.

Acesso em: 16 mar. 2018

FARACO, M. Os Direitos das empregadas domésticas e a diferenciação entre empregada doméstica e diarista. JusBrasil, 15 out. 2014. Disponível em: <<http://marcelafaraco.jusbrasil.com.br/publicacoes>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

FIGUEIREDO, N. Método e metodologia na pesquisa científica. 2. ed. São Paulo. Yendis, 2007.

FORTIN, M.F. O processo de investigação: da concepção à realização. 3. ed Loures: Lusociência, Ed.Técnicas e Científicas Ltda, 2003.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2008.

MACIEL, J. Novos direitos trabalhistas dos empregados domésticos após a regulamentação da emenda Constitucional 72/2013 pela Lei Complementar n. 150/2015. 2016. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Departamento de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. 105p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/166585>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MARTELETO, B.S. Os direitos trabalhistas dos empregados domésticos no Brasil com ênfase na diferenciação jurídica e nos conflitos sociais. 2011. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Barbacena, Universidade Presidente Antônio Carlos. Barbacena, 2011. Disponível em: <<http://www.unipac.br/site/bb/tcc/tcc-789ecbfe2e58f1157e13e37a89b166b1.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: edição compacta. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, J. E. L. A evolução histórica dos direitos dos empregados domésticos e a PEC 72/2013. 2013. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Curso de Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas, Universidade Tuiuti do Paraná, Paraná, 2013. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2014/02/A-EVOLUCAO-HISTORICA-DOS-DIREITOS-DOS-EMPREGADOS-DOMESTICOS-E-A-EC-72-2013.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MARTINS, P. P. Manual do trabalho doméstico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MIKOS, N.R.C. Trabalho doméstico no Brasil: os reflexos trabalhistas e previdenciários da nova regulamentação 2015. 83 f. Monografia (Graduação em Direito) - Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42285/58.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MUNHOZ, E.A.P. et al. A nova Lei das Domésticas: da equiparação à dedução IRPF. Âmbito jurídico, Rio Grande, n. 159, abr. 2017. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18827>. Acesso em: 23 mar. 2018.

PED - PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Pesquisa de emprego e

desemprego na região metropolitana de Belo Horizonte 2014.

Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/2767-pesquisa-de-emprego-e-desemprego-na-regiao-metropolitana-de-belo-horizonte-ped-rmbh-tipo>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SILVA, D.F. Trabalho doméstico: as implicações da nova lei da empregada doméstica sobre o sentido, significado e qualidade de vida no trabalho. 2017. 194 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/11832/texto%20completo.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

SILVA, J.V.M. Trabalhadoras domésticas e luta por reconhecimento: novos e velhos impasses para além da igualação de direitos. In: Encontro da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - Direitos Humanos, Sustentabilidade, Circulação Global e Povos Indígenas, 9., 2016, Vitória. Anais... Vitória: ANDHEP 2016. p.1-18. Disponível em: <<http://www.andhep2016.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNDoiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzZPIjtzOjM6IjQxOSI7fSI7czoXOiJoIjtzOjMyOiJkNzVmYmRhMmE5YmU5NDA5OTI5MDlmMmFiN2VhZDRiZiI7fQ%3D%3D>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

OIT BRASÍLIA. Organização Internacional do Trabalho - Brasília. Trabalho doméstico. 2018. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang-pt/index.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

OIT. Domestic workers across the world: Global and regional statistics and the extent of legal protection. Geneva: International Labour Office 2013. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_173363.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. Fundamentos de pesquisa em

enfermagem: métodos, avaliação e utilização. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



O trabalho e³ - Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Inadimplência: Um estudo com usuários de cartão de crédito em Belo Horizonte/MG*Defaults: A study with credit card users in Belo Horizonte / MG*Ana Claudia da Silva¹; Bianca Campos Xavier².

¹ E-mail: ana.claudia-silva@outlook.com
Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix
(CEUNIH)

² E-mail: bianca.campos.xavier@gmail.com
Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix
(CEUNIH)

Resumo: O presente estudo procurou identificar quais as causas de inadimplência de usuários de cartão de crédito, considerando a população de Belo Horizonte para esta análise; o trabalho transcorreu por assuntos como sistema financeiro nacional, os principais mercados financeiros, cartão de crédito, endividamento, comportamento do consumidor e planejamento financeiro. A metodologia utilizada quanto aos fins foi descritiva e quanto aos meios foi realizada uma pesquisa de campo. Foi utilizada uma amostra não probabilística de 100 pessoas, sendo escolhidas por julgamento, estas responderam a um questionário para o levantamento das informações. Com isto consistiu um embasamento para notar alguns comportamentos comuns dos inadimplentes e analisar como tais atitudes afetam para o encaminhamento da inadimplência de fato. Demonstra que a educação financeira constitui uma força crucial para auxiliar na diminuição deste quadro cada vez mais frequente, sua disseminação e usabilidade mais acessível e compreendida, tende a criar uma sociedade onde exista um equilíbrio entre o poder de compra e o quanto podem consumir.

Palavras-chave: Cartão de crédito. Endividamento. Planejamento Financeiro Pessoal

Abstract: *The present study seeks to identify the causes of delinquency of credit card users, considering the population of Belo Horizonte for this analysis; the work is carried out by subjects such as the national financial system, the main financial markets, credit card, indebtedness, consumer behavior and financial planning. The methodology used for the purposes was descriptive and as to the means a field research was carried out. We used a non-probabilistic sample of 100 people, being chosen by judgment, they answered a questionnaire to collect information. This consisted of a baseline to note some common behaviors of the defaulters and to analyze how such attitudes affects the referral to the defaults. It demonstrates that financial education is a crucial force in helping to reduce this more and more frequent picture, its more accessible and understood dissemination and usability, tends to create a society where there is a balance between purchasing power and how much can be consumed.*

Keywords: *Credit card; Indebtedness; Financial planning.*

1 - Introdução

Apesar dos benefícios do cartão de crédito, existe também outro lado da utilização dele, que envolve o seu uso não adequado, transformando um benefício em desvantagem, devido ao descontrole do usuário, por adquirir dívidas que não tem condições de pagar, o tornando assim um inadimplente.

No último ano, 2017, o Portal de Notícias G1 apontou que o índice de inadimplência com cartão de crédito aumentou apesar da redução do rotativo, assim como indicou a classe D e E como sendo 80% da população encontrada no quadro de endividamento com cartão de crédito (LAPORTA, 2017a; LAPORTA, 2017b).

Hoje em dia os cartões estão em alta no mercado e é considerado o meio de pagamento preferido entre os brasileiros quando se trata de compra parcelada, a grande questão é que se percebe que a democratização do crédito, principalmente para as classes menos favorecidas ainda é algo que estes não sabem lidar, o que tornasse um risco, levando a uso indiscriminado do crédito (SPC BRASIL, 2018b).

Desta forma o objetivo deste trabalho foi identificar quais são as causas que levam uma pessoa ao endividamento por uso de cartão de crédito, usando como base para estudo pessoas residente na cidade de Belo Horizonte. Os objetivos específicos consistiram em:

- Descobrir comportamentos de compras comuns dos inadimplentes.
- Analisar como este meio de pagamento influencia a vida financeira de seus usuários.
- Propor um método de organização das contas com o intuito de auxiliar as pessoas a saírem da inadimplência.

O estudo relacionado neste trabalho mostrou-se importante devido a grande parte da sociedade a qual atinge, que querem entender sobre este caso, enxergando melhor o problema de modo a perceber a proporção da inadimplência atual, como a prevenir e a solucionar, utilizando métodos e implementações apresentadas por meio da educação financeira. Deste modo o trabalho visa agregar conteúdo informativo as pessoas para auxilio na melhor qualidade financeira pessoal.

2 - Referencial Teórico

O referencial teórico deste trabalho tem como objetivo expressar quais as áreas relacionadas ao problema para a melhor compreensão da importância do mesmo.

A inadimplência ocasionada por uso de cartão de crédito lidera o ranking na pesquisa da CNC (2018). A causa dessa situação deve-se a multifatores, como poderá ser analisado mediante o desenvolvimento do trabalho. Para iniciar a análise deste nicho, o trabalho irá transcorrer sobre alguns aspectos que levam a melhor abrangência do que se destina, a saber, das causas de inadimplência dos belo horizontinos em relação à utilização do cartão de crédito; tendo uma linha de pesquisa que enfoca tanto no comportamento consumidor, ou seja, no âmbito comportamental dos usuários de cartão, como a visão do papel que a educação financeira pode influenciar, como medida de solução para este estudo.

2.1 Sistema Financeiro Nacional

Segundo Assaf Neto (2012, p.72), "O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é constituído por um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas que atuam por meio de diversos instrumentos financeiros, na captação de recursos, distribuição e transferência de entre os agentes econômicos". O autor ainda menciona qual o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional, aquele que sua função básica é a definir como será o funcionamento do mesmo, formulando toda sua política de moeda e crédito da economia, tratando dos interesses econômicos e sociais, este órgão é o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Atrelados ao CMN têm-se como órgãos normativos também o Banco Central do Brasil (BACEN) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), juntos essas três instituições integram o subsistema normativo do SFN, que possui a incumbência pelo funcionamento do mercado e suas instituições (ASSAF NETO, 2012). Assaf Neto (2012, p. 72) ainda declara qual o principal órgão fiscalizador do mercado financeiro:

O Banco Central é o principal órgão executivo do CMN, atuando principalmente como um organismo fiscalizador do mercado financeiro, gestor do sistema financeiro e executor da política monetária do governo. A Comissão de Valores Mobiliários, cuja atuação encontra-se também diretamente vinculada ao Conselho Monetário Nacional, tem por responsabilidade básica o controle e o fomento do mercado de valores mobiliários (bolsa de valores). Dessa forma, a atuação da CVM abrange três importantes segmentos financeiros do mercado: instituições financeiras, companhias de capital aberto emissores de títulos e valores mobiliários e investidores.

As transações realizadas de recursos financeiros entre investidores e captadores são concretizadas por meio de intermediários, ou seja, por instituições financeiras. Como afirma Gitman (2017, p. 33):

As instituições financeiras atuam como intermediários, canalizando a poupança de indivíduos, empresas e governos para empréstimos ou investimentos. Muitas instituições financeiras pagam, direta ou indiretamente, juros sobre recursos depositados; outras prestam serviços em troca de tarifas (por exemplo, contas correntes pelas quais os correntistas pagam taxas de serviço). Algumas instituições financeiras aceitam depósitos de poupança de seus clientes e emprestam esse dinheiro a outros clientes ou empresas; outras investem a poupança de seus clientes em ativos remunerados, como imóveis, ações e títulos; e há quem faça as duas coisas. As instituições financeiras são obrigadas pelo governo a atuar de acordo com as diretrizes regulatórias.

Os principais clientes das instituições financeiras são as pessoas físicas, as empresas e os governos. Todo valor que é depositado nas instituições financeiras pelos clientes gera o montante dos recursos que esta obtém. No caso de pessoas físicas estas tanto depositam, fornecendo fundos às instituições como também tomam empréstimos, ou seja, utilizam os recursos da instituição em forma de empréstimos. Vale ressaltar que apesar disto, pessoas físicas no geral são consideradas fornecedores líquidos, pois ainda poupam mais do que fazem empréstimos (GITMAN, 2017).

Já as empresas também realizam depósitos de seus recursos nas instituições financeiras, sendo feitos principalmente em contas correntes de bancos comerciais. As empresas são tomadoras de empréstimos, mas ao contrário das pessoas físicas são considerados, demandantes líquidos de fundos, pois ainda fazem mais empréstimos do que poupam.

Os governos guardam nos bancos comerciais, fundos temporariamente ociosos, alguns tipos de pagamentos de impostos e à previdência social. Não fazem empréstimos diretamente das instituições financeiras, apesar de que quando um título do governo é vendido elas, neste caso são tomadas um empréstimo de maneira indireta. Assim como as empresas, os governos são considerados no geral como demandantes líquidos de fundos, pois também fazem mais empréstimos do que poupam.

Desse modo as principais instituições financeiras existentes que operam no mercado são os bancos comerciais, as associações de poupança e empréstimos, as cooperativas de crédito, as caixas econômicas, as seguradoras, os fundos de investimento e os fundos de pensão.

2.1.1 - Mercado Financeiro

Conforme Assaf Neto (2012, p.77) em relação ao mercado financeiro, ele menciona que:

Para tomar suas decisões financeiras de investimento e financiamento, as empresas necessitam das instituições do mercado financeiro. Esses mercados vêm assumindo enorme importância nos últimos tempos principalmente em razão do alto crescimento dos negócios no mundo, e da globalização da economia. O volume de recursos demandado nos mercados financeiros elevou-se bastante, e os instrumentos financeiros (títulos e valores mobiliários) negociados tiveram de acompanhar esse crescimento.

Para Gitman (2017, p. 35),

Os mercados financeiros são ambientes nos quais os fornecedores e os demandantes de fundos podem negociar diretamente. Enquanto as instituições financeiras concedem empréstimos sem o conhecimento direto dos fornecedores de fundos (poupadores), nos mercados financeiros os fornecedores sabem a quem seus fundos foram emprestados ou onde foram investidos.

Os chamados mercados financeiros entraram no mundo globalizado, emanando em todas as economias do mundo, por uma grande quantidade e variações de títulos negociados. Neste meio, os intermediários financeiros e as corporações, se mantêm mais suscetível ao risco. Os intermediários financeiros são instituições que realizam as mediações de recursos entre agentes econômicos; estes captam recursos disponíveis de pessoas físicas e empresas com possibilidade de poupança, e os alocam para financiar necessidades de consumo de pessoas físicas e de investimento para empresas.

Existem dois meios pelo qual as empresas podem levantar fundos para investimento. De acordo com Assaf Neto (2012, p.77)

As empresas podem levantar recursos para investimentos através de fontes internas e fontes externas. Os recursos internos das empresas são identificados no volume retido de seus lucros, ou seja, na parcela do resultado líquido que não foi paga ao acionista na forma de dividendos. Os recursos gerados internamente não costumam ser suficientes para suprir toda a demanda de capital para investimento.

Já Gitman (2017, p.35) define estas formas da seguinte maneira:

Para levantar fundos, as empresas podem usar colocações privadas ou ofertas públicas. Uma colocação privada envolve a venda de uma nova emissão de valores mobiliários diretamente a um investidor ou grupo de investidores, como uma seguradora ou fundo de pensão. A maioria das empresas, contudo, levanta fundos por meio de uma oferta pública de valores mobiliários, que é a venda de títulos de dívida ou ações ao público em geral.

Um grupo de instituições formam os mercados financeiros, estes agem de modo a atender os interesses de tomadores de recursos, em junção com os aplicadores, tornando os recursos disponíveis para toda a economia. Ainda para Assaf Neto (2012), o mercado financeiro possui quatro subdivisões na intermediação financeira, são elas os: mercado monetário, mercado de crédito, mercado de capitais e mercado cambial. Gitman (2017), por sua vez menciona apenas o mercado monetário e o mercado de capitais como sendo os dois principais mercados financeiros.

2.2 - Cartão de Crédito

Como afirma o Banco Central do Brasil (2013, p.25), "Crédito é uma fonte adicional de recursos que não são seus, mas obtidos de terceiros (bancos, financeiras, cooperativas de crédito e outros)". Existem várias modalidades de créditos sendo o cartão uma delas; este possui a finalidade de proporcionar ao seu usuário uma alavancagem no consumo com aquisição de bens e mercadorias com maior facilidade e um prazo para o seu eventual pagamento (KUNKEL; VIEIRA; POTRICH, 2015).

Para Cerbasi (2004, p. 105): "Cartões de crédito são instrumentos de organização financeira, e a grande vantagem de seu uso está na concentração do pagamento das contas logo após o dia do recebimento do salário". Em um estudo solicitado pela Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS) à Tendências Consultorias em 2011, mostra que o crescimento das vendas mediante cartões de crédito, está em plena expansão no Brasil. A preferência por este meio de pagamento dá-se pelas vantagens oferecidas, sendo estas, pagamento de todas as despesas com prazo, parcelamento, conveniência, praticidade em não precisar está com dinheiro em espécie, ou aguardar ter todo o montante para realização das suas compras.

Isto também se deve a melhoria de renda dos consumidores nos últimos anos e também o acesso ao crédito beneficiando principalmente as pessoas de baixa renda, que obtiveram maior poder de compra neste caso. Com isso tanto os consumidores quanto os estabelecimentos ganham, pois enquanto um lado tem esta maior disponibilidade de comprar, ou seja, crédito para isso, o comércio por sua vez tem um aumento de vendas, que se torna benéfica, pois já não tem tanta circulação de cheques que muitas vezes são entregues sem fundos, a inadimplência é controlada, visto que ele recebe da financeira do cartão o valor, que é para ele assegurado, e caso do não pagamento do cliente, este estará em débito com a administradora de seu cartão de crédito.

O país como um todo se beneficia com a utilização de cartões, devido o maior controle sobre as vendas pelo governo, afim de arrecadações de impostos, diminuindo as inconstâncias causadas pelas atividades informais. Para usar como exemplo na economia a utilização do meio de pagamento com cartões é um dos responsáveis pelo aumento das taxas de crescimentos dos Produtos Internos Brutos (PIB) (ABECS, 2011). No último balanço sobre a utilização, meios eletrônicos de pagamentos, realizada por Fernando Chacon (2017) para a ABECS, mostram que o valor transacionado por cartão de crédito teve um aumento de 12,4% em relação a 2016, sendo em reais em 2016 o valor de R\$ 749,7 bilhões enquanto em 2017 este valor ficou em R\$ 842,6 bilhões. Foi analisada também a frequência da utilização do cartão, 96% utilizam cartão todo o mês, 55% utilizam pelo menos um dia da semana e 58% usam o parcelamento lojista todo mês. Houve também o aumento de compras não presenciais com cartão de crédito e quase 80% dos usuários o utilizam para realizar compras on-line sendo cerca de R\$ 167,6 bilhões movimentados aumento de 16,5% em relação a 2016. Em 2017 o cartão também ganhou como a modalidade preferida para pagamento pelos brasileiros ultrapassando pela 1º vez o valor de compras realizado por quantia de saques e cheques compensados, estes respectivamente ficaram com movimentação de R\$ 1,31 trilhões e R\$ 751 bilhões, enquanto o valor de compras por cartão de crédito ficou em R\$ 1,36 trilhões (CHACON, 2017).

Analisando os dados acima é possível verificar a importância do cartão de crédito para a economia do país e os impactos causados em sua utilização; como seu crescimento em utilização vem sendo cada vez maior, representando uma modalidade de pagamento dentre as mais utilizadas.

Apesar das suas vantagens, os usuários de cartão de crédito, em sua maioria parece não

saber como utilizar da melhor forma esta modalidade de crédito. Para que haja uma compreensão de o que leva o consumidor a tornar um benefício em algo que complica bastante sua vida financeira, é importante que se observe o comportamento do consumidor.

2.1.2 - Órgãos de proteção ao crédito

Os dois principais órgãos de proteção ao crédito utilizados em relação ao cadastro de pessoa física são o Sistema de Proteção ao Crédito (SPC) e a Serasa Experian. O SPC Brasil consiste em um órgão disponível para os associados da CDL de seu estado, onde dados dos consumidores das empresas associadas em todo país são compartilhados entre si, formando uma rede de informações seguras, auxiliando na concessão de crédito. Quando um consumidor entra em inadimplência, as empresas podem formalizar um registro de débito e um dos serviços oferecidos pelo SPC é de envio uma carta informativa ao consumidor, contendo o valor do débito; e também o de encaminhar a carta com o boleto tendendo a quitação por parte do cliente; sendo a diminuição de inadimplência, retorno financeiro, desenvolvimento econômico, são vantagens propostas pelo SPC aos seus usuários, que chegam a 1,2 milhão em todo país (SPC BRASIL, 2018a).

Já a Serasa Experian é responsável pela maior base de dados da América Latina, fornecendo relatórios precisos, reconhecida pelo Código de Defesa do Consumidor como uma entidade de caráter público (Lei 8.078, artigo 43, parágrafo 4º). Atua como apoio a empresas e consumidores nas decisões de crédito, dentre outras soluções como gestão de riscos, marketing e certificação digital. A Serasa Experian trabalha com soluções de que diminuem riscos de crédito, fraude, renegociação de dívidas (SERASA EXPERIAN, 2018).

Assim como o SPC, a Serasa também envia comunicados ao consumidor informando sobre seu débito e tentando reaver o valor devido. A diferença entre os dois é que o SPC é financiado pelas Câmaras de Dirigentes Lojistas e os dados são fornecidos aos associados da mesma, enquanto a Serasa Experian é uma sociedade anônima criada em parceria com associações bancárias.

2.3 - Endividamento

Segundo Maia (2007), a inadimplência possui uma função social importante, pois o cumprimento das dívidas confere ao mercado um retorno de capital, fazendo com isso que a economia tenha um bom desempenho, gerando empregos e políticas de créditos com maior flexibilidade. Ao contrário, ou seja, o inadimplemento gera impacto que atinge esses setores e traz prejuízos para a sociedade como o todo.

De acordo com Kunkel, Vieira e Potrich (2015), o comprador que utiliza o cartão como opção de pagamento, não necessariamente se torna um inadimplente; o ocorrido se concretiza a partir do dado momento que aquele usuário utiliza e deixa de pagar seus compromissos dentro do prazo estipulado; incidindo juros sobre a dívida no cartão, desse modo o endividamento no cartão de crédito pode ser compreendido como o saldo devedor remanescente após o pagamento da fatura mensal. Desse modo deixa explícito que a inadimplência ocorre quando ao ser ultrapassado o prazo para pagamento da compra realizada, neste há a incidência de juros, estes que são definidos e variados de acordo com a política da administradora do cartão.

Quanto à incidência de juros pela falta do pagamento, concorda Assaf Neto (2012, p. 80) que os juros podem ser entendidos como o preço pago pelo aluguel do dinheiro, ou seja, o valor que deve ser pago pelo empréstimo de um capital." "Evidentemente, quanto maior o risco de inadimplência do devedor, ou seja, quanto mais incapaz ele se mostra de efetuar os pagamentos de juros e principal nas datas pactuadas, mais alta se apresenta a taxa de juros exigida da operação" (ASSAF NETO, 2012, p. 81).

Um dos principais fatores que influenciam no aumento dos juros é a inflação, definida por Assaf Neto (2012, p. 81) como "uma elevação persistente nos preços de bens e serviços de uma economia, provocando a corrosão do poder aquisitivo da moeda". O autor também não deixa de considerar o fato que outro que influenciam na taxa de juros é os riscos conjunturais, que considera o ambiente político, econômico, social e cambial. A Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), aponta que a inadimplência de pessoas físicas aumentou 0,19% na comparação de janeiro 2017 com dezembro de 2016, e comparando o mês de janeiro de 2017/2016, o crescimento na inadimplência dos belo horizontinos foi de 2,88%; sendo este resultado reflexo do aumento de taxa de desemprego, da inflação e diminuição de renda (CDL/BH, 2017). Certifica-se então que um dos fatores que contribui para o aumento da inadimplência são os resultados econômicos do país; apesar de uma condição econômica desfavorável

que contribui para o alto endividamento, são demais situações e atitudes que este trabalho procura descobrir para responder como um indivíduo chega a tal situação e como pode este sair dela.

2.4 - Comportamento do consumidor

De acordo com Froemming et al. (2009, p. 19), “Comportamento do Consumidor concentra seus estudos para entender como as pessoas pensam e agem no suprimento de suas necessidades e desejos por meio da atividade do consumo”. O fato de compreender como o consumidor se comporta, traz menção de como este reage no ato da utilização de seus recursos para aquisição de suas compras. Dentro da administração de finanças já existe um estudo voltado para isto, o chamado Finanças Comportamentais, o que Assaf Neto (2012, p.45) define desta forma:

Finanças comportamentais é um campo de estudo da Teoria de Finanças relativamente novo, tendo apresentado maior crescimento a partir da década de 80. Tem por objetivo básico estudar como os indivíduos, na vida econômica real, interpretam as informações recebidas e tomam as decisões de investimentos.

De acordo com o autor, essa disciplina também conhecida como Economia Comportamental procura conhecer vários aspectos psicológicos no processo de tomada de decisões financeiras, considerando inclusive os aspectos de irracionalidade.

A área de finanças pode ser conhecida por considerar bastante o lado racional em relação à tomada de decisões, as finanças comportamentais por sua vez, já se preocupa com a reação dos indivíduos diante de suas decisões financeiras e como suas predisposições psicológicas de cada um deles afeta seu comportamento. Esta disciplina objetiva-se a demonstrar que o indivíduo não se comporta sempre segundo os princípios da racionalidade, mas que aspectos psicológicos e sociológicos também possuem influência na avaliação econômica (ASSAF NETO, 2012).

Analisando estas afirmações para que as causas de inadimplência sejam levantadas, é importante o conhecimento de como os usuários do cartão de crédito se comporta em relação as suas compras.

2.5 - Planejamento Financeiro

A falta de planejamento financeiro tem sido apontada como uma das causas para que os consumidores acabem caindo no endividamento, como publicou a CDL/BH “a falta deste tem trazido muitos problemas as famílias, pois elas não têm o hábito de organizarem suas contas” (BASTOS, 2017). De acordo com Cerbasi (2004 p. 34),

O planejamento financeiro tem um objetivo muito maior do que simplesmente não ficar no vermelho. Mais importante do que conquistar um padrão de vida é mantê-lo, e é para isso que devemos planejar. Os maiores benefícios dessa atitude serão notados alguns anos depois, quando a família estiver usufruindo a tranquilidade de poder garantir a faculdade dos filhos ou a moradia no padrão desejado, por exemplo.

O autor também diz que por falta de conhecimento as pessoas tendem a pensar que para que se faça um planejamento financeiro é necessário obter ajuda de especialistas com ferramentas muito elaboradas; porém este equivoco se relaciona a muitos não terem domínio e predisposição de lidar com números e tabelas, afinal a educação financeira não é uma realidade em escolas brasileiras de todos os níveis. Porém, as ferramentas que são utilizadas para um planejamento financeiro utilizam-se de meios básicos e que podem ser compreendidas com a matemática do ensino médio. Se este ensino fosse difundido nas escolas com ações práticas do cotidiano de como lidar com dinheiro no âmbito familiar, provavelmente as pessoas já ingressariam em seu primeiro emprego com planos de independência financeira e maior domínio de uma boa utilização do seu dinheiro (CERBASI, 2004). O autor ainda menciona que:

É notório o fato de que, para enriquecer, é preciso aprender a gastar. Sua riqueza não depende do que vocês ganham, mas sim de como gastam. Alguns pontos são essenciais no planejamento financeiro; controle de gastos; estabelecimento de metas, disciplina com investimentos, ajustes referentes à inflação e mudanças na renda, administração do que se conquistou (CERBASI, 2004, p. 60).

Com base neste tópico, torna possível compreender sobre a importância de um planejamento financeiro, como uma medida de controlar melhor as contas, pode consequentemente evitar um possível endividamento. Pois o indivíduo ao ter consciência de como gastar pode otimizar o seu consumo, utiliza de maneira coerente tanto seu cartão, ou outra modalidade de crédito, sem contrair dívidas pelas quais não

consiga cumprir o seu pagamento em dia, o que pode o levar a inadimplência.

3 - Metodologia

Quanto aos fins foi utilizada a pesquisa descritiva por se tratar de uma pesquisa que busca descobrir como ocorre determinado fato, com uma maior clareza a respeito de sua natureza e suas características, conforme afirma os autores:

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2006, p. 61).

Quanto aos meios foi realizada uma pesquisa de campo. Devido ser um tipo de pesquisa que busca obter informações de um determinado problema em que se procura respostas, comprovação de hipóteses e relações entre fenômenos (MARCONI; LAKATOS, 2009). Deste modo foram os tipos de pesquisas aplicadas neste trabalho para atingir seu objetivo em descobrir as causas de inadimplência de usuários de cartão de crédito em Belo Horizonte.

O universo de uma pesquisa consiste no grupo de pessoas, animais ou objetos que representem um total de indivíduos que tenham características semelhantes para o estudo (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2006). Este trabalho considerou como seu universo pessoas físicas residentes da cidade de Belo Horizonte, que conta com uma população de cerca de 2,5 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE (2017). A amostra por sua vez é uma parte que representa uma população, onde se realiza uma coleta de dados com determinado número de indivíduos, que garanta a representatividade do universo. A amostra deste trabalho considerou como critério 100 pessoas, da cidade de Belo Horizonte e os selecionados foram escolhidos por forma de julgamento, pois precisavam ser estes usuários de cartão de crédito, que estavam ou já estiveram inadimplentes.

A técnica de coleta de dados que foi utilizada para este trabalho considerou os dados primários obtidos através de questionário estruturado. Questionário é um instrumento de

coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito, e sem a presença do entrevistador.

[...] Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 203).

O questionário compreendeu uma série de perguntas fechadas e de múltipla escolha, que quantificou os resultados da pesquisa. Foi realizado um pré-teste antes da aplicação da própria pesquisa, para certificar sobre a existência de algum erro de colocação das perguntas, clareza e compreensão das mesmas, tendo margem para realizar as devidas correções que forem necessárias.

Para a análise dos dados desta pesquisa foi considerada uma abordagem quantitativa, pois se embasou através de dados numéricos para conhecer o perfil, as atitudes, o comportamento dos entrevistados, chegando às causas que levam estes ao endividamento. Foi realizada, tabelas e gráficos utilizando o programa Excel da Microsoft Office, para detalhamento das informações obtidas.

4 - Resultados e discussão

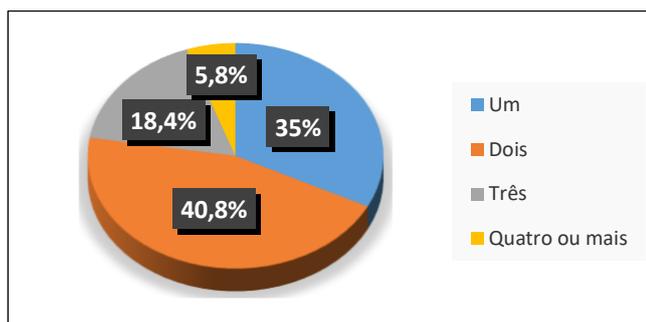
A pesquisa foi realizada no período de 01/07/2018 à 10/08/2018 e foram aplicados os questionários aos moradores de Belo Horizonte, com o intuito de conhecer o perfil, as atitudes, o comportamento dos entrevistados, buscando as causas que levam estes ao endividamento por cartão de crédito. Participaram do estudo 100 pessoas que utilizam cartões de créditos e já ficaram ou são inadimplentes. Os dados demográficos apontam que 58% da amostra constituem pessoas do sexo feminino e 41% do sexo masculino. Em se tratando de faixa etária, 55% da amostra compreende a idade entre 25 a 35 anos, 22% possui entre de 36 a 50 anos, 17% entre 18 a 24 anos e 4% acima de 50 anos.

No que diz respeito à renda mensal tem-se 57% com renda acima de 1 salário mínimo até 3 salários mínimos, 25% possui renda acima de 3 salários mínimos até 6 salários mínimos, 12% até um salário mínimo e apenas 4% com renda superior a 6 salários mínimos. No que se refere ao motivo da utilização do cartão de crédito para pagar suas compras, a maioria dos pesquisados (51%) afirmou que usa o cartão de crédito por falta

de dinheiro no ato da compra, 27,9% declarou que usa o cartão de crédito devido ao prazo para o pagamento, entretanto 15,4% informou que o principal motivo para usar o cartão é a comodidade.

No gráfico 1 exibe a quantidade de cartão de crédito por pessoa.

Gráfico 1 – Quantidade de cartões de crédito



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nota-se no gráfico 1 que 40% da amostra pesquisada, possui dois cartões de créditos. Para 35% da amostra os dados apontam para apenas um cartão de crédito. 18 % afirmam possuir três cartões de créditos. Apenas 5,8 % da amostra afirmou que possui quatro ou mais. A tabela 1 apresenta a frequência de compras realizada com cartão de crédito.

Tabela 1 - Frequência de realização de compras com cartão de crédito

Respostas	Relativo (%)	Absoluto
Uma vez ao mês	12,7	13
Duas vezes ao mês	25,5	26
Três vezes ao mês	25,5	26
Quatro vezes ou mais ao mês	36,3	37
Total de entrevistados	100	102

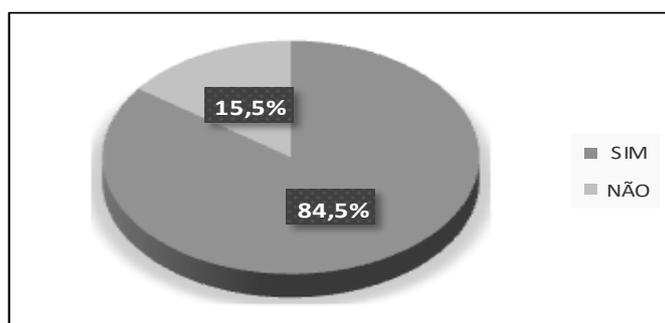
Fonte: Dados obtidos da pesquisa (2018).

Observa-se na tabela 1 que 36,3% dos pesquisados disseram que realizam compras quatro vezes ou mais ao mês, 25,5% utiliza o cartão de crédito três vezes ao mês, outros 25,5% utiliza duas vezes ao mês, somente 12,7% usa o cartão de crédito apenas uma vez ao mês. De acordo com o último balanço sobre a utilização do cartão de crédito, e dos meios eletrônicos de pagamentos, realizada por Fernando Chacon (2017) para a Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços, mostram que o valor

transacionado por cartão de crédito teve um aumento de 12,4% em relação a 2016, sendo em reais em 2016 o valor de R\$ 749,7 bilhões enquanto em 2017 este valor ficou em R\$ 842,6 bilhões. Foi analisada também a frequência da utilização do cartão, 96% utilizam cartão todo o mês, 55% utilizam pelo menos um dia da semana e 58% usam o parcelamento lojista todo mês.

No gráfico 2 identificou-se se o pagamento de faturas é feito em atraso.

Gráfico 2 – Faturas pagas em atraso



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nota-se que 84,5% dos pesquisados pagam suas faturas após o vencimento, mediante esse pagamento em atraso é gerado juros, e desse modo deixa explícito que a inadimplência ocorre quando ao ser ultrapassado o prazo para pagamento da compra realizada, neste há a incidência de juros, estes que são definidos e variados de acordo com a política da administradora do cartão.

"Evidentemente, quanto maior o risco de inadimplência do devedor, ou seja, quanto mais incapaz ele se mostra de efetuar os pagamentos de juros e principal nas datas pactuadas, mais alta se apresenta a taxa de juros exigida da operação" (ASSAF NETO, 2012, p. 81). A tabela 2 exhibe o percentual de pessoas que pagam o valor mínimo da fatura do cartão de crédito.

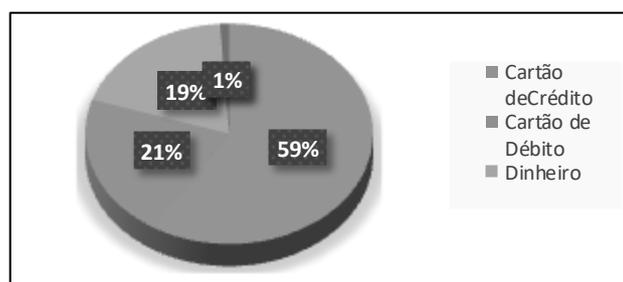
Tabela 2 – Pagamento mínimo da fatura

Respostas	Relativo (%)	Absoluto
Nunca	35,9	37
Raramente	29,1	30
Às vezes	31,1	32
Sempre	3,9	4
Total de entrevistados	100	103

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com a Tabela 2, 3,95% afirmaram não realizar o pagamento do valor mínimo da fatura do cartão de crédito. No entanto, cerca de 31,1% disseram que às vezes efetuam o pagamento mínimo tornando um índice preocupante. 29,1% responderam que raramente fazem esse tipo de pagamento e apenas 3,9% desempenham sempre o pagamento mínimo. O gráfico 3 buscou avaliar quais as primeiras formas de pagamento usadas pelos pesquisados.

Gráfico 3 - Formas de pagamentos mais usadas.

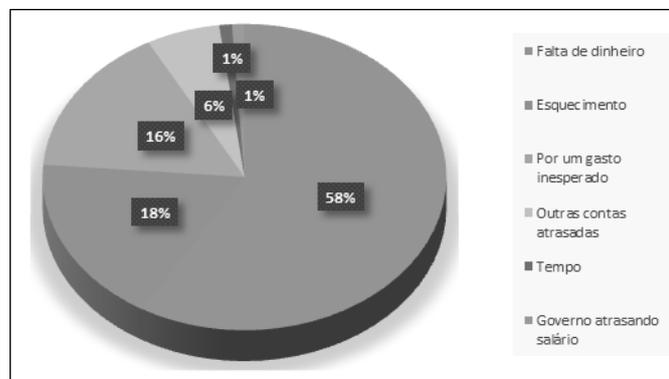


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A maioria dos pesquisados (59%) afirmou realizar pagamentos de suas compras através do cartão de crédito por falta de dinheiro no ato da compra, 21% informou fazer os pagamentos no cartão de débito, 19% efetua o pagamento a vista (dinheiro). Somente 1% dos pesquisados utiliza carnês e cheque foi nulo. Tal resultado demonstra, que o cheque vem perdendo espaço para outros meios de pagamento como; cartões de créditos e de débito. Em um estudo solicitado pela Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS) a Tendências Consultorias em 2011, mostra que o crescimento das vendas mediante cartões de crédito, está em plena expansão no Brasil. A preferência por este meio de pagamento dá-se pelas vantagens oferecidas, sendo estas: pagamento de todas as despesas com prazo, parcelamento, conveniência, praticidade em não precisar está com dinheiro em espécie, ou aguardar ter todo o montante para realização das suas compras.

O gráfico 4 apresenta os resultados relativos ao motivo pelo qual não se paga a fatura do cartão de crédito.

Gráfico 4 - Motivo para não pagamento da fatura de cartão de crédito



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O resultado aponta que uma grande parte (58%) dos pesquisados afirmaram que não pagam suas faturas por falta de dinheiro, 18% declararam que se esquecem de realizar o pagamento, 16% alegam não pagar as faturas pelo surgimento de um gasto inesperado e 6% declarou ter outras contas atrasadas.

Quanto à incidência de juros pela falta do pagamento, concorda Assaf Neto (2012, p. 80) que "O juro pode ser entendido como o preço pago pelo aluguel do dinheiro, ou seja, o valor que deve ser pago pelo empréstimo de um capital." Com base nas respostas foi identificado que a maioria dos entrevistados utilizam cartão de crédito, mas que não realiza o pagamento por falta de dinheiro. A tabela 3 apurou o comportamento do consumidor no ato da compra ao perceber que não possui saldo disponível para realizá-la.

Tabela 3 – No ato da compra perceber que não possui saldo disponível para realizá-la

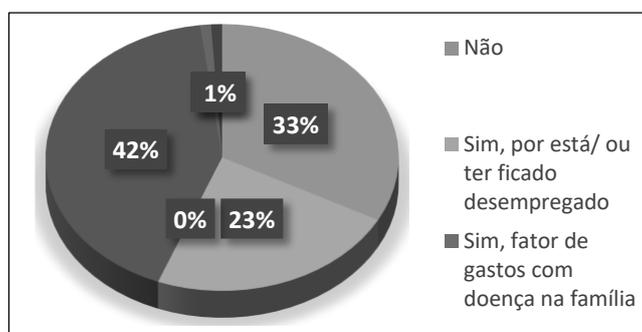
Respostas	Relativo (%)	Absoluto
Desiste da compra	21,9	23
Aguarda até a data em que possua este saldo	28,6	30
Busca dinheiro emprestado	1	1
Compra no cartão de crédito mesmo	44,8	47
Procura formas de pagamentos como carnê	3,8	4
Total de entrevistados	100	105

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Através da pesquisa foi possível observar que 44,8% dos entrevistados ao perceber no ato da compra que não possui saldo disponível não desistem da compra, utilizam o cartão de crédito assim mesmo; 28,6% afirmaram que aguarda até a data em que possua este saldo, apenas 21,9% relata desistir da compra. De acordo com Froemming et al. (2009, p. 19), “Comportamento do Consumidor concentra seus estudos para entender como as pessoas pensam e agem no suprimento de suas necessidades e desejos por meio da atividade do consumo”.

O gráfico 5 procurou identificar os motivos pelos quais os pesquisados possuem nome inscrito em algum órgão de proteção ao crédito.

Gráfico 5 - Nome inscrito em algum órgão de proteção ao crédito e seus motivos



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nota-se na análise do gráfico 5 que 33% dos pesquisados não possui o nome em órgãos de proteção ao crédito. No entanto, 23% afirmam que possui no nome inscrito por estar ou ter ficado desempregado. Cerca de 42% dos entrevistados assumiram ter o nome escrito em algum órgão de proteção ao crédito por falta de planejamento financeiro.

A falta de planejamento financeiro tem sido apontada como uma das causas de que os consumidores acabarem caindo no endividamento, como publicou a CDL/BH “a falta deste tem trazido muitos problemas às famílias, pois elas não têm o hábito de organizarem suas contas” (BASTOS, 2017).

De acordo com Cerbasi (2004 p. 34),

O planejamento financeiro tem um objetivo muito maior do que simplesmente não ficar no vermelho. Mais importante do que conquistar um padrão de vida é mantê-lo, e é para isso que devemos planejar. Os maiores benefícios dessa atitude serão notados alguns anos depois, quando a família estiver usufruindo a tranquilidade de poder garantir a faculdade dos filhos ou a moradia no padrão desejado, por exemplo.

A tabela 4 buscou identificar a frequência com que as pessoas ultrapassam o limite do cartão de crédito.

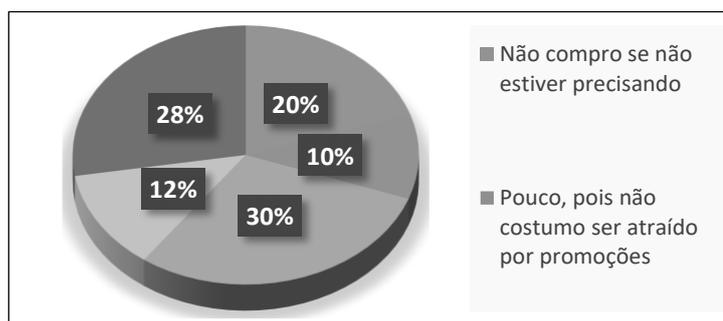
Respostas	Relativo (%)	Absoluto
Nunca	26	27
Raramente	20,2	21
Às vezes	42,3	44
Sempre	11,5	12
Total de entrevistados	100	104

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Constata-se na tabela 4 que 26% não tem o hábito de gastar além do limite do cartão de crédito, 20,2% afirma que raramente ultrapassa seu limite do cartão e 11,5% informou que sempre extrapola nas compras e estoura o limite. Usando o item anterior como comparação exatamente 42,3% dos entrevistados assumiram ter o nome escrito em algum órgão de proteção ao crédito são exatamente os 42% que possui o hábito de estourar o limite do cartão de crédito.

O gráfico 6 apurou o comportamento dos consumidores ao encontrar promoções e liquidações em lojas.

Gráfico 6 - Conduta dos pesquisados ao se depararem com promoções, liquidações em lojas

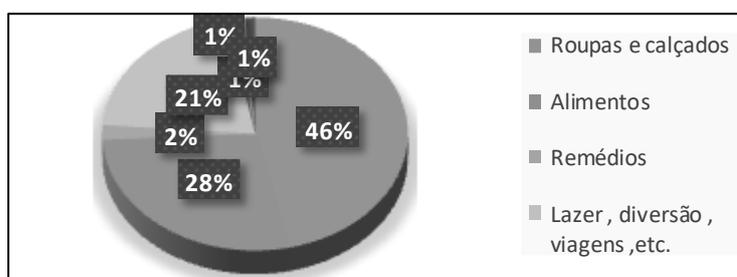


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Conforme observa-se no gráfico 6, 30% dos pesquisados apontam que ao seu deparar com promoções e liquidações possui um comportamento moderado, compram apenas o que atende suas necessidades. 28% reconhece comprar mesmo sem dinheiro para aproveitar o preço, 20% alega não comprar se não estiver precisando, 12% garante

comprar apenas se estiver o dinheiro e apenas 10% afirma comprar pouco, pois não costuma ser atraído por promoções. O gráfico 7 apresenta os resultados referentes ao que geralmente as pessoas mais gastam em seu cartão de crédito.

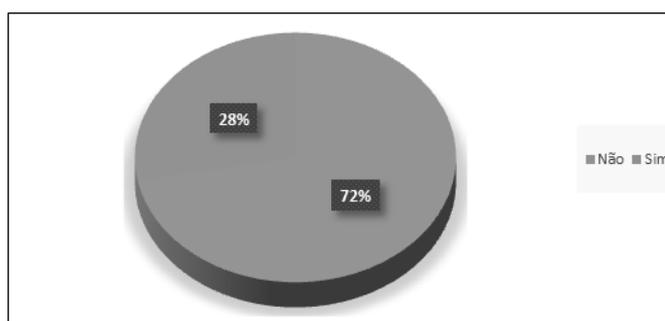
Gráfico 7 - Gastos frequentes no cartão de crédito.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com o gráfico 7, a maioria dos pesquisados (46%) geralmente gasta mais seu cartão com roupas e calçados, 28% relatou que utiliza mais o cartão de crédito com alimentos e 21% usa o cartão para o lazer, diversão e viagens. Apenas 2% gasta o cartão com remédios. O gráfico 8 apresenta o índice da utilização de método de controle de gastos.

Gráfico 8 - utilização de método de controle de gastos.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No gráfico 8 evidencia que 72% dos pesquisados afirma não utilizar método de controle de gastos, na ausência desses métodos de controle de gastos o risco de inadimplência se torna imenso. De acordo com Rocha (2007), um indivíduo com suas finanças em ordem, tem maior capacidade de tomar decisões e encarar suas adversidades de uma maneira mais positiva. Apenas 28% utiliza métodos para controlar seus gastos. A tabela 5 exhibe o percentual de pessoas que possuem conhecimento de alguma forma de planejamento

financeiro.

Tabela 5 - Conhecimento de alguma forma de planejamento financeiro

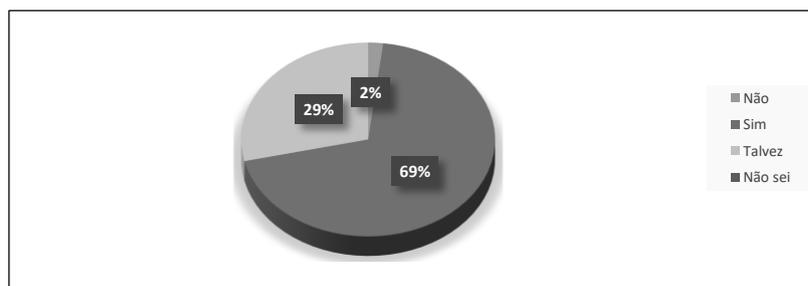
Respostas	Relativo (%)	Absoluto
Nenhum conhecimento	11,4	12
Pouco conhecimento	37,1	39
Tenho conhecimento, mas não aplico	35,2	37
Tenho conhecimento e aplico	16,2	17
Total	100	105

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com a tabela 5, 11,4% não possui conhecimento de formas de planejamento financeiro, 37,1% afirma ter pouco conhecimento, 35,2% possui o conhecimento mais não aplica e apenas 16,2% tem conhecimento e aplica. A falta de planejamento financeiro tem sido apontada como uma das causas de que os consumidores acabarem caindo no endividamento, como publicou a CDL/BH “a falta deste tem trazido muitos problemas as famílias, pois elas não têm o hábito de organizarem suas contas” (BASTOS, 2017).

O gráfico 9 aponta que utilizar um método de planejamento auxilia a melhorar sua vida financeira.

Gráfico 9 - Aplicação do método de planejamento auxilia a vida financeira.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nota-se que 69% dos pesquisados acredita que através da aplicação de um método de planejamento é possível melhorar a vida financeira, 29% responderam que talvez o método possa ajudar a gerir a vida financeira. E apenas 2% afirmam que o método não melhora a vida financeira.

De acordo com Cerbasi (2004 p. 34),

O planejamento financeiro tem um objetivo muito maior do que simplesmente não ficar no vermelho. Mais importante do que conquistar um padrão de vida é mantê-lo, e é para isso que devemos planejar. Os maiores benefícios dessa atitude serão notados alguns anos depois, quando a família estiver usufruindo a tranquilidade de poder garantir a faculdade dos filhos ou a moradia no padrão desejado, por exemplo.

A motivação dessa pesquisa fundamentou-se em realizar um estudo das causas de inadimplência de usuários de cartão de crédito em Belo Horizonte. O estudo possibilitou conhecer o perfil, as atitudes, o comportamento dos entrevistados, por meio da amostra pesquisada. Os resultados indicaram que grande maioria dos entrevistados possui pouco conhecimento sobre planejamento financeiro que possibilita a inadimplência.

5 - Conclusão e proposta

Com o presente estudo descobriu-se que maioria entrevistada, possui comportamentos comuns como: 36,3 % tem uma frequência de utilização de cartão de crédito mais de quatro vezes ao mês, 42% estão ou já tiveram seu nome inscrito em um órgão de proteção ao crédito por falta de planejamento, 46% utilizam o cartão na maioria das vezes em compras de roupas e sapatos.

Ainda com a pesquisa foi possível analisar que este meio de pagamento influencia a vida de seus usuários, quando permite que os mesmos possuam maior poder de compra, porém nem sempre sendo esta sua real condição de pagamento, por serem em sua grande maioria com pouco conhecimento sobre planejamento financeiro, ou ter conhecimento. Porém não aplicar, torna-se este um meio de grande possibilidade de entrar em inadimplência pelos seus utilizadores.

Tendo visto tal situação, a proposta de controle de gastos é essencial para o público-alvo e entrevistado nesta pesquisa. Existem hoje diversos métodos de controles disponíveis, desde uma planilha de programa da Microsoft o Excel, a aplicativos de celulares, onde é possível lançar seus gastos mensais e ter em mãos o quanto do seu orçamento está comprometido, entre eles: Mobills, Wisecash, Guia de Bolso, Money Manager,

Organize, etc; sendo os mesmos gratuitos.

No entanto, apesar de existirem tantas formas de planejamento, ainda fica o questionamento de como lidar com a falta de conhecimento e incentivo das pessoas em iniciar seu planejamento financeiro pessoal? O planejamento financeiro passou a ser uma das matérias inclusas na nova base nacional comum curricular, mas estes ainda enfrentam o desafio de contar com educadores que possuem instrução sobre o assunto para passar, de forma que prepare o aluno para utilizar de modo consciente seu dinheiro.

A importância da difusão deste conhecimento desde cedo, não só prepara alunos a lidarem com o seu bolso, mas também pode contribuir com o planejamento de sua família, fora o impacto que gerará na economia, onde pessoas sabem gastar, compram de uma maneira equilibrada e diminui os índices de inadimplência de várias pessoas e empresas. Mas a qualquer momento da vida, é possível compreender e aplicar o planejamento, o que se percebe é que necessita ser investido em formas mais práticas, dinâmicas e de fácil acesso para a adesão a métodos de controle e prática de um bom planejamento nas diversas classes; aumentar o incentivo a estudos na área de forma a contribuir com ideias que conscientizem a sociedade sobre sua importância, levando-os a compreender o quão benéfico é a realização do planejamento de suas finanças. Dentre as formas de se realizar um planejamento, a nossa proposta é a indicação de um dos aplicativos já citados: o Mobills.

Foi proposto ele por ser um aplicativo gratuito e de fácil acesso, que pode ser instalado em um smartphone, hoje de uso comum das pessoas; estando sempre à mão ele auxilia na falta de tempo em realizar uma planilha e também de lançar todos os gastos. Mesmo que o usuário possua pouco conhecimento, este não terá dificuldades em lançar suas despesas de contas como água, luz e etc; assim como lançar seus gastos com cartão de crédito, obtendo maior controle sobre o quanto do seu orçamento está comprometido, ainda pode-se organizar suas próximas compras, também planejar o pagamento das dívidas em atraso e ocasionalmente sair da inadimplência.

REFERÊNCIAS

ABECS, Associação Brasileira de Cartão de Crédito e Serviços. Análise econômica dos benefícios advindos do uso de cartões de crédito débito. São Paulo, 2011 Disponível em:

<<http://abecs.org.br/app/webroot/files/media/f/2/1/4a97bc8811e08c52cbff76272e4e0.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BACEN, Banco Central do Brasil. Caderno de educação financeira- gestão de finanças pessoais. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BASTOS, Ana Paula. Perfil do inadimplente Bh, CDL/BH. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://www.cdlbh.com.br/portal/6244/Sugestao_de_Pauta/Perfil_do_Inadimplente_BH>. Acesso em: 5 abr. 2018.

CDL/BH, Câmara de Dirigentes Lojistas. Indicador de inadimplência. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://www.cdlbh.com.br/portal/6156/2017/Janeiro>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

CERBASI, Gustavo. Casais inteligentes enriquecem juntos. São Paulo: Gente, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2006.

CHACON, Fernando. Números do setor de meios eletrônicos de pagamento, ABECS. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://abecs.org.br/app/webroot/files/media/0/8/a/4f5663d03ef150e15d87f9d65df68.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

CNC, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor. 2018. Disponível em: <<http://cnc.com.br/central-doconhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-1>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FROEMMING, Lurdes Marlene et al. Comportamento do consumidor e do comprador. Unijuí. Ijuí, 2009 Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/170/Comportamento%20do%20Consumidor%20e%20do%20Comprador.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Acesso em: 10 abr. 2018.

GITMAN, Lawrence J. Princípios da administração financeira. São Paulo: Pearson, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama da população de Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>>. Acesso em: 1 maio 2018.

KUNKEL, Franciele Ines Reis; VIEIRA, Kelmara Mendes; POTRICH, Ani Caroline Grigion. Causas e Consequências da dívida no cartão de crédito. Revista de Administração-RAUSP. São Paulo, v.50, n.2, p.169-182, abr./maio/jun, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v50n2/0080-2107-rausp-50-02-0169.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2018

LAPORTA, Taís. Portal de notícias G1. Classes D e E são 80% dos inadimplentes no cartão de crédito; veja dicas para não se tornar uma vítima. 2017a. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/educacao-financeira/noticia/classes-d-e-e-sao-80-dos-inadimplentes-no-cartao-de-credito-veja-dicas-para-nao-se-tornar-uma-vitima.ghtml>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

LAPORTA, Taís. Portal de notícias G1. Inadimplência no cartão cresce mesmo após nova regra do rotativo. 2017b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/inadimplencia-no-cartao-cresce-mesmo-apos-nova-regra-do-rotativo.ghtml>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

MAIA, Andrea do Socorro Rosa Silva. Inadimplência e recuperação de créditos. Londrina, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13938/000649712.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2018

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SERASA EXPERIAN. Sobre o Serasa experian. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/sobre>>. Acesso em: 08 maio 2018.

SPC Brasil, Serviço de Proteção ao Crédito. Conheça o SPC Brasil. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/institucional/spc-brasil>>. Acesso em: 08 maio 2018.



O trabalho e³ - Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

A língua portuguesa e o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais da CPLP

The Portuguese language and the development of tourism in rural areas of the CPLP

Rossana Andreia Santos¹

¹E-mail: rossana_asantos@hotmail.com
Universidade da Madeira

Resumo:

O objetivo desta comunicação consiste em argumentar que a existência de um património cultural lusófono pode contribuir para o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais dos Estados membros da CPLP. Este argumento assenta no pressuposto de que as atividades turísticas podem constituir-se um motor da atividade económica em geral, ajudando à redução das assimetrias de desenvolvimento existentes, fenómeno que atinge Portugal e os restantes Estados da CPLP. Os resultados de um estudo realizado em Portugal revelam que a exploração turística do património cultural lusófono pode contribuir para o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais. Neste sentido, a relação do património cultural da língua portuguesa, com o investimento direto no estrangeiro e os fluxos migratórios permite argumentar também pelo seu contributo para o desenvolvimento do turismo nas áreas mais carenciadas da CPLP.

Palavras-chave: Património Cultural da Língua Portuguesa; Migrações; Desenvolvimento do Turismo.

***Abstract:** The purpose of this communication is to argue that the existence of a Portuguese-speaking cultural heritage can contribute to tourism development of rural areas of the Member States of the CPLP. This claim is based on the assumption that tourism activities can become an engine of economic activity, in general, helping to reduce the existing asymmetries of development, phenomenon that reaches Portugal and other Member States of the CPLP. The results of a study developed in Portugal reveal that the touristic commercialization of Portuguese-speaking cultural heritage can contribute to the development of tourism in rural areas. Though, the relationship of Portuguese-speaking cultural heritage with the direct investment abroad and migration flows also enable to argue for its contribution to the development of tourism in the neediest areas of the CPLP.*

Keywords: Portuguese-speaking cultural heritage; Migration; Tourism Development.

1. O turismo como alavanca do desenvolvimento económico das áreas rurais

O estudo da mobilidade da população rural em Portugal, a partir de meados da década de 50 até à atualidade, com o objetivo de identificar as condições locais e de atração das áreas rurais ou das áreas mais carenciadas, permite concluir que são objetivos económicos, ligados às oportunidades de emprego e de rendimento, que ainda incitam os portugueses a abandonar, mesmo que temporariamente, as suas regiões de origem (ver por exemplo Arroiteia, 1985; 2001; Arroiteia e Fiss, 2007; Althoff, 1985; Baganha e Góis, 1999; Dias, 2008; Ferrão, 1996; Ferreira, 1976; Gonçalves, 2007; Leeds, 1983; Murteira, 1965; Peixoto, 2007; Portela e Nobre, 2001; Rocha-Trindade, 1976). O fenómeno da emigração motivada pela melhoria das condições de vida atinge igualmente todos os Estados CPLP, seja como países de destino, como países de origem, ou mesmo na dupla condição de origem e destino, a que acresce o facto de alguns destes Estados terem passado de porto de partida a porto de chegada, e vice-versa, como por exemplo os casos do Brasil e de Portugal (CPLP, 2011).

Assim, em países ou regiões onde o desenvolvimento económico das áreas rurais é a prioridade o regresso dos emigrantes pode contribuir bastante para a procura de soluções de desenvolvimento local. De acordo com a OCDE (2008) os emigrantes podem trazer formação e experiência laboral que adquiriram fora, regressar com capital financeiro, na forma de poupanças acumuladas durante a sua estadia fora, e com capital social obtido pela sua experiência durante a emigração. Ao reconhecer que os emigrantes podem ser uma fonte de inovação externa, os resultados de um estudo recente, realizado a 5157 emigrantes portugueses, evidenciam que o desejo de regresso é independente da sua origem (Santos, 2012). Neste âmbito, sobre o estudo do valor económico da língua portuguesa, focado na realidade portuguesa, encomendado pelo Instituto Camões (em 2007) e desenvolvido por uma equipa de investigadores do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Pina (2011) esclarece que a proximidade linguística influencia, significativamente, o investimento direto no estrangeiro e os fluxos migratórios.

No entanto, a OCDE (2008) também refere que os emigrantes irão querer regressar às

suas origens apenas se as condições económicas forem atrativas e se existirem novas oportunidades. O aumento do emprego no setor terciário tem-se revelado a variável chave na explicação da imigração ou da pouca emigração (ver King e Strachan, 1980a; 1980b, citado por King, 1984). Assim, nas palavras de Kay *et al.* (2007), o desenvolvimento económico deverá direccionar-se para os serviços locais e reconhecer as suas ligações a montante e a jusante, a fim de se poder contabilizar empiricamente a totalidade do seu papel no crescimento económico. Contudo, nem todas as atividades do setor terciário evidenciam a mesma capacidade de gerar emprego (Bryden e Bollman, 2000; Gonçalves, 2003, citado por Gonçalves, 2007). Neste âmbito, o papel do emprego no turismo tem tido uma contribuição importante no crescimento da economia nacional, bem como na transformação de algumas economias regionais (Williams, 1984).

O estado da arte sobre a literatura económica do turismo revela que têm vindo a ser desenvolvidos vários estudos em países em vias de desenvolvimento e em áreas mais carenciadas que evidenciam que a despesa turística cria mais emprego e rendimento do que qualquer outro setor da economia, bem como gera e mantém emprego em outros setores da economia que apoiam ou fornecem os visitantes e as empresas turísticas (ver por exemplo Bergstrom *et al.*, 1990; Eadington and Smith 1992, citado por Elesbão, 2008; Fleischer e Felsenstein, 2000; Hollander e Associates, 1967; Lipman 1997, citado por Hughes e Shields, 2007; Mahony e Zyl, 2002; Mazumder, 2009; Reeder e Brown, 2005; Tohamy e Swinscoe, 2000; Vanegas e Croes, 2003). A extensão da integração do turismo na economia nacional é medida pelo seu efeito multiplicador na economia (Hughes e Shields, 2007). Os efeitos multiplicadores da despesa turística constituem uma das áreas mais bem investigadas na literatura económica do turismo e a maioria dos estudos empíricos adota a técnica input-output para avaliar o impacto económico total da despesa turística (ver por exemplo Cernat e Gourdon, 2007; Fesenmaier *et al.*, 1989, Heng e Low, 1990, Johnson e Moore, 1993, citado por Lejarraja e Walkenhorst, 2007; Mazumder, 2009; Schwer *et al.*, 2000, Taylor *et al.*, 1993, citado por Saayman e Saayman, 2006).

Contudo, o facto da magnitude do multiplicador das despesas turísticas depender de uma série de fatores internos, inerentes aos próprios países e regiões, contribui para

explicar os efeitos modestos do turismo no desenvolvimento local. Neste contexto, uma política de desenvolvimento do interior terá de basear-se igualmente em grandes investimentos ao nível de infraestruturas e serviços indispensáveis ao investimento e à fixação de recursos humanos (Kilkenny e Partridge, 2009). Assim sendo, o turismo deve ser apenas uma componente de um programa de desenvolvimento rural mais amplo, sendo fundamental uma colaboração estreita entre o setor público, o setor privado, as comunidades e a sociedade civil, de forma a garantir que os objetivos da sua política de investimento sejam alcançados (ver Mahony e Zyl, 2002).

2. O potencial do património cultural lusófono como elemento de atração turística

Na secção anterior argumentámos que o turismo pode impulsionar a economia e a sociedade nas áreas rurais, que são as áreas mais carenciadas. Neste âmbito, Capucho e Francisco (2010:240) referem que “a cultura, ao ser um bem cada vez mais procurado pelos cidadãos e ao gerar fluxos económicos e riqueza, constitui um importante recurso que deve integrar as estratégias de desenvolvimento local e regional, dado o reconhecimento que a cultura é geradora de importantes economias externas de capital humano (através da criação de emprego direto, indireto e induzido) e como catalisadora de outras atividades como por exemplo, o turismo”. Assim, o reconhecimento de que é a cultura que torna os locais interessantes é um pré-requisito chave para a promoção do turismo de sucesso tornando-se, por isso, central para o turismo e para a economia contemporânea (ver Walmsley, 2003).

De acordo com Silberberg (1995) o crescente interesse por parte dos operadores turísticos na organização do pacote turístico e nas oportunidades de parcerias com as facilidades e organizações culturais, a maioria não lucrativas, justifica-se sobretudo pelo perfil demográfico, socioeconómico e comportamental dos “turistas culturais”. Embora existam diferenças por tipo de produto cultural, geralmente este turista auferirá salários mais elevados, efetua mais despesas e passa mais tempo numa área durante as férias, tem maior tendência para se instalar em hotéis ou motéis e a fazer paragens, tem educação superior, envolve mais mulheres do que homens, bem como pessoas com idade mais avançada. Existem igualmente tendências sociais que apontam para o

aumento da importância da cultura como uma motivação para viajar, tais como o aumento da formação, do número de mulheres com posições de destaque na sociedade, de uma geração idosa cada vez mais jovem, bem como a preferência pela qualidade das experiências e oportunidades culturais indoor (Silberberg, 1995).

Segundo as conclusões do relatório preliminar do estudo do valor económico da língua portuguesa (Pina, s/d) a expansão marítima dos séculos XV e XVI levou a que a língua Portuguesa se estendesse por vários continentes, com particular incidência na América do Sul, África e Ásia. Desta forma, o Português tornou-se igualmente a língua oficial de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor, enquanto alguns falantes nativos permanecem ainda noutros pequenos territórios, tais como Goa (Índia) e Macau (China) (Pina, s/d). Na sequência da expansão marítima dos séculos XV e XVI e do contacto com os povos encontrados, resultou um forte intercâmbio de produtos, costumes, técnicas, bem como uma interpenetração mais profunda através da miscigenação (CPLP, 2012).

Este longo processo histórico tem como consequência, na atualidade, uma identidade cultural partilhada por aqueles oito países, unidos por um passado vivido em comum e por uma língua que, enriquecida na sua diversidade, se reconhece como uma. A sua identidade cultural é igualmente refletida numa produção original de arquitetura, representativa da sua cultura, nas áreas “colonizadas” pelos portugueses durante o período da sua expansão marítima (ver por exemplo Fernandes e Janeiro, 1991; Fernandes, 1991). Segundo Fernandes (1991), este estudo implicará a referência sistemática e detalhada do seu desenvolvimento histórico nesses territórios. Não obstante, a par com a história, cultura e língua partilhada, coabita, igualmente, uma enorme riqueza de outras matrizes históricas, culturais e linguísticas que distinguem de forma singular todos e cada um dos seus membros (ver CPLP, 2011). Este pressuposto assenta na fórmula da construção da CPLP que se tem revelado bem-sucedida e que reside precisamente na “unidade na diversidade”, ou na Solidariedade na Diversidade (CPLP, 2011:8).

3. Metodologia

Em abril de 2008 deu-se início a um estudo, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com o intuito de avaliar o contributo do regresso potencial dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais em Portugal. O processo de recolha dos dados iniciou-se no dia 01 de julho de 2011 e terminou em 31 de outubro do mesmo ano, totalizando no final 5157 questionários preenchidos válidos. A população dos emigrantes portugueses não é conhecida e os dados foram obtidos através da aplicação de um inquérito por questionário. Uma das suas formas de administração foi através do correio, tendo sido remetidos 4000 questionários para as residências dos emigrantes portugueses nos vários países de emigração. Dos 4000 questionários remetidos por correio, 54 foram devolvidos e obteve-se uma taxa de resposta de 9,32%. Para a obtenção das respetivas moradas das residências dos emigrantes no estrangeiro seguiu-se a metodologia já testada num estudo exploratório (Santos, 2013). Nesse estudo (Cirino, 2008, citado por Santos, 2013) foi assumido como população, a base de dados cedida por um jornal regional assumindo-se que um número muito significativo de emigrantes compra o jornal da terra e, por consequência, que essa população é representativa dos portugueses do respetivo concelho residentes no estrangeiro. No intuito de seguir a mesma metodologia, a identificação dos concelhos com maior número de residências de origem de emigrantes portugueses permitiu que se identificasse também as publicações regionais associadas a cada um desses concelhos (Santos, 2013).

De acordo com Santos (2013) durante o mesmo período de 01 de julho a 31 de outubro, a administração do questionário fez-se igualmente pela internet e pela rede social do facebook, permitindo reunir, no final, mais 4800 questionários preenchidos válidos. Numa fase inicial, a administração do questionário foi feita na imprensa digital (nacional, regional e dirigida às comunidades portuguesas no estrangeiro), em portais eletrónicos ligados às associações dos emigrantes portugueses no estrangeiro e em Web sites de entidades oficiais diretamente ligadas à emigração, de câmaras municipais selecionadas no processo de amostragem, bem como ainda dos cantores de música portuguesa José Cid e João Claro. Para além de se ter dado continuidade à administração do questionário na internet, durante o mês de agosto procedeu-se também

à sua administração na rede social do facebook, através de Páginas oficiais de cantores de música portuguesa (popular, pop, rock e fado), nomeadamente do Tony Carreira, Mickael Carreira, Ana Moura, Camané, Pedro Abrunhosa, Adelaide Ferreira, Os Anjos, Santos e Pecadores, As Bombocas, Emanuel, Magui Mateus, Miguel Rivotti, Santa Maria, Sérgio Rossi, Alexandre Faria, Élvio Santiago, Manuel Campos, Marcelo & Alex Dupla e o Grupo Musical Santa Cruz. (Santos, 2012)

Nos dois últimos meses, a estratégia de administração do questionário estendeu-se ainda à criação da própria Página do estudo no facebook (ver em www.facebook.com/emigrantesportugueses). Durante esse período, a Página foi divulgada, várias vezes ao dia, na rádio e televisão portuguesa, através dos canais da Rádio Internacional e África, bem como pelo canal da RTP Internacional (RTPI). A divulgação também foi feita em todos os jornais digitais e entidades oficiais que administraram o questionário aos emigrantes portugueses, bem como através de e-mails enviados para os Consulados/Embaixadas, Associações de emigrantes e Casas do Benfica e do Porto no estrangeiro. A divulgação da Página também foi feita pela própria administradora no facebook (Santos, 2013).

3. Análise e discussão dos resultados

Nesta última secção pretendemos demonstrar que a exploração turística do património cultural das residências, do local de origem, dos emigrantes portugueses pode contribuir para impulsionar o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais na CPLP. Este pressuposto assenta nos resultados obtidos no estudo de Santos (2013), aplicado ao caso Português, que evidenciam, por um lado, que as áreas com maiores níveis de emigração em Portugal são as mais carenciadas e os locais de origem dos emigrantes portugueses. Por outro lado, que os emigrantes portugueses com residência própria nessas áreas podem impulsionar o desenvolvimento turístico pela sua maior propensão para o regresso, investimento e emprego no turismo nos seus locais de origem. Assim, ao reconhecer que a proximidade linguística influencia significativamente os fluxos migratórios e o investimento direto no estrangeiro, bem como a existência de um património cultural lusófono que pode vir a ser explorado turisticamente, argumentamos

que os emigrantes que falam a língua portuguesa podem igualmente contribuir para o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais dos países da CPLP.

Os resultados do estudo mencionado, sobre a avaliação do contributo do regresso potencial dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo nos territórios rurais, dão suporte empírico àquela argumentação (Santos, 2013). Em primeiro lugar, verifica-se que a generalidade dos emigrantes possui pelo menos uma residência num concelho com menor índice de centralidade, que são as áreas mais carenciadas (77,4%), e que somente 21,5% possuem residência em concelhos com maior índice de centralidade (tabela 1). Os concelhos de localização da residência dos emigrantes foram organizados em dois grupos de análise, segundo o respetivo índice de centralidade. Para este efeito, considerou-se que os concelhos com maior índice de centralidade situam-se até ao rank 50 (ver hierarquia dos centros urbanos em Portugal segundo Instituto Nacional de Estatística, 2004). Os resultados obtidos com o teste de correlação de Pearson permitem concluir que o concelho da residência própria em Portugal influencia negativamente o desejo de virem a ter um emprego na área do turismo, em Portugal ($r=-0,037$), e positivamente o facto de disporem de capital suficiente para aí investirem num negócio ($r=0,059$).

Tabela 1 - Concelho da residência em Portugal

Concelho da residência	N	%
Maior índice de centralidade	1109	21,5
Menor índice de centralidade	3989	77,4
NS/NR	59	1,1
Total	5157	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 2 - Concelho da residência em Portugal vs Desejo de regresso e fixação em Portugal

%	P21				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Maior índice de centralidade	9,3%	4,5%	2,7%	1,2%	17,7%
Menor índice de centralidade	39,4%	24,9%	10,4%	7,2%	81,8%
NS/NR	0,4%	0,0%	-	0,1%	0,5%
Total	49,0%	29,4%	13,0%	8,5%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria.

Neste âmbito, verifica-se que são os emigrantes que possuem residência num concelho com menor índice de centralidade que mais referem desejar regressar e fixar-se em Portugal (39,4%) (tabela 2). Por outro lado, a análise do cruzamento de variáveis também permite observar que os fatores mais importantes para que estes emigrantes, em idade ativa, com residência num concelho com menor índice de centralidade regressem são, fundamentalmente, poderem ter uma residência no local onde nasceram (89,3%), exercer uma atividade remunerada, por conta própria, no turismo (83,8%) e ter um estilo de vida “rural” (de origem) (83,3%) (tabela 3). Estes dados sugerem ainda que, muito provavelmente, a residência que consideram como “própria” possa ser propriedade dos seus parentes diretos. Embora estes emigrantes sejam os que mais negam dispor de capital para investir num negócio em Portugal também são, ao mesmo tempo, os que mais confirmam essa situação (12,9%) (tabela 4).

Tabela 3 - Concelho da residência em Portugal vs Fatores mais importantes para o regresso e fixação em Portugal

%	P22								
	a)	b)	c)	d)	e)	f)	g)	h)	Nenhum
Maior índice de centralidade	18,2%	19,4%	16,3%	18,6%	18,0%	17,1%	10,5%	15,5%	16,0%
Menor índice de centralidade	81,0%	79,9%	83,3%	80,9%	81,3%	82,3%	89,3%	83,8%	84,0%
NS/NR	0,8%	0,7%	0,4%	0,5%	0,7%	0,6%	0,3%	0,7%	-

Fonte: Elaboração Própria.

LEGENDA:

a) Ter uma oportunidade de emprego.

b) Ter oportunidades de rendimento.

- c) Ter um estilo de vida rural.
- d) Viver próximo dos meus familiares de Portugal.
- e) Regressar com o/s meu/s filho/s.
- f) Haver infraestruturas para viver e investir num negócio no local onde nasci.
- g) Ter uma residência no local onde nasci.
- h) Poder exercer uma atividade remunerada, por conta própria, no turismo.

Para eles, o turismo também é a área onde mais gostariam de investir em Portugal, depois da pecuária (84,4%) e dos transportes (84,9%) (tabela 5). Neste caso, comparativamente com os emigrantes com residência em concelhos com maior índice de centralidade (15,5%), destacam-se significativamente (83,9%). Destacamos igualmente, que entre estes emigrantes, em idade ativa, com residência num concelho com menor índice de centralidade (77,4%), ainda existe uma percentagem significativa que não sabe ou não respondeu a estas questões relativas à sua propensão para o regresso, investimento e emprego no turismo em Portugal.

Tabela 4 - Concelho da residência em Portugal vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal

%	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Maior índice de centralidade	4,2%	7,2%	5,4%	4,7%	21,5%
Menor índice de centralidade	12,9%	24,4%	28,7%	11,3%	77,4%
NS/NR	0,1%	0,3%	0,2%	0,5%	1,1%
Total	17,2%	31,9%	34,3%	16,6%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 5 - Concelho da residência em Portugal vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal

%		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR
P26	a)	18,1%	81,2%	0,7%
	b)	16,6%	82,9%	0,6%
	c)	20,2%	78,8%	1,0%
	d)	15,6%	84,4%	-
	e)	26,3%	73,7%	-
	f)	23,2%	75,9%	0,9%
	g)	18,2%	81,0%	0,9%

h)	20,7%	78,7%	0,6%
i)	18,8%	80,8%	0,4%
j)	18,2%	81,2%	0,5%
l)	15,5%	83,9%	0,6%
m)	14,7%	84,9%	0,4%
n)	20,2%	78,5%	1,4%
Nenhuma	17,6%	82,4%	-

Fonte: Elaboração Própria.

LEGENDA:

1. Setor Primário:

- a) Agricultura
- b) Silvicultura (floresta)
- c) Pescas
- d) Pecuária
- e) Caça
- f) Indústria Extrativa (petrolífera, mineira, madeira e papel)

2. Setor Secundário:

- g) Indústria Transformadora
- h) Construção
- i) Produção de Energia

3. Setor Terciário:

- j) Comércio
- l) Turismo (hotelaria, restauração, transportes, serviços culturais, etc.)
- m) Transportes
- n) Atividades Financeiras

Por último, a análise dos conhecimentos que os emigrantes adquiriram durante a sua estadia no país de emigração leva-nos igualmente a constatar que, apesar de a generalidade possuir poucos conhecimentos formais na área da hotelaria e/ou turismo, são novamente os emigrantes, em idade ativa, com residência própria em concelhos com menor índice de centralidade que registam mais (novos) conhecimentos (curso/formação/experiência profissional) nessa área (tabelas 6-8). Entre os emigrantes

em idade ativa, observa-se ainda que os que registam idades entre 29-39 anos são os que mais referem ter residência própria em Portugal (tabela 9).

Tabelas 6-8 Concelho da residência própria em Portugal vs Conhecimentos adquiridos na área da hotelaria e turismo durante a emigração

Tabela 6 - Curso em hotelaria e/ou turismo vs Concelho da residência em Portugal

b)		P7			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P25	Sim	1,0%	6,7%	0,1%	7,8%
	Não	15,0%	65,3%	0,4%	80,7%
	NS/NR	1,7%	9,8%	0,0%	11,5%
	Total	17,7%	81,8%	0,5%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 7 - Formação profissional em hotelaria e/ou turismo vs Concelho da residência em Portugal

b)		P7			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P25	Sim	1,7%	11,0%	0,1%	12,9%
	Não	14,5%	62,3%	0,3%	77,0%
	NS/NR	1,5%	8,6%	0,0%	10,1%
	Total	17,7%	81,8%	0,5%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 8 - Experiência profissional em hotelaria e/ou turismo vs Concelho da residência em Portugal

b)		P7			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P25	Sim	4,6%	25,2%	0,3%	30,0%
	Não	12,4%	53,1%	0,2%	65,7%
	NS/NR	0,7%	3,5%	0,0%	4,2%
	Total	17,7%	81,8%	0,5%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 9 - Idade vs Propriedade de residência em Portugal

%		P18			Total
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos	
P5	Própria	1,1%	12,0%	22,3%	35,4%
	Alugada	-	0,6%	2,3%	2,9%
	De familiares	1,7%	21,7%	38,3%	61,7%
	Total	2,9%	34,3%	62,9%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria.

4. Conclusão

Neste artigo é argumentado que o património cultural da língua portuguesa pode constituir-se um motor do desenvolvimento do turismo nas áreas rurais dos Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Os resultados de um estudo financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, sobre a avaliação do contributo do regresso potencial dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais, em Portugal, dão suporte empírico a este argumento, pois permitem-nos afirmar que são os emigrantes em idade ativa e com residência naquelas áreas que mais pretendem regressar e podem investir e ter um emprego na área do turismo em Portugal. Esta argumentação sustenta-se ainda no facto de existir uma relação entre a proximidade linguística, o investimento direto no estrangeiro e os fluxos migratórios.

REFERÊNCIAS

Arroteia, J. (1985) Atlas da Emigração Portuguesa, Secretaria de Estado da Emigração-Centro de Estudos, Porto.

Arroteia, J. (2001) As Comunidades Portuguesas no Mundo, Janus, pp. 136-137.

Arroteia, J., e Fiss, R. (2007). Traços da Comunidade Portuguesa em Pelotas, População e Sociedade, (14), pp. 171-191.

Althoff, C. (1985). Os Jovens de Origem Portuguesa em Hamburgo e a sua Atitude Face a Portugal e à Cultura Portuguesa, Secretaria de Estado da Emigração- Centro de Estudos, Porto.

Baganha, M. e Góis, P. (1999). Migrações Internacionais de e para Portugal: O Que Sabemos e para Onde Vamos? Revista Crítica de Ciências Sociais, (52/53), Novembro 1998/ Fevereiro 1999, pp. 229-280.

Bergstrom, J., Cordell, K., Ashley, G. e Watson, A. (1990). Economic Impacts of Recreational Spending on Rural Areas: A Case Study, Economic Development Quarterly, Vol. 4 (1), pp. 29-39.

Bryden, J. and Bollman, R. (2000). Rural Employment in Industrialized Countries, Agricultural Economics, Vol. 22 (2), pp.185-97.

Capucho, J. e Francisco, J.P. (2010). Cultura, Competitividade Territorial e Desenvolvimento Sustentável: Algumas Considerações sobre o Caso do Vale do Côa, IV Congresso de Estudos Rurais- Turismo, Património e Desenvolvimento Rural, 4-6 de Fevereiro, Universidade de Aveiro, pp. 232-248.

Cernat, L. e Gourdon, J. (2007). Is the Concept of Sustainable Tourism Sustainable? Developing the Sustainable Tourism Benchmarking Tool, [mpra.ub.uni-muenchen.de/4178/1/MPRA_paper_4178.pdf] (Site Consultado a 02-12-2009).

CPLP. (2011). Intervenção do SE no Seminário da Sociedade Alemã para os Países Africanos de Língua Portuguesa: As Migrações no Mundo Lusófono, [<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=41&q=migra%C3%A7%C3%B5es>] (Site Consultado a 08 de Junho de 2012).

CPLP. (2012). [<http://www.cplp.org/id-45.aspx>] (Site Consultado a 11 de Junho de 2012).

Silberberg, T. (1995). Cultural Tourism and Business Opportunities for Museums and Heritage Sites, *Tourism Management*, Vol. 16 (5), pp. 361-365.

Dias, O. (2008). A Integração dos Retornados no Interior de Portugal: O Caso do Distrito da Guarda, [<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/150.pdf>] (Site Consultado a 28-11-2009).

Elesbão, I. (2008). Os Efeitos do Turismo no Espaço Rural: Um Olhar sobre um Pequeno Município Brasileiro, Colóquio Ibérico de Estudios Rurales- Cultura, Innovación y Territorio, Outubro 23-25, Coimbra.

Fernandes, J. (1991). *A Arquitetura – Sínteses da Cultura Portuguesa*, Imprensa nacional Casa da Moeda, Comissariado para a Europália 91, Portugal.

Fernandes, J. e Janeiro, M. (1991). *Arquitectura Vernácula da Região Saloia – Enquadramento na Área Atlântica*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa.

Ferrão, J. (1996). Três Décadas de Consolidação do Portugal Demográfico, in Barreto, A. (eds.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 165-190.

Ferreira, E. (1976). *Origens e Formas de Emigração: O Impacte da Emigração sobre o Desenvolvimento*, Iniciativas Editoriais, Lisboa.

Fleischer, A. and Felsenstein, D. (2000). Support for Rural Tourism- Does it Make a

Difference?, *Annals of Tourism Research*, Vol. 27 (4), pp. 1007-1024.

Gonçalves, M. (2007). *Desenvolvimento em Meio Rural. Contributos da Emigração e do Regresso. Aplicação ao Concelho de Boticas na Região Barrosã*, Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa.

Hollander, E. and Associates, R. (1967). *The Future of Small Business*, Praeger special studies in U.S. economic and social development, New York.

Hughes, D. and Shields, M. (2007). Revisiting Tourism Regional Economic Impact: Accounting for Secondary Household Employment, *Review of Regional Studies*, 37 (2), pp. 186-206.

Kay, D., James, Pratt, J. and Warner, M. (2007). Role of Services in Regional Economy Growth, *Growth and Change*, Vol. 38 (3), pp. 419-442.

Kilkenny, M. and Partridge, M. (2009). Export Sectors and Rural Development, *American Journal of Agricultural Economics*, Vol. 91 (4), pp. 910-929.

King, R. (1984). Population Mobility: Emigration, Return Migration and Internal Migration, in Williams, A. (eds.), *Southern Europe Transformed- Political and Economic Change in Greece, Italy, Portugal and Spain*, Harpercollins College Div, pp.145-178.

Leeds, E. (1983). Industrialização e Emigração em Portugal: Sintomas Inevitáveis de uma Doença Estrutural, *Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79) (3º 4º 5º), pp. 1045-1081.

Lejarraja, I. and Walkenhorst, P. (2007). *Diversification by Deepening Linkages with Tourism*,
http://siteresources.worldbank.org/INTEXPCOMNET/Resources/Lejarraja,_Diversification_by_Deepening_Linkages_with_Tourism.pdf (Site Consultado a 18 de Outubro de 2009).

Mahony, K. e Zyl, J. (2002). The Impacts of Tourism Investment on Rural Communities: Three Case Studies in South Africa, *Development Southern Africa*, Vol. 19 (1), pp. 83-103.

Mazumder, M. (2009). Does Tourism Contribute Significantly to the Malaysian Economy? Multiplier Analysis Using I-O Technique, [www.ccsenet.org/journal/index.php/ijbm/article/view/.../2848] (Site Consultado a 05 de Maio de 2010).

Murteira, M. (1965). Emigração e Política de Emprego em Portugal, [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224164168X2aIG3gp6Nd78YV7.pdf] (Site Consultado a 28 de Agosto de 2009).

OECD. (2008). Return Migration: A New Perspective, [www.un.org/esa/population/meetings/sixthcoord2007/P11_OECD.pdf] (Site Consultado a 07 de Dezembro de 2009).

Peixoto, J. (2007). Dinâmicas e Regimes Migratórios: O Caso das Migrações Internacionais em Portugal, *Análise Social*, Vol. XLII (183), pp. 445-469.

Pina, J. (2011). O Valor Económico da Língua Portuguesa, Ciclo de Conferências do OLP [http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/temas-de-actualidade/o-valor-economico-da-lingua-poruguesa] (Site Consultado a 11 de Junho de 2012).

Pina, J. (s/d). Uma Abordagem Ecléctica ao Valor da Língua: O Uso Global do Português - Conclusões do relatório preliminar do estudo sobre o valor económico da língua portuguesa, [http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/doc_details.html?aut=1228] (Site Consultado a 11 de Junho de 2012).

Portela, J. e Nobre, S. (2001). Entre Pinela e Paris: Emigração e Regressos, *Análise Social*, Vol. XXXVI (161), pp. 1105-1146.

Reeder, R. and Brown, D. (2005). Recreation, Tourism, and Rural Well-Being, [http://www.ers.usda.gov/publications/err7/err7.pdf] (Site Consultado a 15 de Maio de 2010).

2009).

Rocha-Trindade, M. (1976). Comunidades Emigrantes em Situação Dipolar: Análise de Três Casos de Emigração Especializada para os E.U.A., para o Brasil e para França, *Análise Social*, Vol. XII (48) (4), pp. 983-997.

Santos, R. (2013). O regresso dos emigrantes portugueses e o desenvolvimento do turismo em Portugal, Tese de Doutoramento, Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo, Universidade de Aveiro.

Tohamy, S. and Swinscoe, A. (2000). The Economic Impact of Tourism in Egypt, www.eces.org.eg/.../%7B02ADE2E4-F995-4CDE-82CE-32BB9A4A15E9%7D_ECESPVP5e.pdf (Site Consultado a 02 de Outubro de 2009).

Vanegas, M. and Croes, R. (2003). Growth, Development and Tourism in a Small Economy: Evidence from Aruba, *International Journal of Tourism Research*, (5), pp. 315–330.

Walmsley, D. (2003). Rural Tourism: A Case of Lifestyle-Led Opportunities, *Australian Geographer*, Vol. 34 (1), pp. 61–72.

Williams, A. (1984). Introduction, in Williams, A. (eds.), *Southern Europe Transformed- Political and Economic Change in Greece, Italy, Portugal and Spain*, Harpercollins College Div, pp. 1-32.



O trabalho e³ - Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).